



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

**WENDELL ROCHA SÁ**

**EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS MORADORES  
DA ILHA DE SÃO MIGUEL - SANTARÉM - PARÁ**

**Santarém - PA  
2017**

**WENDELL ROCHA SÁ**

**EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS MORADORES  
DA ILHA DE SÃO MIGUEL - SANTARÉM - PARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História, Política e Gestão Educacional na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares.

**Santarém - PA  
2017**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

- S111e Sá, Wendell Rocha  
Educação e organização política dos moradores da Ilha de São Miguel  
Santarém – Pa./ Wendell Rocha Sá . – Santarém, Pa, 2017.  
125fls.: il.  
Inclui bibliografias.
- Orientador Anselmo Alencar Colares  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Programa  
de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Acadêmico em Educação.
1. Educação. 2. Território. 3. Organização política. 4. Ribeirinhos. I. Colares,  
Anselmo Alencar, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 379.152

**WENDELL ROCHA SÁ**

**EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS MORADORES  
DA ILHA DE SÃO MIGUEL - SANTARÉM - PARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História, Política e Gestão Educacional na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares.

Defesa da Dissertação: 13 de março de 2017

Conceito: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares (UFOPA)  
Orientador

---

Prof. Dr. José Roberto Rus Perez (UNICAMP)  
Examinador interno

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Antonia do Socorro Pena da Gama (UFOPA)  
Examinadora externa

---

Prof. Dr. Doriedson Alves de Almeida (UFOPA)  
Examinador interno - Suplente

À minha esposa Rejane Michelle Sarmiento Sá e aos meus filhos Lucas Henrique Sarmiento Sá e Fernanda Karine Sarmiento Sá, pelo apoio e compreensão durante o período que estive dedicado aos estudos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao grande arquiteto do universo pelo dom da vida e sabedoria para cumprir minhas tarefas acadêmicas, concluindo com êxito o trabalho que me propôs a realizar.

A minha esposa, Rejane Michelle Sarmiento Sá, que me deu suporte e incentivo para que cumprisse as tarefas acadêmicas.

Aos meus filhos, Lucas Henrique Sarmiento Sá e Fernanda Karine Sarmiento Sá, por terem compreendido minhas ausências durante o período em que me dediquei aos estudos.

Ao Prof. Dr. Anselmo Alencar Colares, por ter me escolhido – sem prévio conhecimento - no momento da seleção do mestrado, pelas orientações valiosas no decorrer do curso e construção do trabalho materializado nesta dissertação.

Aos docentes: Prof. Dr. José Roberto Rus Perez, Prof. Dr. Doriedson Alves de Almeida e a Profa. Dra. Solange Helena Ximenes da Rocha pelas valiosas contribuições no momento do exame de qualificação do trabalho.

Aos colegas de turma do mestrado, especialmente à Luciene Maria da Silva, à Caren Klucas e à Edivalda Nascimento da Silva, parceiros incansáveis, sempre dispostos a contribuir com as tarefas no decorrer do curso.

À comunidade da Ilha de São Miguel, meus conterrâneos e companheiros de luta, por terem aceitado participar do estudo, repassando informações valiosas e materiais necessários para a realização do trabalho.

A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), por terem oferecido as condições materiais, logística e recursos humanos necessários para o estudo de mestrado, materializado parcialmente nesta dissertação.

Ao grupo de pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) da UFOPA, por ter proporcionado estudos, debates e socialização de conhecimentos obre a questão educacional.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio financeiro (bolsa de mestrado), via Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA), que me possibilitou dedicar mais tempo aos estudos, viabilizando o trabalho de campo e a realização da pesquisa que me propos a fazer.

Aos meus familiares, instituições e pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização do trabalho com êxito.

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.

Carlos Rodrigues Brandão (2007).

## RESUMO

Na presente dissertação apresento os resultados do esforço de produção de conhecimento no campo educacional, tendo em vista a diversidade amazônica e as singularidades da região de várzea, lócus da pesquisa, objetivando compreender e registrar o processo político-educacional realizado pelos moradores da Ilha de São Miguel, no período de 1970 a 2016, concomitante a experiência bem sucedida de uso sustentável dos recursos naturais no ambiente de várzea do município de Santarém - Pará. Processo este que garantiu aos comunitários a conquista do direito de uso exclusivo do território em área que a Constituição Brasileira (1988) determina como de livre acesso, considerando os fatores culturais, econômicos e políticos que fundamentam a construção do modelo organizacional. Para isso, busquei compreender a experiência e os mecanismos utilizados pelos ribeirinhos que tem garantido bons resultados há mais de quarenta anos; por se tratar de uma pesquisa no campo da educação, busquei entender o trabalho realizado pela escola envolvendo temáticas do cotidiano da comunidade; bem como a interação entre escola-comunidade e a contribuição de ambas no processo de consciência ambiental e organização política dos moradores. A metodologia consiste em uso de registros históricos, entrevistas individuais, atividades em grupos focais e as experiências que vivenciei na condição de liderança comunitária, bem como depoimentos dos sujeitos envolvidos diretamente nos trabalhos, os quais foram enriquecedores das análises e condições fundamentais para entender o processo. Os resultados indicam que o território, hoje sob o controle e gestão da comunidade, é resultado de um conjunto de estratégias e lutas coletivas desenvolvidas pelos ribeirinhos ao longo de varias gerações e que as medidas adotadas pelas lideranças a partir da década de 1970, em contexto de degradação socioambiental na Amazônia, não se realizaram de forma pacífica, nem foram assimiladas imediatamente por todos os moradores, levando décadas para se efetivar. Ademais, algumas ações praticadas pelos comunitários não possuíam respaldo jurídico, foram efetivadas através de lutas e resistências do grupo, uma vez que o projeto estatal e as leis se contrapunham aos interesses dos ribeirinhos. Não obstante, por meio da resistência e lutas coletivas, conseguiram legitimar regionalmente suas territorialidades e respaldarem juridicamente suas estratégias, garantindo o direito de uso exclusivo do território. Nesse processo as parcerias firmadas com os agentes de mediações analisados no decorrer do trabalho e a participação da escola foram fundamentais para a construção de consciência ambiental e organização política dos moradores, que nos últimos anos têm enfrentado as adversidades e lutado pela permanência das novas gerações na fração do espaço historicamente delimitada.

**Palavras-chaves:** Educação. Território. Organização política. Ribeirinhos.

## ABSTRACT

In the present study, its presented the results of the effort to produce knowledge in the educational field, considering the Amazonian diversity and the singularities of the floodplain region, the locus of the research, in order to understand and record the political and educational process carried out by the people living in São Miguel, during the period from 1970 to 2016, concomitant with the successful experience of the sustainable use of natural resources in the flooding plain areas (várzea) environment of the municipality of Santarém - Pará. This process guaranteed to the community members the conquest of the right of exclusive use of the territory in an area that the Brazilian Constitution (1988) determines as free access, considering the cultural, economic and political factors that support the construction of the organizational model. For this, I tried to understand the experience and the mechanisms used by the riverside that has guaranteed good results for more than forty years; Because it is a research in the field of education, I tried to understand the work carried out by the school involving themes of the daily life of the community; As well as the interaction between school-community and the contribution of both in the process of environmental awareness and political organization of the residents. The methodology consists of the use of historical records, individual interviews, focus group activities and the experiences that I experienced in the community leadership condition, as well as testimonials of the subjects directly involved in the work, which were enriching the analyzes and the fundamental conditions to understand the process . The results indicate that the territory, today under the control and management of the community, is the result of a set of strategies and collective struggles developed by the riverside ones over several generations and that the measures adopted by the leaderships from the 1970s, in context Of socio-environmental degradation in the Amazon, were not carried out in a peaceful way, nor were they assimilated immediately by all the residents, taking decades to take effect. In addition, some actions practiced by the community did not have legal support, were effected through struggles and resistances of the group, since the state project and the laws were in opposition to the interests of the riverside. Nevertheless, through resistance and collective struggles, they have been able to regionally legitimize their territorialities and legally support their strategies, guaranteeing the right of exclusive use of the territory. In this process the partnerships established with the agents of mediations analyzed during the course of the work and the participation of the school were fundamental for the construction of environmental awareness and political organization of the residents who in the last years have faced the adversities and fought for the permanence of the new generations in the fraction of the historically delimited space.

**Key-words:** Education. Territory. Political organization. Riverines.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização da Ilha de São Miguel.....	23
Figuras 2 e 3 - A dinâmica hídrica na várzea da microrregião de Santarém.....	27
Figura 4 - Pesca do pirarucu com <i>ártia</i> /arpão.....	28
Figura 5 - Pesca do pirarucu com linha/anzol.....	29
Figura 6 - Entrega/recebimento de pirarucu no ponto de venda da ANMISM.....	30
Figura 7 - Pirarucus acondicionados em caixa de gelo da ANMISM.....	31
Figura 8 - Comercialização de mantas de pirarucus e bagres.....	32
Figura 9 - Prestação de contas em assembleia geral.....	33
Figura 10 - Plantação de mandioca no ambiente de várzea.....	34
Figuras 11 - Produção de farinha de mandioca.....	35
Figura 12 - Assembleia geral dos moradores da Ilha de São Miguel.....	36
Figura 13 - Elementos que formam a drenagem, o relevo e a vegetação da várzea.....	48
Figura 14 - Lavoura da juta na várzea do Baixo Amazonas.....	64
Figura 15 - Lavoura da juta no período da colheita.....	65
Figuras 16 - O trabalho de retirada da fibra da juta do caule.....	66
Figura 17 - Fibra da juta estendida no varal.....	67
Figura 18 - Embarque da juta e condução para a cidade.....	67
Figura 19 - Estrutura fundiária na várzea do Baixo Amazonas.....	70
Figura 20 – Tabela - taxa de fecundidade no Brasil - 1940/2010.....	71
Figuras 21 e 22 - Ações dos moradores no combate a crimes ambientais.....	82
Figuras 23 e 24 - Treinamentos em contagem visual de pirarucu.....	84
Figura 25 - Contagem simultânea de pirarucu em quatro (04) unidades de área em 20 minutos.....	86
Figura 26 - Contagem simultânea de pirarucu em seis (06) unidades de área em 20 minutos.....	86
Figura 27 - Contagem sucessiva de pirarucus em unidades de áreas em 20 minutos.....	87
Figura 28 - Contagem em unidades de área realizadas por 03 pescadores em 20 minutos.....	88

Figura 29 - Evolução das contagens de pirarucus na Ilha de São Miguel.....	89
Figuras 30 - A captura de pirarucus para instalação de radiotransmissores.....	90
Figura 31 - Rádio transmissor instalado na nadadeira superior de um pirarucu.....	91
Figuras 32 e 33 – O Monitoramento de pirarucus com radiotransmissores.....	92
Figura 34 - Casal de pirarucu com filhos monitorados por pescadores-pesquisadores.....	94
Figura 35 - Acompanhamento do crescimento de pirarucus juvenis.....	95
Figura 36 – Mapa de crescimento do pirarucu na região do Baixo Amazonas.....	96
Figura 37 - Tabela: percentual da população residente no Brasil, por religião - 1991/2010.....	102
Figura 38 - Candidatas à Miss pirarucu.....	106
Figura 39 - Desenho-convite III Festival do Pirarucu.....	107
Figura 40 – Ilustração da festa de Santa Luzia.....	109

## LISTA DE SIGLAS

AAV - Agente Ambiental Voluntário

ACS - Agente Comunitário de Saúdes

ANMISM - Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel

ARP - Acordo Regional de Pesca

BASA - Banco da Amazônia

BCB - Banco de Crédito da Borracha

BM - Banco Mundial

CEPLAC - Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

COPERA - Conselho de Pesca da Região do Aritapera

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRP - Conselho Regional de Pesca

CTC - Companhia Têxtil de Castanhal

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária do Pará

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

GRPU - Gerência Regional de Patrimônio da União

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDSM - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

IFIBRAN - Instituto de Fomento a Produção de Fibras Vegetais da Amazônia

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

MEB - Movimento de Educação de Base

MPF – Ministério Público Federal

ONU - Organização das Nações Unidas

PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista

PAZ - Projeto Amazonas

PB – Projeto Básico do Assentamento

PDA - Projeto Demonstrativo para Amazônia

PIN - Programa de Integração Nacional

PMS - Prefeitura Municipal de Santarém

PPG7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

Pro-Várzea - Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea

PU - Planos de Utilização

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RDSM - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação do Pará

SEMAB - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

SEMTA - Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia

SIRSAN - Sindicato Rural de Santarém

SOME - Sistema de Organização Modular de Ensino

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

SPVEA - Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDEPE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

Z-20 - Colônia de Pescadores de Santarém

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 TERRITÓRIO, POLÍTICA E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>22</b>
2.1 Aspectos humanos e geográficos da Ilha de São Miguel .....	23
2.2 As relações socioespaciais dos ribeirinhos como ação educacional.....	38
2.3 O capital na Amazônia e a aliança dos povos da floresta.....	41
2.4 A organização política dos ribeirinhos no ambiente de várzea .....	48
<b>3 EDUCAÇÃO E POLÍTICA NA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E NAS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS .....</b>	<b>57</b>
3.1 As primeiras formas de apropriação humana .....	58
3.2 O cultivo da juta como elemento da territorialização.....	60
3.3 A formação da comunidade e a escolarização dos ribeirinhos .....	68
3.4 A construção do modelo de organização local .....	73
3.5 A Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel.....	81
3.6 A pesquisa participativa como ação educacional .....	83
3.7 O direito de uso exclusivo do território .....	97
3.8 Mudanças e permanências .....	101
3.8.1 <i>Religiosidade e desporto</i> .....	102
3.8.2 <i>Escolarização e participação da escola</i> .....	104
3.8.3 <i>Dificuldades para encontrar lideranças e novos desafios</i> .....	111
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>120</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação é o resultado do esforço de produção de conhecimento no campo educacional, tendo em vista a diversidade amazônica e a singularidade da região de várzea, lócus da pesquisa, objetivando compreender e registrar o modelo político-educacional desenvolvido pelos moradores da Ilha de São Miguel, concomitante a experiência bem sucedida de uso sustentável dos recursos naturais no ambiente de várzea do município de Santarém/Pará, cujo “início” remonta a década de 1970 do século XX.

Na condição de liderança comunitária, participei ativamente da implantação do modelo em estudo, desde o início da década de 1990, e a partir de 2002 passei a integrar o grupo de pesquisa e extensão do Projeto Várzea do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (PV/IPAM), do qual fiz parte até o ano de 2010. A convivência com pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento aguçou meu interesse pela pesquisa. No IPAM tive a oportunidade de contribuir para disseminar a experiência desenvolvida pelos moradores da Ilha de São Miguel para outras localidades de várzea, obtendo maiores conhecimentos acerca da diversidade regional e sobre as populações ribeirinhas da Amazônia.

O desejo de registrar a experiência que vivenciei desde 1976 e participei ativamente como liderança comunitária entre os anos de 1990 a 2003, quando saí da comunidade em busca de escolarização na cidade e foi efetivado em 2004 na equipe técnica do IPAM, levou-me a reunir documentos e buscar informações sobre o trabalho desenvolvido pelos moradores da Ilha de São Miguel há mais de quatro décadas.

Após ter concluído o Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em 2009 foi aprovado no vestibular da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus Santarém e ingressei no curso de Geografia, onde passei a realizar estudos acadêmicos e a produzir conhecimentos com base na experiência que vivenciei e em relatos dos sujeitos envolvidos diretamente no modelo analisado, resultando no Trabalho de Conclusão de Cursos (TCC) intitulado: “Os camponeses da várzea e suas lutas em defesa do território: o exemplo da localidade Ilha de São Miguel, Santarém-Pará”, o qual foi apresentado perante banca examinadora, no dia 9 de agosto de 2013, como condição para obter o título de Licenciado Pleno em Geografia.

Durante os trabalhos de campo, ainda na pesquisa acima relatada, percebi a riqueza de conhecimentos acumulados pelos moradores da localidade Ilha de São Miguel, bem como as informações privilegiadas que detinham dos aspectos políticos-educacionais intrínsecos a experiência desenvolvida. Mas, naquele momento, a perspectiva estava voltada aos estudos

das territorialidades humanas na várzea amazônica, tendo em foco o trabalho realizado pelos comunitários.

A vontade de estudar o processo educacional e a organização política dos moradores da Ilha de São Miguel me motivou a elaborar um projeto de pesquisa para concorrer no processo seletivo do Programa de Pós Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da UFOPA – Mestrado Acadêmico em Educação, na linha de pesquisa “História, Política e Gestão Educacional na Amazônia”.

Consegui ser um dos 25 aprovados num total de 325 candidatos inscritos, e desde então passei a me dedicar em leituras direcionadas para a compreensão dos múltiplos aspectos que estão envolvidos no fenômeno educacional, tanto em sua forma escolar quanto não escolar, uma vez que meu propósito continuou sendo o de analisar a experiência que vivenciei, agora com a utilização de um referencial teórico-metodológico que me permita ir além dos estudos das territorialidades, para entender como se desenvolveu o processo político-educacional realizado pelos moradores da Ilha de São Miguel, no período de 1970 a 2016, que garante a sustentação dos recursos naturais e uso exclusivo do território em área que a Constituição Brasileira (1988) determina como de livre acesso, considerando os fatores culturais, econômicos e políticos que fundamentam o modelo de organização local.

Para isso, busquei compreender o movimento histórico e os mecanismos utilizados pelos comunitários que garantem a sustentação da experiência há mais de 40 anos. No âmbito escolar, procurei entender o trabalho realizado pela escola envolvendo temáticas do cotidiano da comunidade, bem como analisar a interação entre escola-comunidade e a contribuição de ambas no processo de consciência ambiental e organização política dos moradores. O registro histórico das lutas, considerando as conquistas e os obstáculos que se apresentaram no percurso, foi enriquecedor das análises e condição fundamental para entender o processo organizacional dos moradores da Ilha de São Miguel como resultado de múltiplos fatores e desencadeador de diversos aspectos educativos.

O estudo foi realizado como base nos seguintes procedimentos de pesquisa: revisão da literatura, coleta e análise documental, entrevistas individuais e em grupo focal, envolvendo os sujeitos engajados nas lutas coletivas e materiais produzidos por organizações Não-Governamentais como o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e órgão do Estado como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os quais nas últimas décadas realizam trabalhos e publicações sobre a região de várzea do município de Santarém, envolvendo os moradores da Ilha de São Miguel.

Na literatura, busquei selecionar um conjunto de trabalhos que fundamentassem a concepção teórico-metodológica que tenho adotado em minha formação acadêmica, capazes de explicitar o entendimento de categorias como educação, território e política, bem como a relação entre estas, contextualizando o objeto de estudo e fundamentando o material empírico que tenho coletando durante anos de trabalho.

Além dos conhecimentos que acumulei e das experiências vivenciada na imersão com o objeto de estudo, para a construção da presente dissertação utilizei inicialmente como fonte de informações a transcrição de uma entrevista que realizei – em 2004 - com uma liderança da comunidade, responsável pela idealização do modelo político-educacional iniciado na década de 1970, bem como um documento audiovisual que produzi em 2012, no qual uma liderança antiga e ex-catequista da Igreja Católica, com participação ativa no processo de implantação e implementação da experiência, relata a história do trabalho de organização política realizado pelos ribeirinhos, suas lutas em defesa do território extrativo e as estratégias utilizadas pelos comunitários que possibilitaram a construção do modelo de organização local.

Para entender aspectos socioculturais que fundamentam a construção do modelo de organização local, analisei a transcrição de entrevista que uma ex-moradora da comunidade - vinculada ao IPAM - realizou em 1998 com um casal de antigos moradores da ilha, relatando a história da comunidade, as relações socioespaciais dos ribeirinhos e a convivência das primeiras famílias que residiram na Ilha de São Miguel do início do século XX a década de 1970, informações não publicadas e repassadas prontamente pela pesquisadora assim que tomou conhecimento do trabalho que realizava sobre a comunidade.

Analisei também o acordo de pescados dos moradores da Ilha de São Miguel - elaborado pelos comunitários na década de 1980, o estatuto da Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel (ANMISM) - instituído no início da década de 1990, relatórios de trabalhos de campo que participei na condição de assistente de pesquisa IPAM e publicações realizadas pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia sobre a experiência analisada, o Plano de Utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) implantado pelo INCRA na Várzea da microrregião de Santarém a partir de 2006 e o Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA/PB) do PAE Aritapera, envolvendo a Ilha de São Miguel. Do IPAM utilizo também uma série de registros fotográficos disponibilizados prontamente pela instituição que se constituíram em fontes de informação e recursos de ilustração das análises contidas na presente dissertação.

Somam-se aos documentos as entrevistas coletivas registradas em mídias que realizei em 2013 envolvendo lideranças que participaram efetivamente da experiência e outras que

surgiram no decorrer do trabalho, utilizando como técnica de coleta de informações o grupo focal, instrumentalizado por perguntas semiestruturadas e roteiro previamente elaborado, agregando novas informações ao trabalho contínuo que venho produzindo ao longo de vários anos sobre a experiência desenvolvida pelos moradores da Ilha de São Miguel.

Com base no conhecimento dos moradores sobre temas específicos e situações ocorridas em determinado período da história da comunidade, em conformidade com indicações feitas pelos próprios comunitários, organizei os sujeitos em dois grupos focais. No primeiro reuni três lideranças que participaram efetivamente do processo de implantação e implementação da experiência, com atuação na Igreja Católica, no clube de futebol, em atividades produtivas e socioculturais ao longo de vários anos.

O segundo grupo - formado por sete integrantes - foi misto, envolvendo lideranças de diferentes gerações, tais como: uma das principais lideranças da comunidade na década de 1990, o então presidente da Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel (ANMISM), um antigo produtor de juta e monitor da Escola Radiofônica do Movimento de Educação de Base (MEB) entre os anos de 1960 a 1970, um ex-comerciante e produtor de juta, o pastor da Igreja da Paz, a diretora da escola e um pescador experiente que conhece a história da comunidade e narra os acontecimentos do passado como se estivessem acontecidos atualmente.

No primeiro grupo focal, busquei conhecer as motivações dos comunitários para o início do trabalho e as estratégias socioespaciais adotadas pelos ribeirinhos no processo de implantação e implementação da experiência desenvolvida pelos moradores da Ilha de São Miguel, entre os anos de 1970 a 1990, quando ocorreu a reestruturação do modelo organizacional e de gestão do território a partir da instituição da Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel, em contexto de redemocratização do Brasil, conforme demonstrado na presente dissertação.

No segundo grupo, busquei informações sobre as atividades produtivas responsáveis pela fixação e permanência dos ribeirinhos no ambiente de várzea, acerca dos embates e estratégias adotadas pelos comunitários que garantiram o fortalecimento institucional e a continuação da experiência entre os anos de 1990 a 2013, bem como sobre a estrutura e funcionamento do então modelo de organização local, entre outros aspectos que surgiram no decorrer dos trabalhos.

Para aprofundar os conhecimentos sobre situações específicas, levantadas durante as entrevistas coletivas, ainda em 2013, entrevistei o pastor da Igreja da Paz e o ex-comerciante e produtor de juta que participaram do segundo grupo focal. As entrevistas individuais e os

trabalhos nos grupos focais foram facilitados pelo interesse expresso dos comunitários em fazer a reconstituição e registro de sua própria história. Conforme foi mencionado, para garantir a transcrição fidedigna das informações, as entrevistas e depoimentos dos moradores foram gravados em áudio e estão disponíveis no acervo documental que tenho produzido.

Para atualizar os conhecimentos sobre a estrutura da comunidade e o funcionamento do modelo institucional em 2016, analisar o trabalho realizado pela escola, a relação entre escola-comunidade e a participação de ambas no processo de consciência ambiental e organização política dos moradores, entrevistei e busquei informações junto a atual gestora da escola, o então presidente da comunidade e o agente comunitário de saúde, além de uma ex-diretora do estabelecimento escolar local, os quais disponibilizaram informações valiosas que complementaram os materiais analisados para a elaboração da presente dissertação.

Com base nos documentos, nos depoimentos fornecidos pelos moradores e lideranças comunitárias, nas experiências que vivenciei articulados às leituras que realizei, procurei descrever e analisar o trabalho realizado pelos moradores da Ilha de São Miguel, no período de 1970 a 2016, considerando os fatores culturais, econômicos e políticos que fundamentam à exploração sustentável dos recursos naturais no ambiente de várzea.

Por vontade dos moradores, em situações específicas será admitida a identificação nominal dos sujeitos, em outros casos optei por resguardar parcialmente a identidade dos entrevistados, identificando nas citações pelas iniciais de seus nomes, seguidas da idade do informante no momento das entrevistas, possibilitando que reconheçam suas falas e sejam identificados pelos comunitários, uma vez que a presente dissertação não se resume a um trabalho acadêmico, mas também se constitui em um documento histórico, de relevância política e social para os moradores da Ilha de São Miguel.

Utilizarei os termos: moradores, comunitários, lideranças comunitárias, varzeiros e ribeirinhos, ressaltando que na presente dissertação os termos varzeiros e ribeirinhos serão tratados como sinônimos para designar todas as pessoas que vivem nas margens do rio Amazonas, em terra firme e nas áreas sujeitas a inundações, conforme será esclarecido em unidade específica. O termo morador designa qualquer habitante da ilha, porém comunitários indica os sujeitos que exercem função de lideranças ou participam ativamente nos trabalhos realizados pela coletividade.

A dissertação está organizada em seções, além da introdução e das considerações finais. Seguindo a unidade introdutória, na segunda seção apresento ao leitor os aspectos humanos e geográficos da Ilha de São Miguel, caracterizado enquanto um território que se constitui no movimento histórico e nas lutas pela sobrevivência e permanência dos moradores

na fração do espaço amazônico, ocupado e trabalhado por sucessivas gerações ao longo de varias décadas. Ainda nesta seção, com base em análise teórica da relação sociedade-trabalho-educação busco situar as práticas socioespaciais dos ribeirinhos como ação educacional, sendo a educação tratada em sentido amplo, envolvendo os processos formativos que se realizam na escola e as aprendizagens decorrentes do processo político-organizacional vivenciado pelos ribeirinhos, onde as ações educacionais correspondem ao conjunto de práticas educativas, realizadas em prol das populações extrativistas da Amazônia que resistem à exploração econômica nos limites de suas apropriações.

Para contextualizar as realidades e adversidades vivenciadas pelos moradores da Ilha de São Miguel, apresento uma síntese do processo de desenvolvimento do capital na Amazônia, com ênfase no período de vigência dos governos após o golpe civil-militar de 1964 e a implantação de grandes projetos na Amazônia, analisando impactos socioambientais decorrentes desse processo e a organização político-educacional das populações extrativistas como forma de resistência aos perigos eminentes ao território. De maneira específica identifico ligeiramente os efeitos degradantes de políticas econômicas hegemônicas instaladas na região que impactaram o modo de vida e as formas de trabalho dos ribeirinhos e suas lutas pela permanência nas frações do espaço historicamente delimitadas.

Na terceira seção apresento os fundamentos históricos da construção do modelo político-educacional realizados pelos moradores da Ilha de São Miguel, fundamentais ao processo de apropriação, delimitação e uso do território desse grupo, onde práticas socioespaciais, em cursos há mais de quatro décadas, têm fortalecido suas territorialidades, garantindo aos comunitários a exploração racional dos recursos naturais e a delimitação de um território de uso exclusivo dos moradores, em área que a Constituição Brasileira (1998) determina como de livre acesso.

De maneira específica, analiso os aspectos das primeiras formas de apropriação humana na Ilha de São Miguel e as atividades realizadas pelos moradores do início do século XX, bem como apresento atividades econômicas que possibilitaram a fixação e a permanência dos ribeirinhos na fração do espaço amazônico, fundamentais para a compreensão do modelo consolidado atualmente. Analiso também o empenho dos moradores em prol da escolarização de suas crianças ainda no início da década de 1950, bem como o modelo político educacional conduzido pelo Movimento de Educação de Base (MEB) a partir da década de 1960, responsável pela alfabetização dos adultos e formação de lideranças, articulando os diferentes povoados para a convivência em comunidade.

Identificados os fundamentos organizacionais, passo a analisar a construção do modelo organizacional dos ribeirinhos, realizado a partir da década de 1970, em contexto da superexploração dos recursos naturais no ambiente de várzea, ocasionados pela intensificação da pesca comercial na Amazônia Legal. Demostro também o processo de reestruturação do modelo de organização local a partir da instituição da Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel nos anos de 1990 e as novas formas de gerenciamento do território, em contexto de redemocratização do Brasil.

Ainda nesta seção destaco a pesquisa participativa do pirarucu, realizada pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), como mecanismo político-educacional dos ribeirinhos, fundamentais para o fortalecimento dos trabalhos dos comunitários. Além de analisar a conjuntura política nacional e as estratégias dos moradores da Ilha de São Miguel para conquistarem o direito de usos exclusivos do território.

Também analiso algumas mudanças e permanência nas relações socioespaciais dos ribeirinhos a partir da intensificação do processo de globalização neoliberal e a inserção de elementos da modernidade e do mundo urbano nas relações historicamente desenvolvidas, enfatizando as alterações na questão religiosa e práticas socioculturais - como as festividades esportivas tradicionalmente realizadas pelos comunitários - intensificadas a partir da última década do século XX.

Apresento também a interação entre a educação escolar e não escolar, o esforço realizado para elevação do nível de escolarização dos comunitários e a fundamental participação da escola no processo de consciência ambiental e organização política dos moradores da Ilha de São Miguel. Além de identificar um relativo desinteresse dos jovens em assumir cargos de liderança, apontando desafios a serem superados para a permanência das novas gerações na fração do espaço historicamente delimitado e continuação do trabalho exemplar realizado pelos ribeirinhos ao longo de mais de quatro décadas. Na quinta e última seção apresento as considerações finais sobre os resultados alcançados com a pesquisa.

## 2 TERRITÓRIO, POLÍTICA E EDUCAÇÃO

Nesta seção, apresenta-se ao leitor uma breve descrição dos aspectos humanos e geográficos da Ilha de São Miguel, analisando as atuais formas de apropriação, controle e uso do território realizado pelos ribeirinhos no ambiente de várzea da microrregião de Santarém - Pará, seguido de análise teórica da relação sociedade-trabalho-educação, situando as estratégias socioespaciais dos ribeirinhos como ação educacional.

Ressalta-se que a educação será tratada em sentido amplo envolvendo os processos formativos que se realizam no contexto escolar e não escolar, por escolha ou condicionada a realidades específicas dos territórios, entendidos como recortes espaciais de manifestação de poder, limites, uso, como fração do espaço instituído e controlado não apenas através do poder político dos Estados-Nações ou forças econômicas das grandes empresas, mas também produzidos nas relações de poder engendradas por diferentes grupos humanos em distintas escalas geográficas.

Entende-se a política como processos que envolvem tomadas de decisões para alcançar determinadas finalidades, ou ainda conforme sintetiza Gonçalves (2006, p. 75): como a “arte de definir os limites”, onde as ações educacionais correspondem ao conjunto das práticas educativas, realizadas em prol das populações extrativistas da Amazônia que resistem à exploração econômica nos limites de suas apropriações. Nesse entendimento, corrobora-se com Damasceno et al (1988), para os quais política e educação são processos indissociáveis, uma vez que a educação influencia um posicionamento político-ideológico e a política direciona as ações educacionais.

Na seção, analisa-se também o desenvolvimento do capital na Amazônia e as estratégias adotadas pelas populações extrativistas, como forma de resistência aos perigos eminentes aos territórios historicamente delimitados, contextualizando o objeto de estudo e demonstrando os efeitos degradantes de políticas econômicas hegemônicas instaladas na região. Apresenta-se ainda uma ligeira descrição sobre o ambiente de várzea e formas de resistências desenvolvidas por varzeiros e ribeirinhos, em contexto de degradação socioambiental na Amazônia.

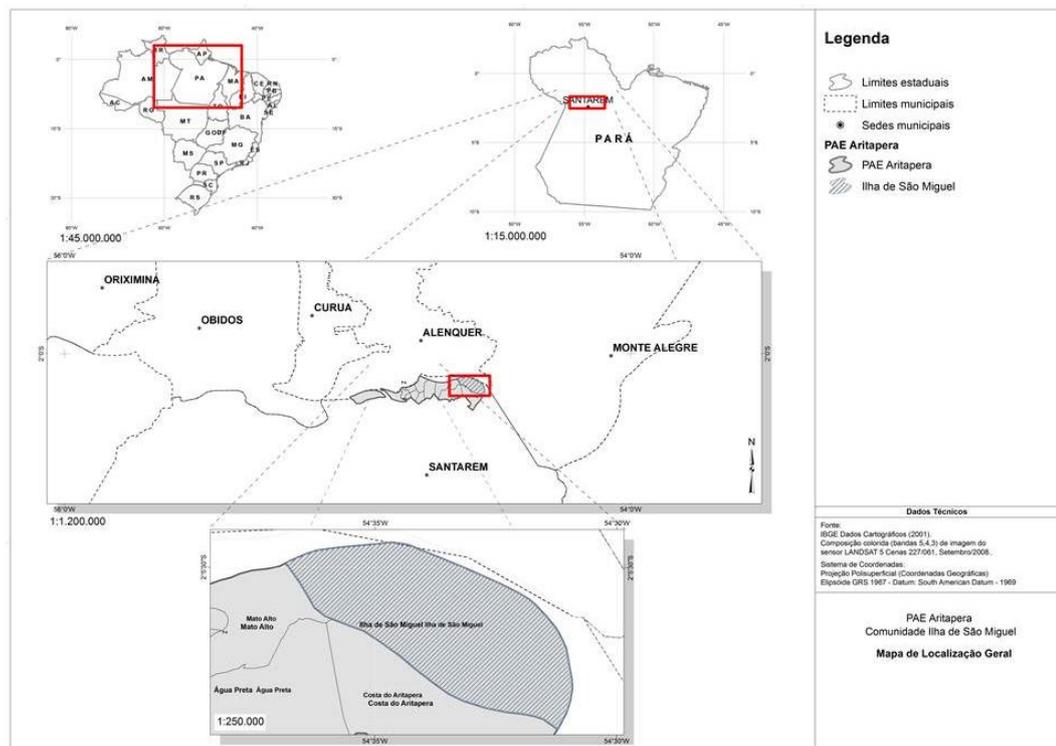
Ressalta-se que os termos varzeiros e ribeirinhos - tomados como sinônimos na presente dissertação - possuem as seguintes conotações: chamam-se varzeiros aos indivíduos que vivem nas áreas do rio Amazonas sujeitas a inundações periódicas. Os ribeirinhos são todos aqueles que moram nas margens dos rios, incluindo os varzeiros e as populações que vivem em terra firme.

Em suma, a seção encontra-se organizada em quatro subseções: apresentando-se inicialmente uma breve descrição dos aspectos humanos e geográficos da Ilha de São Miguel; seguida da fundamentação teórica que situa as relações socioespaciais dos ribeirinhos como ação educacional; sucedida por uma ligeira análise sobre o desenvolvimento do capital na Amazônia e a aliança dos povos da floresta; finalizando a unidade com a subseção que trata da organização política dos ribeirinhos da Amazônia no ambiente de várzea.

## 2.1 Aspectos humanos e geográficos da Ilha de São Miguel

A Ilha de São Miguel está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Amazonas, área de várzea da microrregião de Santarém, mesorregião do Baixo Amazonas, estado do Pará. Atualmente 44 famílias extrativistas e de poliprodutores – num total de 121 pessoas - usam e controlam uma superfície territorial de aproximadamente 3.500 hectares. Como forma de subsistência, desenvolvem atividades voltadas para manutenção das famílias e comercialização de excedentes, conforme será demonstrado a seguir.

**Figura 1** - Mapa de localização da Ilha de São Miguel



Fonte: Arquivo gráfico do IPAM (adaptado -2010).

A localidade encontra-se a uma distância de 56,79 Km – em linha reta – da cidade de Santarém, e o acesso acontece unicamente por via fluvial, realizado pelos ribeirinhos em pequenas embarcações motorizadas - chamadas bajaranas e/ou em conduções de porte médio – conhecidas como barco de linha.

As bajaranas geralmente pertencem aos próprios moradores e sua aquisição deve-se, sobretudo, a popularização do meio de transporte ocorrido a partir do início do século XXI, facilitado pela política de benefícios do Governo Federal que os ribeirinhos passaram a acessar nos últimos anos. Essas embarcações transportam de quatro a seis pessoas por viagem, não possuindo cobertura para proteger os passageiros das chuvas e do calor do sol.

Os barcos de linhas normalmente são propriedades particulares que passam na comunidade duas vezes por semana, transportando os moradores e seus produtos agrícola-extrativos para à cidade. Essas embarcações têm a capacidade para conduzir em média cinquenta passageiros, os quais pagam atualmente cerca de 30 reais por pessoa e um valor proporcional pela carga que os acompanham. Por serem mais estáveis do que as bajaranas e mais vantajosos economicamente que as lanchas-voadeiras, os barcos de linhas são bastante utilizados pelos ribeirinhos em viagens para Santarém.

Em função do acesso à cidade acontecer unicamente por via fluvial, contornando um conjunto de ilhas aluviais, o percurso é realizado em aproximadamente 4 horas de viagem pelas embarcações de porte médio – como motor de até 114 Unidades de Potência (HP), em cerca de 3 horas e 30 minutos de bajaranas – como máquinas de 9 a 13 HPs e em aproximadamente 1 hora e 30 minutos em lancha-voadeira - como motor de 40 unidades de potência. Nos barcos de linha as viagens chegam a durar cerca de 5 horas, em função dessas embarcações realizarem escalas em diferentes comunidades situadas ao longo do percurso fluvial para recepcionar passageiros e produtos agrícolas-extrativos que levam para vender em Santarém.

Na comunidade existe uma escola municipal de Ensino Fundamental, onde também funciona o Ensino Médio Modular, oferecido pelo Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC), regulamentado pela Lei nº 7.806, de abril de 2014, com a finalidade de:

[...] garantir aos alunos acesso à educação básica e isonomia nos direitos, assegurando a ampliação do nível de escolaridade e a permanência dos alunos em suas comunidades, observando as peculiaridades e diversidades encontradas no campo, águas, florestas e aldeias do Estado do Pará (BRASIL, 2014, Art. 2º).

Conforme esclarece o parágrafo único do Art. 2º da lei nº 7.806, “o Ensino Modular é direcionado à expansão das oportunidades educacionais em nível de ensino fundamental e médio para a população escolar do interior do Estado, onde não existir o ensino regular, de modo complementar ao ensino municipal”.

O prédio escolar apresenta estrutura palafita - típico da região de várzea - com cinco salas de aulas, uma cozinha, área de refeição, secretaria e dois banheiros. Alguns professores que atuam no ensino fundamental ainda são de outras localidades e 100% dos docentes do Ensino Médio Modular são oriundos de Santarém. Para recepcioná-los, os comunitários construíram duas residências, uma para os professores do município e outra para os docentes estaduais.

Na comunidade existem duas igrejas – uma católica e outra evangélica, sendo a primeira de fundação mais antiga, com missas e festas em homenagem a Santa Luzia desde o início da década de 1950, devoção modificada pela imagem de São Miguel Arcanjo a partir da década de 1970. A igreja evangélica chegou à comunidade no final da década de 1980, por meio do Projeto Amazonas (PAZ) elaborado por missionários Norte-Americanos, segundo Huber (2011) com a missão de fundar 100.000 igrejas na Amazônia, incluindo as comunidades ribeirinhas.

Na comunidade ainda se mantém um clube de futebol - até a década de 1970 - conhecido como São Miguel, quando influenciado pela marca do Centro-Sul do Brasil passou a se chamar Flamengo, momento em que os desportistas locais construíram um campo de futebol próprio e sua sede social, onde realizam eventos esportivos e festas dançantes anuais.

Em função das características geográficas das comunidades de várzea, os moradores da Ilha de São Miguel ainda não dispõem de energia elétrica permanente. Na comunidade existe apenas um motor-gerador a diesel de 45HP que funciona três horas-dia (das 19h às 22h), atendendo as residências situadas na área central da comunidade, mantidos por uma taxa mensal paga pelos beneficiários que varia de acordo com preços do combustível. Em casos excepcionais o motor-gerador pode funcionar em horários específicos, mediante o pagamento de combustível realizado pelos requerentes.

Entre as estruturas físicas existentes na ilha, destaca-se ainda a sede da Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel (ANMISM), gestora da comunidade, onde os comunitários realizam reuniões ordinárias mensais e outras atividades de interesse da coletividade. A localidade conta atualmente com apenas um pequeno ponto de revenda de produtos da cesta básica – chamado taberna, diferente de períodos anteriores, quando além

dos comerciantes fluviais ambulantes que passavam na comunidade existiam pelos três pontos fixos de vendas na ilha, como será apresentado em seção posterior.

Os moradores da Ilha de São Miguel são extrativistas e poliprodutores que desenvolvem atividades voltadas para a manutenção das suas famílias e comercialização de excedentes, de acordo com o regime hídrico da várzea do rio Amazonas, conceituada como área inundada periodicamente por rio de águas barrentas que transportam sedimentos em suspensão ricos em nutrientes e matéria orgânica, responsável pela formação de ecossistemas férteis e diferenciados. A várzea do rio Amazonas é marcada por dois períodos distintos: a enchente/cheia, que na microrregião de Santarém (PA) acontece entre os meses de dezembro a maio e o período de vazante/seca, que ocorre entre os meses de junho a novembro, determinando o modo de vida e a forma de trabalho do varzeiro.

No período da enchente/cheia, as águas do rio Amazonas inundam totalmente os terrenos mais altos, onde estão instaladas as residências e os espaços públicos, como escolas, sedes de agremiações esportivas e igrejas, dificultado o funcionamento dos trabalhos e o acesso dos moradores aos serviços comunitários, bem como o deslocamento e a comunicação entre às residências.

No caso específico da Ilha de São Miguel, no período da enchente/cheia, as famílias que possuem propriedades em localidades que não sofrem inundação - geralmente agropecuaristas - alternam suas atividades entre a várzea e a terra-firme, porém a maioria dos comunitários permanece na várzea, onde sobrevivem basicamente da alimentação do peixe e de gêneros agrícolas produzidos durante o verão amazônico, com renda mensal provenientes de aposentadorias, bolsa família, seguro defeso e outros benefícios que nos últimos anos passaram a receber do Governo Federal, aguardando o período de vazante/seca quando a vida e os trabalhos dos varzeiros voltam à normalidade. Em função da dinâmica hídrica da região, as escolas de várzea possuem calendário específico, com as aulas começando no início do mês de agosto e o ano letivo encerrando no final do mês de abril do ano seguinte.

**Figuras 2 e 3 – A dinâmica hídrica na várzea da microrregião de Santarém**



Figura 2. Espaço e edificação da E.M.E.F. “Duque de Caxias” - Ilha de São Miguel- no verão amazônico. Registro: Noélia de Sá Rego - setembro de 2012.



Figura 3. Espaço e edificação da E.M.E.F. “Duque de Caxias” – Ilha de São Miguel - no inverno amazônico. Registro: Noélia de Sá Rego - maio de 2013.

Na figura 2 – à esquerda, registrada no mês de setembro de 2012, o prédio da Escola - estrutura palafita com cerca de 120 centímetros de altura, construído em uma das restingas mais altas da comunidade – encontra-se em “terra firme”, local que no período máximo de estiagem - normalmente no mês de novembro - fica cerca de 8 metros acima do nível médio do canal principal que passa em frente da vila, nos últimos anos represado durante grande parte do verão amazônico, em função da sedimentação de seu leito. Porém, no pico da cheia, normalmente no mês de maio, as águas do rio Amazonas inundam totalmente a restinga e em alguns casos chega a cobrir o assoalho da escola, paralisando os trabalhos escolares.

A figura 3 – situada à direita, registrada no mês de maio de 2013, mostra o momento em que as águas do rio Amazonas inundam totalmente as restingas mais altas da localidade, nesse caso cobrindo o assoalho do prédio escolar, mostrado na figura anterior com cerca de 8 metros de altura acima do nível médio do canal principal que passa em frente à comunidade.

Acompanhando a dinâmica hídrica da região, a partir do mês de junho, quando as águas do rio Amazonas começam a baixar, os moradores iniciam o trabalho da pesca do pirarucu e bagres - organizada em um sistema de comercialização local realizado pela associação de moradores - até o mês de novembro uma das principais fontes de renda dos comunitários.

O sistema de pesca e comercialização das espécies mencionadas realizadas unicamente por meio da associação de moradores é resultado de uma experiência desenvolvidas ao longo dos anos que tem se constituído em importante mecanismo de controle para o acesso e uso dos recursos pesqueiros na comunidade. Em outros termos, para evitar que espécies de peixes

destinadas pelos moradores unicamente para alimentação dos familiares sejam comercializadas, além de saber a quantidade de peixes capturados anualmente, determinando o ritmo das pescarias de acordo com a disponibilidade de peixes nos lagos.

O sistema de pesca e comercialização do peixe – ilustrado a seguir - funciona da seguinte maneira: os pescadores habilitados pelos comunitários conduzem o pescado ao ponto de venda da associação de moradores, onde um comunitário escolhido em assembleia geral recebe e faz a passagem dos peixes, conserva o pescado em caixa de isopor ou frigorífica instalados no interior da embarcação da ANMISM, em dias previamente agendados transporta o produto para vender em Santarém. No retorno, faz o pagamento aos pescadores e realiza prestação de contas em assembleia geral, repassando o lucro - decorrente de uma taxa retirada por miligrama de peixe - para a associação de moradores, recebendo como pagamento dos trabalhos prestados o valor mensal de um salário mínimo.

Os recursos decorrentes do lucro da comercialização do pescado - entesourados pela associação de moradores - são revestidos em trabalhos comunitários e na defesa dos interesses da coletividade, bem como para socorrer moradores em casos de enfermidades ou que estejam passando por dificuldades financeiras. Conforme será visto na seção três da presente dissertação, há mais de três décadas os comunitários não permitem a pesca com utilização de rede-malhadeira nos lagos da comunidade, em função disto a captura de pirarucus e bagres são realizadas basicamente de duas maneiras: com *ártia*/arpão e “linha/anzol”, conforme será demonstrado a seguir.

#### **Figura 4 - Pesca do pirarucu com *ártia*/arpão**



Figura 4. Pescador pescando pirarucu com *ártia*/arpão no lago da ilha. Registro fotográfico: Eneias Barbosa Guedes - Outubro de 2012.

Conforme ilustrado parcialmente na figura 4, esse tipo de pescaria é possível porque o pirarucu exerce respiração aérea e precisa vir à superfície para respirar no intervalo de 5 a 20 minutos, dependendo do tamanho do indivíduo, da quantidade de oxigênio dissolvido na água e do nível de stress do peixe, quando ameaçado pode demorar até 1 hora para emergir. O pescador experiente, conhecendo o comportamento da espécie, movimenta lentamente sua canoa no lago, posicionando-se próximo aos locais das boiadas, conforme retratado na parte direita da figura e na extremidade do mesmo lado – respectivamente, quando consegue prever o local onde o pirarucu emergirá atira sua *ártia* na direção do peixe – sendo bem sucedido – encrava o arpão no pirarucu, trazendo o animal para a superfície - através de uma linha fixada na extremidade do arpão - onde o peixe é em seguida sacrificado.

Esse tipo de pescaria é a mais recomendada pelos moradores, uma vez que o pescador pode selecionar os peixes que deseja pescar, diferente das pescarias com linha/anzol onde os peixes menores podem engolir a isca e serem capturados involuntariamente antes de atingir a fase de maturação e o tamanho mínimo estabelecido pelo IBAMA na Instrução Normativa nº 34, de 18 de junho de 2004.

**Figura 5 - Pesca do pirarucu com linha/anzol**



Figura 5. Pescador transportando pirarucus capturados com linha/anzol no lago da comunidade. Fonte: arquivo fotográfico do IPAM – 2004.

A pesca com linha/anzol acontece normalmente durante a noite e apesar do risco anunciado é bastante praticada pelos moradores da ilha. Nesta, os pescadores utilizam anzóis de numeração máxima (nº 02 e 01) presos individualmente na extremidade por uma linha-

nylon de 2,5 milímetros de espessura com 7 metros de comprimento - chamado *rapazinho*, ao qual se coloca um pequeno peixe, amarrando as armadilhas na vegetação flutuante ou em galho de árvores – quando realizadas nas florestas alagadas, mantendo os peixes próximos a superfície d'água. Quando os pirarucus alcançam as iscas - antes de serem destruídas por animais aquáticos como tracajás (*Podocnemis unifilis*) - engolem o anzol e morrem nos locais de extensão das linhas, retirados pelos pescadores nas primeiras horas do dia.

Quando bem sucedidos, os pescadores conseguem capturar vários pirarucus com seus *rapazinhos* em uma única pescaria, trazendo os peixes para o ponto de entrega/recebimento da associação de moradores, onde são realizados os procedimentos de comercialização pelo encarregado da ANMISM.

**Figura 6** - Entrega/recebimento de pirarucu no ponto de venda da ANMISM



Figura 6. Pescador – de camiseta branca a esquerda – entregando pirarucu captura no lago da comunidade para associação de moradores. Fonte: arquivo fotográfico do IPAM, 2004.

Conforme ilustra parcialmente a figura 6, no ponto de entrega/recebimento da Associação de Moradores, os peixes são pesados e acondicionados em caixas de isopor ou em estrutura de alumínio instalada no interior da embarcação da ANMISM, anotando-se a quantidade e o peso dos peixes recebidos de cada pescador por pescaria.

**Figura 7** - Pirarucus acondicionados em caixa de gelo da ANMIS



Figura 7. Pirarucus acondicionados em caixa de gelo instalada no interior da embarcação da ANMISM. Fonte: arquivo fotográfico do IPAM - 2004.

Conforme foi dito e ilustrado parcialmente na figura 7, após os procedimentos de entrega/recebimento do pescado, o encarregado da Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel acondiciona pirarucus e bagres em caixas de isopor ou na estrutura instalada no interior da embarcação da ANMIS, até alcançar quantidade suficiente para vender a produção em Santarém, normalmente no intervalo de uma semana.

Ressalta-se que a forma de comercialização - retratada nas figuras 6 e 7 - não é a única possibilidade de os pescadores venderem o pirarucu, podendo ser realizada de duas maneiras principais: retirando-se apenas as tripas e entregando os peixes inteiros ou comercializando apenas as mantas dos pirarucus retiradas da carcaça - chamada de miudeza.

**Figura 8** - Comercialização de mantas de pirarucus e bagres



Figura 8. Pescadores trazendo mantas de pirarucus e bagres ao ponto de entrega/recebimento da ANMISM. Fonte: arquivo fotográfico do IPAM – 2004.

Na extremidade esquerda da figura 8 e sob a mão direita do pescador de camisa lilás se encontram mantas de pirarucus retiradas das carcaças, situadas entre os pescadores - sob a mão esquerda do sujeito mencionado – bem como entre as mantas dos pirarucus. Percebem-se também alguns bagres entre as mantas e miudezas trazidos ao ponto de entrega-recebimento da ANMISM.

Ressalta-se que essa forma de vender o pirarucu é a mais aceita na comunidade e também a mais praticada pelos pescadores, uma vez que possibilita o aproveitamento da miudeza para alimentação das famílias que preferem a carne com osso a comerem o filé. Na contramão desse costume, em 2004 técnicos do IPAM propuseram e intermediaram uma experiência de comercializar os pirarucus inteiros, argumentando que seria mais vantajoso para os pescadores. Todavia, o projeto não logrou êxito em função do motivo mencionado, momento em que a associação de moradores abandonou o comércio de pirarucus inteiros e continuou comprando somente as mantas.

**Figura 9** - Prestação de contas em assembleia geral



Figura 9. Tesoureiro da associação de moradores prestando contas em assembleia geral da ANMISM. Fonte: arquivo fotográfico do IPAM - 2004.

Conforme pode ser notado parcialmente na figura 9, a transparência é uma prática fundamental na relação entre os moradores da ilha, exigindo-se prestação de contas das ações realizadas pelos comunitários. No caso da comercialização do pirarucu e bagre, o encarregado de fazer o trabalho realiza prestação de contas a um conselho fiscal, repassando os valores das despesas e os saldos obtidos para o tesoureiro da associação de moradores que se encarrega de apresentar aos demais comunitários em assembleia geral da ANMISM.

Concomitante a atividade da pesca, no mês de junho - quando as águas do rio Amazonas começam a baixar e as restingas aparecem - as famílias iniciam o trabalho de preparação da terra para o plantio de feijão, mandioca, melancia, milho, jerimum e outras culturas de ciclo curto, conciliando a agricultura com a extração do pescado.

A partir do dia 1º de dezembro, quando a captura do pirarucu fica proibida por Lei Federal – conforme Instrução Normativa nº 34 do IBAMA - os moradores também param de pescar comercialmente, momento em que os pescadores filiados a Colônia de Pescadores Z-20 de Santarém recebem o benefício do seguro defeso para não pescarem as espécies que estão em reprodução.

Entre os meses de fevereiro e abril, as famílias que plantaram mandioca, no momento da descida das águas do rio Amazonas, iniciam o trabalho de produção de farinha. Nessa atividade, além da força de trabalho familiar, dependendo do ritmo da enchente, contratam-se

trabalhadores diaristas, ou repassa-se parte do roçado para outras famílias fazerem a colheita em regime de meia.

**Figura 10** – Plantação de mandioca no ambiente de várzea



Figura 10. Ribeirinho da Ilha de São Miguel fazendo a manutenção-limpeza de seu roçado de mandioca. Fonte: arquivo fotográfico do IPAM – 2009.

As águas do rio Amazonas, que inundam periodicamente os ambientes de várzea, são responsáveis pela formação de solos férteis e diferenciados, fazendo com que as culturas agrícolas se devolvam rapidamente, mencionando-se como exemplo o cultivo da mandioca que na região de terra firme começa a ser colhida a partir de um ano do plantio, na várzea pode alcançar a maturação em apenas seis meses, permitindo que os produtores colham a produção antes das águas do rio Amazonas inundarem as restingas mais altas, onde são instalados os roçados.

No solo aluvial<sup>1</sup>, resultado da acumulação de sedimentos e matéria orgânica - retratado na figura 10, observa-se entre a plantação de mandioca o cultivo consorciado de banana, cultura que leva mais tempo para produzir. Mesmo assim os ribeirinhos se aventuram a plantar, na esperança de uma enchente que não cubra totalmente a restinga onde se encontra o roçado e possa colher os cachos maduros no ano seguinte, possibilidade cada vez mais rara

---

<sup>1</sup> Solo aluvial: solo formado a partir de sedimentos transportados pelas águas do rio Amazonas e depositados nas restingas no período da enchente-cheia.

nos últimos anos, mancados pela ocorrência de grandes enchentes e estiagens extremas em função das mudanças climáticas globais.

Quando as águas do rio Amazonas se aproximam dos roçados, os ribeirinhos iniciam a colheita com a força de trabalho familiar, contratando trabalhadores diaristas ou entregando parte da plantação para outras famílias produzirem farinha em regime de meia, com larga vantagem para as pessoas que recebem os roçados, uma vez que no momento de repartir a produção não se leva em conta às despesas realizadas nas atividades do plantio e manutenção dos roçados.

### **Figuras 11** – Produção de farinha de mandioca



Figura 11. Famílias da Ilha de São Miguel produzindo artesanalmente farinha de mandioca. Fonte: arquivo fotográfico do IPAM – 2009.

Nos últimos anos, a atividade retratada na figura 11 tem sido importante fonte de renda para os moradores da Ilha de São Miguel, os quais com o apoio técnico e financeiro do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia construíram uma casa de farinha comunitária, onde realizam artesanalmente o trabalho, vendendo a produção para consumidores da região ou encaminhando a farinha em barcos de linha para o comércio de Santarém.

Ainda no período de enchente-cheia, quando as águas do rio Amazonas começam a inundar a região, facilitando o acesso de pescadores às áreas de pesca, os ribeirinhos organizados em equipes realizam trabalho de fiscalização dos lagos para evitar que pessoas de outras localidades pratiquem pescarias - entendidas como irregular - nos territórios extrativos explorados exclusivamente pelos moradores da ilha.

O trabalho faz parte do sistema de organização local, gerido pela associação de moradores, elaborado coletivamente em assembleias gerais ordinárias, realizadas todo primeiro sábado de cada mês. Nenhuma decisão considerada importante pode ser tomada individualmente ou fora das reuniões. Às demandas dos comunitários devem ser encaminhadas à diretoria da Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel (ANMISM) para emissão de parecer ou para serem incluídas em pautas, discutidas e votadas nas assembleias gerais.

**Figura 12** - Assembleia geral dos moradores da Ilha de São Miguel



Figura 12. Assembleia geral dos ribeirinhos na sede da Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel. Registrado por Miguel Ferreira Rego, em maio de 2015.

No registro fotográfico, realizado em maio de 2015, percebe-se a importância das assembleias gerais para os moradores da Ilha de São Miguel, uma vez que mesmo em período máximo de cheia das águas do rio Amazonas, quando o deslocamento nas restingas alagadas é realizado unicamente por canoas e pequenas embarcações – retratadas na parte inferior da figura - os trabalhos na sede da associação de moradores continuam. Ao lado esquerdo do prédio da ANMISM registra-se parcialmente a residência dos professores do Sistema Modular de Ensino e a sua direita a casa dos docentes do Ensino Fundamental.

Na comunidade, todos estão vinculados à associação de moradores e participam integralmente de suas ações, sob a pena de pagarem multas em dinheiro [atualmente de vinte a trinta reais] para cada atividade que deixarem de comparecerem sem um motivo justo. As assembleias gerais da ANMISM não são apenas um mecanismo de decisões políticas, mas

também um espaço educacional, uma vez que nas reuniões os jovens recebem instruções das lideranças e os moradores são orientados sobre os caminhos a serem seguidos para garantir a sustentação dos recursos naturais em convivência comunitária.

A última reunião do ano, realizada no mês dezembro, tem como tema central o trabalho de fiscalização dos lagos, momento em que são formadas as equipes de fiscalização, constituídas normalmente por oito participantes, elegendo-se um comunitário para coordenar as ações de sua equipe e apresentar relatório mensal das atividades em assembleias realizadas no decorrer do ano.

Em assembleia geral, os comunitários também elegem lideranças para organizar os mutirões destinados a limpezas de estradas, igarapés e manutenção de outros espaços públicos, como a sede da associação de moradores, escola, igrejas, bem como para organizar os espaços e infraestrutura necessária à recepção de eventos regionais realizados na comunidade.

Entre o conjunto de práticas realizadas pelos moradores da Ilha de São Miguel, conforme será conceituado na subseção a seguir, destaca-se a distinção entre terra e território<sup>2</sup>, uma vez que na comunidade respeitam-se rigidamente as apropriações individuais nos limites das restingas, porém a extração dos recursos é realizada coletivamente, de modo que as terras têm “donos”, mas os recursos extrativos são administrados pelos comunitários.

Uma atividade importante para a conservação do ambiente e dos recursos aquáticos é o manejo do gado, atividade realizada de forma extensiva nos campos naturais durante o verão amazônico, conduzindo-se os animais para terra firme assim que as águas se aproximam das restingas, evitando-se que o gado destrua a vegetação, que no período da enchente-cheia alimentam os peixes e servem de abrigo para inúmeras espécies aquáticas.

Igualmente importante para controle de uso dos recursos ambientais e educação dos ribeirinhos é o estabelecimento de cotas para captura de animais silvestres, como os quelônios e as capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*), apreciados pelos moradores. Dos primeiros, permite-se que cada família colete no máximo três tracajás no período da desova, sendo a caça da capivara realizada coletivamente até duas vezes/ano. No caso específico da segunda espécie, a medida foi adotada não apenas para evitar a superexploração do recurso, mas também para manter o equilíbrio da população, pois quando numerosa chega a destruir totalmente as plantações dos ribeirinhos.

---

<sup>2</sup> Nesse caso, a terra é o substrato geográfico, incluindo no território os recursos disponíveis nas áreas delimitadas e controladas pelos atores sociais.

O manejo da capivara é realizado da seguinte maneira: quando observam uma grande quantidade de animais e em momento adequado, os comunitários se reúnem e saem para caçar, os trabalhos se estendem até alcançarem a cota estabelecida em assembleia ou uma quantidade suficiente para alimentar igualmente todas as famílias da comunidade, vetando-se qualquer tipo de comercialização da carne.

Os moradores que desobedecem às normas e regras, instituídas coletivamente pelos comunitários, são punidos em assembleia geral, estando sujeito a perder o direito temporário ou definitivo de explorarem os recursos extrativos existentes no território, decisões legitimadas pela própria família dos infratores, conforme vivenciado varias vezes quando liderança comunitária e em trabalhos de campo.

Desta maneira, os comunitários conseguem garantir o equilíbrio dos recursos naturais locais e a sustentação das famílias radicadas nesta fração do espaço amazônico, desenvolvendo identidade coletiva associada ao espaço local e a transmissão de conhecimentos historicamente acumulados às sucessivas gerações, fortalecendo os trabalhos e a política de organização do território, cimentada há mais de quatro décadas.

## **2.2 As relações socioespaciais dos ribeirinhos como ação educacional**

Sabe-se que a educação não se limita aos processos formativos que se desenvolvem no contexto escolar ou no território da escola, ela acontece em todo lugar e envolve múltiplas ações e dimensões da vida humana, de sorte que somos ao mesmo tempo sujeitos e agentes do processo educacional.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 2007, p. 7).

Em sentido amplo, a educação envolve as práticas realizadas no espaço escolar; os saberes aprendidos espontaneamente nos processos de socialização, gerados nas relações e relacionamentos familiares e extrafamiliares; as práticas intencionais aprendidas por meio do compartilhamento de experiências em espaços e ações coletivas - construída por escolha ou como no caso dos moradores da Ilha de São Miguel condicionada a uma realidade específica. Em suma, envolve a educação formal, informal e não formal, respectivamente (GOHN, 2010).

Esse entendimento está expresso no Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (9.394/96), ao declarar que: “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Contudo, a educação não é uma prática neutra, desenvolve-se vinculada à interesses e intenções de uma determinada sociedade, grupos hegemônicos ou formação social, tornando-se a expressão do contexto onde se realiza. Sabe-se que distintas sociedades possuem diferentes concepções de mundo, forma específica de produzir e organizar o trabalho e destes derivam diferentes formas de educação.

Para exemplificar o entendimento, Carlos Rodrigues Brandão aponta que, há muitos anos na América do Norte os estados de Virgínia e Maryland ao assinarem tratados de paz com os índios das Seis Nações enviaram cartas convidando jovens indígenas a estudar nas escolas dos brancos. Os chefes aborígenes responderam agradecendo o convite, conforme justificativa da não aceitação apresentada nos fragmentos da carta:

Nós estamos convencidos, portanto, que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo o coração. Mas aqueles que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa ideia de educação não é a mesma que a nossa... Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltavam para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportarem o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros. Ficamos extremamente agradecidos pela vossa oferta e, embora não possamos aceitá-la, para mostrar a nossa gratidão oferecemos aos nobres senhores de Virgínia que nos enviem alguns dos seus jovens, que lhes ensinaremos tudo o que sabemos e faremos, deles, homens." (BRANDÃO, 2007, p.8).

Certamente o governo de Virgínia não enviaria seus jovens a aprender com os índios, uma vez que sua concepção de mundo e intenção educacional eram incompatíveis com a dos povos das Seis Nações, que pretendiam formar jovens guerreiros, conhecedores da vida na floresta, aptos a enfrentar o frio e a fome, bons caçadores e construtores de cabanas. Em suma, pretendiam ensinar hábitos e costumes que lhes eram importantes, isto é - significativos. Nesse entendimento, uma educação que não preparasse jovens guerreiros, não fosse capaz de desenvolver a destreza de caçar, ou não formasse bons conselheiros só serviria para torná-lo inútil.

Assim sendo, pode-se inferir que, não é possível entender uma forma de educação sem a compreensão do contexto onde ela se realiza; sem entender a concepção de mundo e a forma como uma determinada sociedade desenvolve suas condições materiais de existência. Como vivemos em uma sociedade dividida em de classes, onde alguns vendem sua força de trabalho aos donos dos meios de produção como mercadoria, a educação tende a reproduzir a lógica e os interesses da classe proprietária e que detém o poder.

Em consonância com Mézáros apud Frigotto (2006, p. 241), em uma sociedade capitalista, a educação tem duas funções principais: garantir “a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e a formação de quadros e a elaboração de métodos para um controle político”. O autor destaca, porém, que por se realizar em contexto contraditório e em espaço de luta de classes antagônicas o projeto hegemônico não se realiza integralmente.

A estrutura das relações sociais no modo capitalista de produção é quase única, porém se materializa de forma distinta nos diferentes espaços-tempos-lugares. Assim sua compreensão requer análises que articulem as escalas socioespaciais locais, nacionais e globais, conforme indicam Saviani (2012) e Colares (2012).

As relações socioespaciais, estabelecidas no modo capitalista de produção, são complexas e a totalidade é constituída pelo conjunto das complexidades que ofuscam as contradições do modelo societário atual no espaço-mundo, tornando-se evidentes nos territórios, perspectivas propostas por Milton Santos e Laura Maria Silveira (2002), importante para entender a dinâmica socioespacial do Brasil no início do século XX e os processos político-educacionais realizadas pelas populações ribeirinhas, como é o caso dos moradores da Ilha de São Miguel, em contextos de degradação socioambiental na Amazônia.

Em consonância com os autores mencionados: “assim como a economia foi considerada a fala privilegiada da nação por Celso Furtado, o povo por Darcy Ribeiro e a cultura por Florestan Fernandes, pretendemos considerar o território como a fala privilegiada da nação” (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p. 27).

Ressalta-se que nesta dissertação, o conceito de território não se resume aos limites estabelecidos pelo poder político dos Estados-Nações ou pelas forças econômicas das grandes empresas, conforme alerta Marcelo Lopes de Souza (2003), mas também as frações de espaços-uso delimitadas e controladas pelas populações ribeirinhas da Amazônia, que resistem as ameaças de esgotamento dos recursos naturais e a expropriação de suas condições materiais de existência nos limites de suas apropriações.

Demonstra-se ainda que território não se resume ao sinônimo de terra – conforme foi visto no caso dos moradores da Ilha de São Miguel - designando principalmente o controle da extração ou gerenciamento dos recursos nela existente, sendo as territorialidades humanas o conjunto das estratégias adotadas pelos atores sociais no processo de delimitação, controle e uso dos territórios, conforme leitura de Marco Aurélio Saquet (2007). De acordo com o autor, cada sociedade usa e organiza a fração do espaço à sua maneira, de acordo com o modo de vida e exercício do poder, tornando-se o território a materialização da socialização dos atores sociais realizadas no espaço geográfico.

Concebido por Souza (2003, p. 111) como “espaço definido e delimitado por e a partir de relação de poder”, o território não deve ser confundido com o conceito de espaço geográfico. Manuel Correa de Andrade (1995) esclarece que o primeiro está relacionado à noção de domínio ou gestão de uma determinada área, atribuindo ao espaço geográfico à ideia de totalidade, abrangendo as áreas ainda não efetivamente ocupadas e os territórios.

Neste entendimento, considerando-se a totalidade-mundo o espaço brasileiro é tratado como território. Todavia, tomando-se o Brasil como totalidade nacional, uma região como a Amazônia será considerada fração do espaço. Tomando-se a Amazônia como totalidade regional, as frações de espaço delimitadas e controladas pelas comunidades ribeirinhas serão tratadas como território.

Sabe-se que, em escala global, o Brasil tem sido território da exploração político-econômico das hegemonias internacionais e que a Amazônia se constitui em fração do espaço nacional estratégica para o desenvolvimento do capital. Em consonância com Gonçalves (2001), nessa relação o meio ambiente e as condições materiais de existência das populações locais têm sido fortemente impactados, pois da região exploram-se os proveitos e deixam-se os rejeitos.

Isso, porém, não se realiza de forma pacífica, uma vez que em diferentes tempos-espaços-lugares as populações tradicionais amazônicas têm resistido à exploração econômica nos limites de suas apropriações, territorializando-se e delimitando espaços fundamentais para existência e reprodução social dos grupos humanos historicamente atingidos.

### **2.3 O capital na Amazônia e a aliança dos povos da floresta**

De acordo com estudos realizados por Celso Furtado, publicado na obra “Formação Econômica do Brasil” - clássico da historiografia econômica nacional e das ciências sociais - no início do século XX o Brasil era considerado um arquipélago econômico, separado por

diferentes e extensas formas geográficas, com a produção de bens primários voltados para o mercado externo, desvinculados de uma economia nacional. Furtado (2007) identifica três regiões geoeconômicas no espaço brasileiro: 1) a produção da cana-de-açúcar e de algodão no Nordeste do país, em torno dos quais se desenvolveu uma agropecuária de subsistência; 2) a atividade cafeeira – pós-extração mineral – no Sudeste do Brasil, articulada a agropecuária que se realizava no Sul do país e; 3) o extrativismo na Amazônia, sobretudo a produção de látex que se encontrava em franco declínio.

Ainda segundo Furtado (2007), na década de 1920 - a exemplo do que ocorria com a produção de açúcar no Nordeste brasileiro e a extração do látex na Amazônia - a economia agroexportadora do Centro-Sul do Brasil começa a declinar, momento em que a superprodução de café não é absorvida pelo mercado externo, em função da crise econômica mundial de 1929. As medidas político-econômicas implementadas pelo aparelho estatal para proteger a oligarquia cafeeira criaram as condições favoráveis para o desenvolvimento de um mercado interno<sup>3</sup>, antecedendo a economia nacional, realizada no contexto da urbanização e industrialização do Brasil.

De acordo com Becker (2001), para consolidação de uma economia nacional, era necessário realizar a integração político-econômica do país, projeto iniciado a partir da instituição do “Estado Novo” (1937) por Getúlio Vargas e efetivamente realizado nos governos militares após 1964. Para concretizar as ações, era necessário conhecer o espaço nacional, retratar a nação e o povo brasileiro, missão atribuída ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado em 1938 com esta finalidade.

Segundo Santos (2012), a primeira grande intervenção do governo brasileiro na Amazônia aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Japão fechou o comércio de borrachas asiáticas aos aliados norte-americanos, o qual para atender os interesses do setor industrial estadunidense assinaram com o Brasil o Tratado de Washington (1940), por meio do qual o Governo brasileiro se comprometia a fornecer borracha amazônica aos aliados norte-americanos e permitiria a instalação de bases militares estadunidenses em pontos estratégicos do Nordeste brasileiro. Em contrapartida, o Brasil receberia empréstimos financeiros dos Estados Unidos para investir na industrialização do país e garantir a “soberania nacional” em contexto de instabilidade política.

---

<sup>3</sup> Ao leitor interessado e aprofundar os conhecimentos sobre a situação, indico a leitura de FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. – 34ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Especificamente a unidade V - intitulada: Economia de transição para um sistema industrial – século XX (p. 251 a 323).

Para cumprir o acordo, o Governo brasileiro buscou reativar as atividades de extração do látex nos longínquos seringais da região, por meio da instituição do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia (SEMTA) e da criação do Banco de Crédito da Borracha (BCB). O projeto, porém, não logrou êxito e o término da Segunda Guerra Mundial (1945) marca também o fim do Governo de Getúlio Vargas no Brasil e o fracasso do projeto gomífero na Amazônia.

De acordo com Becker (2001), no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que tinha a ambição de desenvolver cinquenta anos de trabalho em cinco, foram efetivadas algumas ações do Projeto de Integração Nacional - para a Amazônia - indutora de povoamento do “vazio demográfico”, ajuizado pela concepção hegemônica do Centro-Sul do Brasil. A construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre (1958), contornando as duas extremidades da floresta amazônica, acentuou o fluxo migratório que se efetivava em direção a Amazônia, ocasionando o crescimento dos centros urbanos regionais e o aumento da população de 1 para 5 milhões de habitantes entre os anos de 1950-1960.

Em consonância com a autora supracitada, no projeto geopolítico para modernidade, realizado a partir do golpe civil-militar de 1964, a ocupação da Amazônia foi priorizada, uma vez que a região passou a ser vista como solução para os conflitos agrários que se intensificavam no Nordeste brasileiro e na região Centro-Sul do Brasil, em função da modernização da agricultura e da concentração de terras no país. Ademais, era necessário impedir o surgimento de focos revolucionários, a exemplo da Guerrilha do Araguaia, ocorrido no final da década de 1960 e primeira metade da década de 1970, bem como era preciso garantir a “soberania nacional” e a ideologia capitalista no contexto da Guerra Fria<sup>4</sup>.

Fundamentados nos preceitos de integração, segurança e desenvolvimento - segundo Santos (2012), no governo do presidente Castelo Branco (1964-1967) foi realizada a chamada “Operação Amazônia”, cuja finalidade era colocar em prática as ideias de ocupação do “vazio demográfico”, promover o desenvolvimento econômico da região e integrar a Amazônia brasileira a política nacional. O slogan “Integrar para não Entregar” foi elemento fundamental do discurso oficial dos governos para justificar as ações do Estado brasileiro na Amazônia Legal.

---

<sup>4</sup> Guerra Fria: Termo empregado para designar a disputa político-ideológica entre o bloco Ocidental capitalista - liderado pelos Estados Unidos da América X bloco Oriental socialista - conduzido pela antiga União Soviética (URSS), ocorrido entre os anos de 1945 a 1991. Embora as duas superpotências nunca tenha chegado ao enfrentamento armado às agressões mútuas eram constantes, mencionando-se como exemplo a corrida armamentista, a intervenção em diversos conflitos regionais - como a guerra da Coreia, a guerra do Vietnã, a crise dos mísseis em Cuba e a questão de Berlim que colocavam o mundo em pânico na eminência de uma nova Guerra Mundial.

Para garantir a eficiência da Operação Amazônia, era necessário realizar a reestruturação do aparelho Estatal e sua adequação ao mundo moderno. Nessa perspectiva, em 1966 o Banco de Crédito da Borracha foi transformado em Banco da Amazônia (BASA) e a imponente Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) foi convertida em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com amplos poderes para conceder incentivos fiscais e aprovar financiamentos para grandes projetos industriais e agropecuários na Amazônia brasileira. Ainda na década de 1960 foi criada a Zona Franca de Manaus, vista por Becker (2001) como enclave industrial em meio à economia extrativista.

Em junho de 1970, através do Decreto-Lei Nº 1.106, o governo Médici criou o Programa de Integração Nacional (PIN), destinado a financiar obras de infraestrutura na Amazônia e no Nordeste brasileiro. A lei determina que: “a primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém” (BRASIL, 1970, Art. 2º). O parágrafo único do Decreto especifica que: “será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica”.

Considerando indispensável à segurança e ao desenvolvimento do país, o Governo Federal, através do Decreto-Lei Nº 1.164/71 (revogado pelo decreto Decreto-Lei Nº 2.375/87) determinou que na Amazônia Legal, as terras devolutas<sup>5</sup>, situadas na faixa de 100 km de extensão - em cada lado das rodovias federais construídas, em construção, ou projetadas - fossem confiscadas dos estados para o domínio público da União, episódio conhecido como *federalização das terras amazônicas*, através do qual o estado do Pará perdeu a soberania sobre mais de 70% de seu território, conforme quantifica Violeta Refkalefsky Loureiro no trabalho intitulado: “Questões fundiárias na Amazônia – um caleidoscópio de direitos e de violências contra os direitos”, publicado em 2009.

Nas palavras da autora:

O confisco abrangeu uma extensa área de 100 km para cada lado das rodovias existentes ou projetadas na Amazônia. De todos os estados o Pará foi o mais atingido porque nele passaram e passaria o maior número de estradas federais. O Estado do Pará teve a área sob sua jurisdição reduzida a apenas 29,7%. O decreto foi sucedido por vários outros que o complementaram. Esses vastos espaços sofreram

---

<sup>5</sup>Terras devolutas: “são terras públicas compreendidas nas faixas de fronteira dos Territórios e do Distrito Federal e as que não são aplicadas a qualquer uso público, federal, estadual ou municipal, ou que não se encontram, por título legítimo, na posse, ou domínio particular de alguém” (JUSBRASIL). Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/290816/terras-devolutas>>. Acesso em: Jan. 2016.

grandes impactos em termos fundiários, mas sobretudo, impactos sociais. O fato ficou conhecido pelo nome de *federalização das terras amazônicas* (LOUREIRO, 2009, p. 3).

Com base em Lei Federal, a SUDAM passou a conceder incentivos fiscais e aprovar financiamentos para empreendimento industriais e agropecuários na Amazônia. O recém-criado Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se encarregou de realizar a distribuição de terras públicas para camponeses e agropecuaristas, sem - contudo, oferecer as condições para a permanência dos pequenos produtores nas áreas de assentamentos.

Como condição para alcançar o desenvolvimento econômico da região e realizar a ocupação do “vazio demográfico”, foram intensificados os investimentos em projetos de infraestrutura, iniciando-se ainda na década de 1970 a construção da rodovia Transamazônica para ligar as extremidades Leste-Oeste do Brasil, promovendo também a integração da porção meridional da Amazônia Legal. O slogan *Terras sem homens para homens sem-terra* fez parte do discurso oficial do presidente Médici, durante o lançamento do PIN em Manaus, quando prometia resolver os problemas agrários do Nordeste brasileiro oferecendo terras amazônicas aos homens nordestinos (LEROY, 1991).

A construção da rodovia Transamazônica expressa a ambição do projeto político-econômico da época, conforme placa fixada no tronco de uma pujante castanheira situada nas margens do rio Xingu, município de Altamira – Pará, inaugurada pelo presidente Médici no dia 9 de outubro de 1970. Dizia a placa: “nesta margem do Xingu, em plena selva amazônica, o senhor presidente da República dá início a construção da Transamazônica: uma arrancada histórica para a conquista e colonização do gigantesco mundo verde” (LEROY, 1991, p. 36).

Analisando-se as ações político-econômicas, constata-se que a forma de colonização adotada possui característica distinta das fases anteriores. Se anteriormente buscava-se a região para explorar as riquezas da floresta, agora se pretendia a apropriação da terra para expansão dos empreendimentos capitalistas. Se na economia extrativista a manutenção da floresta garantia a permanência das populações que nela habitavam, na forma de latifúndios a limpeza do terreno elimina as condições materiais de existência das populações extrativistas locais. Desta maneira, índios, seringueiros, ribeirinhos, pequenos colonos viram seus territórios serem devastados por um modelo de desenvolvimento que transformava as florestas e os recursos naturais em terras arrasadas (TOM DA AMAZÔNIA, 2005).

Todavia, as ações devastadoras realizadas sob a égide do Estado e do grande capital na Amazônia não aconteceram sem a resistência das populações extrativistas, uma vez que estas

reagiram as explorações praticadas pelas empresas capitalistas, por meio de iniciativas desencadeadoras de processos político-educacional, iniciada pelos seringueiros acreanos, quando tentaram impedir que fazendeiros derrubassem a floresta para transformá-la em pastagem de gado. Conforme Gonçalves (2001), ainda na década de 1970 surgiram os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais no Acre, seguido da organização sindical em outras localidades amazônicas, a exemplo do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR).

A partir das ações de resistência realizadas pelos seringueiros acreanos - articulada a movimentos nacionais - como a participação de intelectuais, ambientalistas, ala progressista da Igreja Católica, entre outros atores sociais,

Surge então uma forte consciência de que a devastação da floresta amazônica não era somente uma questão ambiental, mas social. O discurso de líderes como Chico Mendes começou a apontar na direção da formação de uma aliança dos povos da floresta, que reunisse todas as populações tradicionais da Amazônia em defesa de seu bem comum: a grande floresta (TOM DA AMAZONIA, 2005, p. 94).

As lideranças extrativistas tinham consciência de que não bastava apenas realizar a organização sindical e a união dos povos da floresta, era necessário escolarizá-los, uma vez que o não domínio da leitura e escrita e o fato de não saberem calcular foram elementos decisivos para a exploração a que estavam submetidos. Nesse sentido, a escolarização apresenta-se como uma necessidade política para a emancipação dos trabalhadores.

Aprender a ler, escrever e contar era, assim, uma necessidade política. Sem isso jamais poderiam ser capazes de se emanciparem. A primeira cartilha escrita pelo Projeto Seringueiro, de educação, chamou-se Poronga que, assim como o instrumento que os seringueiros usam na cabeça para iluminar os varadouros quando partem para o corte da seringa de madrugada, a cartilha haveria de iluminar seus caminhos na política (GONÇALVES, 2001, p. 134).

Em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), por meio do qual as populações extrativistas buscavam realizar a aliança dos povos da floresta e reivindicar a criação de reservas extrativistas como tática de resistência aos perigos eminentes aos territórios extrativos. Doravante, segundo o autor supracitado, realizam-se encontros regionais, reunindo comunidades indígenas, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, populações remanescentes de quilombos, atingidas por barragens, quebradeiras de coco de babaçu, castanheiros, açazeiros, assentados de “reforma agrária”, garimpeiros, entre outros atores sociais, fortalecendo a luta pela permanência das populações extrativistas na floresta amazônica, ameaçadas pelos interesses capitalistas hegemônicos.

Segundo Santos (2012), com o processo de redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 reivindicações das populações extrativistas amazônicas foram parcialmente atendidas. No entanto, as conquistas e evidências alcançadas pela aliança dos povos da floresta não foram suficientes para diminuir os conflitos agrários entre grileiros e populações extrativistas, nem tampouco para impedir que lideranças sindicais fossem ameaçadas e executadas por fazendeiros, tendo como episódio de grande repercussão o assassinato de Chico Mendes, no dia 22 de dezembro de 1988 - em sua residência, na cidade acreana Xapuri.

O assassinato de lideranças sindicais e a morte de Chico Mendes, que há tempo denunciavam as agressões socioambientais na Amazônia, acirraram a pressão de movimentos sociais e ambientalistas internacionais sobre a Organização das Nações Unidas (ONU) e as agências de fomentos internacionais, como o Banco Mundial (BM) que financiavam a exploração capitalista na Amazônia, exigindo que esses organismos supranacionais condicionassem a liberação de créditos ao cumprimento de normas ambientais.

Em consonância com Diegues (2005), em pendência e dependência financeira com organismos internacionais, os governos viram-se obrigados a cumprir cláusulas de leis ambientais para terem acesso aos empréstimos concedidos pelas empresas mundiais, condições que não foram suficientes para amenizar os problemas socioambientais no Brasil e os conflitos agrários na Amazônia Legal.

Analisando a ordem estabelecida pelo Estado brasileiro no período, nota-se que os vultosos investimentos e as ações realizadas pelos governos autoritários - que para Amazônia envolveu a construção de estradas e rodovias, a instalação do projeto de mineração na serra dos Carajás, a construção de hidrelétricas, a implantação do polo tecnológico da Zona Franca de Manaus, entre outros empreendimentos capitalistas - o resultado mais evidente não foi o progresso prometido para a região, nem tampouco a melhoria das condições de vida de sua população, mas a degradação socioambiental e o acirramento das tensões sociais na Amazônia.

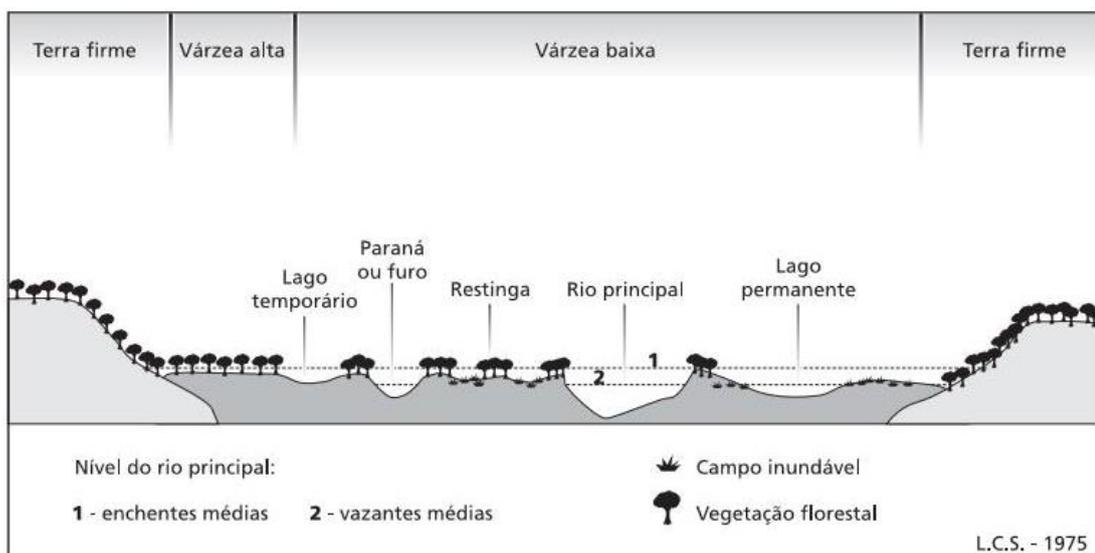
A noção de progresso e o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, sobretudo a partir de 1964, também impactaram fortemente o modo de vida e as condições materiais de existência das populações ribeirinhas. Todavia, a lógica do capital tem encontrado resistência dos grupos humanos que vivem nesta região, os quais desenvolvem estratégias e mecanismos para garantir sua permanência e reprodução social nos territórios historicamente delimitados.

## 2.4 A organização política dos ribeirinhos no ambiente de várzea

Conforme conceituada, várzea ou planície de inundação são áreas inundadas periodicamente por rios que transportam sedimentos em suspensão ricos e nutrientes e matéria orgânica, responsável pela formação de ecossistemas férteis e diferenciados. A várzea, porém, não é homogênea, ao longo do rio Amazonas são encontradas diferenças que podem ser notadas na forma do relevo e em sua composição arbórea. Considerando a forma do relevo, Surgik (2005) apresenta a classificação em várzea alta e várzea baixa, com a primeira sendo inundada por um período de tempo mais curto e a segunda permanecendo submersa por um espaço de tempo mais longo.

Com base na formação arbórea, a autora distingue a floresta de restingas e os chavascals, sendo a primeira constituída por maior quantidade de espécies aérea basal e árvores de grande porte, situadas nas terras mais altas. Na medida em que as restingas se tornam mais baixas, a vegetação também diminui de tamanho e quantidade de espécies, formando uma faixa de transição entre a floresta alta e os chavascals. Os chavascals são constituídos por vegetação arbustiva, pantanosa e de difícil penetração, encontrados geralmente entre lagos, canais e rios. Na região de várzea encontram-se ainda os campos naturais, formados por vegetações rasteiras que no período da vazante-seca são utilizadas para pastagem de gado e no período da enchente-cheia, quando flutuam, servem de alimentos e abrigo para inúmeras espécies aquáticas (SURGIK, 2005).

**Figura 13** - Elementos que formam a drenagem, o relevo e a vegetação da várzea



Fonte: BENATTI (2005).

O esquema apresentado por Benatti (2005) mostra que o terreno sedimentar de várzea e as suas formações encontram-se constituídos entre as áreas de terra firme. Da esquerda para direita, tem-se o ambiente que sofre inundação por um espaço de tempo mais curto, chamado de várzea alta, onde se desenvolve a floresta de várzea e se forma o lago temporário, na faixa de transição entre o terreno elevado e o relevo rebaixado. Em seguida, tem-se a várzea baixa, ambiente inundado por um espaço de tempo mais longo, onde se encontra a floresta de restinga baixa e os campos naturais, formam-se os paranás ou furo (pequenos cursos de água que ligam os ambientes aquáticos maiores), onde passa o rio principal e se desenvolvem lagos perenes.

Embasados em estudos realizados sobre a região de várzea, McGrath e Gama (2005) apresentam distinções atribuídas à planície de inundação do rio Amazonas, tanto do ponto de vista jurídico como fundamentados em aspectos ecológicos. Do ponto de vista jurídico, distinguem a várzea continental brasileira da várzea de marinha, com a primeira estendendo-se dos limites com a Colômbia até a cidade de Óbidos, formando uma área de 87.600 Km<sup>2</sup>. A porção classificada como várzea de marinha estende-se do município obidense até à foz do rio Xingu, formando uma área de 70.081 Km<sup>2</sup>, tendo como elemento diferenciador a presença de maré que exerce influência hídrica até à cidade de Óbidos.

Do ponto de vista ecológico, os autores também identificam duas macrorregiões distintas, com a primeira estendendo-se da foz do rio Xingu até à foz do rio Madeira, onde se encontram lagos mais extensos e de pouca profundidade. Nessa região, a cobertura vegetal é constituída por cerca de 90% de campos naturais e 10% de florestas, com uma topografia que apresenta maiores altitudes nas restingas, ao longo do rio e canais principais, diminuindo de altitude à medida que se aproxima do interior da várzea, onde se formam lagos. A variação topográfica pode ser notada por meio da própria vegetação, com as florestas ocupando as restingas e os campos naturais se estabelecem entre a mata de várzea e os lagos.

Inversamente, o trecho que se estende da foz do rio Madeira ao limite com a Colômbia apresenta lagos menos extensos e de maiores profundidades, um relevo acidentado constituído por uma série de restingas intercaladas por lagos. Nessa região, a cobertura vegetal é composta por cerca de 90% de floresta e 10% de campos naturais.

O ambiente de várzea tem exercido importância histórica na formação social e econômica da Amazônia, sendo indispensável para as populações que atualmente encontram-se radicadas nessa fração do espaço brasileiro, pois em consonância com Gonçalves (2001), até o final da década de 1960, foi em torno dos rios que se organizou a vida das populações

amazônicas, estabelecendo um padrão de ocupação e produção do espaço descrito pelo autor como Rio-Várzea-Floresta.

Contudo, a partir da década de 1970 – a exemplo do que acontecia na Ilha de São Miguel - os ribeirinhos passaram a sofrer constantes pressões sobre seus territórios extrativos, destacando-se como elementos decisivos para a ocorrência de tais ameaças à crescente demanda pelo mercado de peixe, em função do crescimento dos centros urbanos regionais e das políticas desenvolvimentistas promovidas pelo Estado brasileiro a partir da década de 1960, quando foram criadas as condições favoráveis para o desenvolvimento da pesca comercial na Amazônia Legal, ocasionando a superexploração dos recursos aquáticos e a eclosão de conflitos decorrentes dos diferentes interesses e formas de uso dos recursos naturais, entre pescadores ligados à indústria pesqueira e às populações ribeirinhas da Amazônia.

Como parte da política desenvolvimentista, em 1962 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), segundo a Lei Delegada<sup>6</sup> N° 10 de 11 de outubro de 1962, tinha o compromisso de elaborar e executar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (PNDP), prestar assistência técnica e financeira aos empreendimentos pesqueiros, entendidos no Art. 2, Parágrafo único da lei como “a fauna e a flora de origem aquática”, exploradas intensamente.

Doravante, a pesca de subsistência – realizada pelos ribeirinhos com a utilização de apetrechos como caniço/anzol, *ártia*/arpão, zagais, tarrafa, arco/flecha, envolvendo a venda de peixe na forma seco-salgado - foi suplantada pela pesca comercial que introduziu técnicas de captura cada vez mais eficientes e a comercialização de pescado na forma fresco-gelado.

Em consonância com McGrath (1991) e Cruz (2007), entre as técnicas de captura de peixes disseminadas pela pesca comercial encontra-se a utilização da rede-malhadeira que aumentou a eficiência das pescarias, porém diminuiu a seletividade de captura do pescado. Soma-se a isso o aparecimento das fábricas de gelo e das embarcações motorizadas que possibilitaram a permanência dos pescadores por mais tempo nos lagos e o alcance dos territórios de pesca cada vez mais distantes.

Diante das ameaças de esgotamento dos recursos pesqueiros, populações ribeirinhas de diferentes localidades amazônicas passaram a reagir aos ataques dos “invasores”, inicialmente destruindo apetrechos de pesca e danificando embarcações de pescadores que

---

<sup>6</sup> Lei Delegada: Lei editada pelo Presidente da República, nos limites da autorização conferida pelo Congresso Nacional por meio de Resolução.

insistiam em realizar pescarias de forma não aceitas pelos comunitários, com ocorrência de embates físicos e registros de óbitos.

Na Amazônia brasileira, dois episódios marcaram a situação de conflito entre ribeirinhos e pescadores profissionais embarcados, embates conhecidos como “a guerra do peixe”. Um aconteceu no Lago Janauacá, rio Solimões - estado do Amazonas e outra no Lago Grande de Monte Alegre, microrregião de Santarém – estado do Pará.

Em Janauacá, os ribeirinhos que defendiam seus territórios de pesca começaram a destruir barcos e redes-malhadeiras dos pescadores profissionais ambulantes e de moradores que passaram a realizar pescarias de forma não aceita pelos comunitários, ocasionando situação de violência e ocorrência de mortes de ambos os lados.

Os diferentes interesses em jogo entre os pescadores profissionais embarcados, camponeses-ribeirinhos que se lançaram na pesca comercial de um lado, camponeses-ribeirinhos que não concordavam com a invasão dos seus territórios pesqueiros de outro, ocasionaram o aparecimento de conflitos pela apropriação e uso dos recursos aquáticos na Amazônia. Um exemplo marcante desse conflito foi o que ocorreu no Lago Janauacá, localizado entre os municípios de Manaquiri e Careiro-Castanho, no Estado do Amazonas, em 1973, no qual houve mortes tanto pelo lado dos camponeses-ribeirinhos como da parte dos pescadores embarcados. Esse episódio ficou conhecido na região como “guerra do Peixe” (CRUZ, 2007, p. 165).

Na microrregião de Santarém, os conflitos de pesca são ainda mais antigos, começaram no início da década de 1960, quando pescadores profissionais embarcados, conhecidos regionalmente como geleiros, oriundos – sobretudo de municípios do Nordeste paraenses, adentraram nos territórios de pesca dos ribeirinhos montealegrenses.

A disputa entre ribeirinhos e geleiros finalmente se transformou em violência em 1966 quando 111 homens atacaram os geleiros no lago, confiscando 66 redes e destruindo dois barcos pesqueiros. Desde então os confrontos tem ocorrido frequentemente, culminando com o assassinato de um líder ribeirinho em novembro de 1989 (MCGRATH, 1991, p. 14).

Nas décadas seguintes, os conflitos de pesca se estenderam por inúmeras áreas ribeirinhas, onde os comunitários resistiam à presença de pescadores profissionais em seus territórios extrativos, a exemplo dos moradores da Ilha de São Miguel.

Em contexto adverso, as populações ribeirinhas passaram a se organizar politicamente, no sentido de fortalecer suas lutas e impedir que os territórios de pesca fossem totalmente devastados pela indústria pesqueira. No estado do Amazonas, inicia-se o Movimento em Defesa do Peixe, tendo a Igreja Católica como agente de mediação.

As primeiras “queixas” e reivindicações dos camponeses-ribeirinhos foram manifestadas no interior das dioceses e prelazias daquela unidade da federação. [...], o movimento de defesa do peixe, surgiu a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nas prelazias e dioceses do estado do Amazonas. A prelazia de Itacoatiara, por exemplo, organizou, em 1981, a primeira assembleia do povo na cidade de Silves que resultou na elaboração de um documento final, denominado de Documento de Silves. Neste, já aparece, além de outras questões de interesse das comunidades, a necessidade de proteger os lagos da invasão dos barcos pesqueiros, bem como de organizar um movimento em defesa do peixe (CRUZ, 2007, p.166).

Os debates que envolviam a pesca e a situação pesqueira nos lagos amazonenses, inicialmente realizados nas prelazias das cidades, passaram também a acontecer nas comunidades do interior, de modo que em 1983 a Comissão Pastoral da Terra – CPT (Norte I) intermediou a realização do 1º Encontro de Ribeirinhos, denominado: Encontro sobre a Pastoral da Pesca, realizado na cidade de Tefé – estado do Amazonas, para tratar das questões relacionadas à pesca e sobre a situação pesqueira nos territórios amazonenses.

Segundo Cruz (2007, p. 167) “dois outros encontros foram realizados: um em 1985, na cidade de Itacoatiara, e outro em 1986, na cidade de Coari, fechando assim, o que ficou conhecido como a primeira fase do movimento em defesa do peixe no estado do Amazonas”. Segundo o autor, os encontros destinavam-se basicamente a troca de experiência entre os comunitários e as explicações de motivos que ocasionavam os conflitos entre ribeirinhos e pescadores profissionais ambulantes.

Em 1986, durante o terceiro encontro de ribeirinhos amazonenses, foi apresentada a proposta para preservação e uso dos recursos aquáticos, elaborada por comunidades ligadas a prelazia de Tefé, sugerindo o manejo dos recursos pesqueiros a partir do estabelecimento de três categorias de lagos: 1) lagos de procriação, santuários ou sagrado; 2) lagos de manutenção, subsistência ou consumo e; 3) lagos de uso livre.

De acordo com a proposta, lagos de procriação, santuários ou sagrados deveriam ser destinados unicamente para reprodução das espécies, sendo vedada a intervenção humana, inclusive em seus arredores. Lagos de manutenção, subsistência ou consumo deveriam ser utilizados apenas para suprir as necessidades alimentar das famílias ribeirinhas, não sendo permitida a captura de peixes para fins comerciais. Nos lagos de uso livre seria permitida a captura de peixe tanto para o consumo como para a o comércio.

Como parte do processo, em 1992 foi realizada, na cidade de Manaus, a Assembleia Regional dos Ribeirinhos, com a finalidade de avaliar os avanços e recuos do movimento e ratificar um documento, por meio do qual apresentariam ao governo brasileiro e a comunidade internacional a história de luta dos ribeirinhos amazonenses, sua compreensão de

desenvolvimento sustentável e uma proposta-modelo para conservação dos ecossistemas de várzea e uso racional dos recursos aquáticos.

Nesse encontro foi aprovada, após lida e discutida, a Carta dos Ribeirinhos do Amazonas. Em seguida, foi assinada por todos os participantes do evento e enviada para a Conferência Mundial sobre Meio ambiente, que seria realizada no Rio de Janeiro no período de 31 de maio a 12 de junho de 1992. Na carta consta: um pequeno histórico do movimento, o significado de desenvolvimento sustentável para os ribeirinhos nas condições do interior amazônico e a proposta de preservação dos lagos, sugerida entre os ribeirinhos, que estabelece o manejo de três tipos de lagos: lagos de procriação, manutenção e livres (CRUZ, 2007, 170).

Realizam-se encontros regulares para avaliar os trabalhos, discutir e propor mecanismos com vista ao fortalecimento das experiências desenvolvidas pelos ribeirinhos nas diferentes localidades do estado do Amazonas, resultando em modelo bem sucedido de uso sustentável dos recursos naturais na várzea e em políticas públicas de ordenamento dos recursos pesqueiros no estado do Amazonas, utilizadas como referência na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - RDS<sup>7</sup>.

No Baixo Amazonas e microrregião de Santarém – Pará, em função das características ecológicas da região, que apresenta ecossistemas aquáticos de fácil penetração, somado a ausência de organizações intercomunitárias para defender as áreas de pesca e os recursos pesqueiros, a exemplo do que acontecia no estado do Amazonas, entre outras vantagens, facilitou o acesso de pescadores profissionais embarcados aos territórios de pesca das comunidades ribeirinhas, ocasionando a superexploração dos recursos aquáticos e a escassez de peixe nos lagos.

De acordo com Galúcio (2004), no município de Santarém, os ribeirinhos não puderam contar com o apoio da Colônia de Pescadores Z-20, uma vez que até o final da década de 1980 a entidade era dirigida por representantes do setor patronal, modelo de gestão que não representava, nem tampouco defendia os interesses dos pescadores artesanais e das comunidades ribeirinhas, apenas instrumentalizava interesses político-econômicos de empresários da região.

São inegáveis as atuações do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e de movimentos ligados à Igreja Católica em processos de formação de lideranças

---

<sup>7</sup> Mamirauá é a primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável brasileira, criada por decreto do Governo do Amazonas, em 1996. A proposta de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável é conciliar a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento sustentável numa unidade habitada também por populações humanas. Informação disponível em: <<http://www.mamiraua.org.br/pt-br/reservas/mamiraua/>>. Acesso em: Jun. 2016.

comunitárias e organização política dos agrupamentos locais. Isso, porém não foi suficiente para evitar que, na década de 1990, lagos e rios da região se encontrassem superexplorados, com dificuldade dos ribeirinhos para alimentar suas famílias, uma vez que os recursos pesqueiros tornavam-se cada vez mais escassos.

No contexto mundial, evidencia-se a crise socioambiental, manifesta no aprofundamento da pobreza e exclusão social da maioria da população, na escassez de alimentos, matérias primas e na ocorrência de catástrofes ambientais, ameaçando a existência da espécie humana no planeta. Em espaços de resistências da classe subalterna e movimentos ambientalistas internacionais que denunciam publicamente os efeitos degradantes do modelo societário atual, as superestruturas estatais passaram a financiar políticas amenizadoras de impactos socioambientais.

Em importância global, destaca-se o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) como “um dos maiores programas de cooperação multilateral relacionado a uma temática ambiental”. Financiados, sobretudo, pelo grupo dos setes países mais industrializados do mundo (G7) e União Europeia, o investimento foi confirmado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), momento oportuno para ratificar o financiamento das ações e lançar um programa que se propunha a desenvolver estratégias para a proteção e uso sustentável da Floresta Amazônica e Mata Atlântica, associado à melhoria das condições de vida das populações que nelas habitavam (BRASIL, 2009, p.17).

As ações do PPG7 foram operacionalizadas por meio de programas, subprogramas e projetos, desenvolvendo-se como linha de atuação: a experimentação e demonstração, a conservação de áreas protegidas, o fortalecimento institucional, a pesquisa científica, o aprendizado e disseminação de experiências. Populações de diferentes localidades amazônicas passaram a contar com o apoio de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e órgãos do governo, financiados para desenvolver modelos de gestão e formas de usos dos recursos naturais com base no princípio da sustentabilidade ambiental.

Na microrregião de Santarém, empresas financiadas, juntamente com comunidades ribeirinhas, passaram a desenvolver estudos e discussões no sentido de construir uma política de ordenamento e gestão dos recursos pesqueiros, envolvendo usufrutuários e governos, modelo conhecido como Política de Cogestão dos Recursos Pesqueiros.

Embasados em experiências de acordos comunitários de pesca e trabalhos previamente realizados, por meio de um esforço conjunto da Colônia de Pescadores Z-20, do Projeto Iara - do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do

Projeto Várzea do IPAM foi elaborado no ano de 1997 o esboço de uma política e estrutura institucional para a cogestão dos recursos pesqueiros nos lagos de várzea do município de Santarém (WWF-BRASIL, 2013).

Criam-se os Acordos Regionais de Pesca (ARPs) e os Conselhos Regionais de Pesca (CRPs), seguidos do treinamento e habilitação de Agentes Ambientais Voluntários (AAVs) pelo IBAMA. Os conselhos regionais de pesca são entidades civis de direito privado, sem fins lucrativos, criados com a finalidade de:

Organizar os pescadores e demais comunitários, para promover e garantir a preservação e/ou conservação dos recursos naturais, principalmente do recurso pesqueiro, com a utilização sustentada desses recursos, além de fomentar o exercício da cidadania, a vida social, cultural, política, e profissional dos pescadores e demais comunitários da região. Para alcançar seus objetivos o Conselho desenvolverá ações de educação, informação e controle do período de pesca, dos tipos e das formas de utilização dos arreios, inclusive a propositura de ações de medidas judiciais e administrativas, para coibir práticas abusivas ao meio ambiente na região (COPERA, 2002, Art. 2º - 3º).

Os acordos regionais de pesca são acordos intercomunitários que definem as regras para a pesca dentro dos limites dos territórios das comunidades envolvidas, sendo os agentes ambientais voluntários, comunitários treinados e habilitados pelo IBAMA para organizar a fiscalização dos lagos com o apoio dos agentes de fiscalização do governo (BENATTI et al, 2003).

No município de Santarém, uma das primeiras experiências da política de cogestão dos recursos pesqueiros foi a transformação do Acordo de Pesca da Região do Maicá em Portaria no ano de 1999, fortalecendo a luta dos ribeirinhos em defesa de seus territórios extrativistas. Outra importante conquista do movimento foi a publicação da Instrução Normativa Nº 29, de 31 de dezembro de 2002, no Diário Oficial da União (DOU), Edição Nº 1 de 01/2003, por meio da qual o presidente do IBAMA reconhece a política de cogestão e estabelece critérios para regulamentação das regras de uso dos recursos pesqueiros nos lagos da região (BRASIL, 2003).

Nesse processo, o Projeto Várzea do IPAM desempenhou um papel fundamental, contribuindo para o fortalecimento institucional das organizações locais, treinando pescadores e lideranças comunitárias, promovendo a formação inicial e continuada de professores, por intermédio de um programa de Educação Ambiental, realizando projetos e ações educativas, voltado para o manejo sustentado dos recursos naturais de várzea, realizando intercâmbios de experiências entre as populações de diferentes localidades ribeirinhas da Amazônia, entre outras ações.

Com base nos elementos apresentados, nas leituras acumuladas e nos conhecimentos sobre a região, infere-se que, em contextos adversos, as populações amazônicas têm desenvolvido consciência política, organizando-se localmente e articulando-se para garantir suas condições materiais de existência e permanência nos territórios historicamente delimitados, sendo oportuno ressaltar que os mecanismos desenvolvidos e as conquistas alcançadas pelos ribeirinhos não seriam efetivamente realizados sem a participação dos agentes de mediação mencionados e de outros atores envolvidos no processo.

Ressalta-se também que o modelo de cogestão dos recursos naturais locais, os projetos de manejos extrativistas e experienciais desenvolvidos nos diferentes lugares amazônicos e na microrregião de Santarém “partem da premissa de que as comunidades locais envolvidas apresentam maior interesse na sustentabilidade de seus recursos do que o governo ou instituições distantes destas comunidades”. Além disto, “possuem maior conhecimento dos processos ecológicos e das práticas tradicionais de manejo de recursos naturais” (BENATTI et al, 2003, p. 138).

Portanto, não é possível implementar modelos de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente correto sem a participação dos maiores interessados na sustentação dos recursos naturais e conhecedores dos processos ecológicos, entendimento demonstrado por intermédio da experiência dos moradores da Ilha de São Miguel, analisado na seção a seguir, sob a perspectiva educacional.

### **3 EDUCAÇÃO E POLÍTICA NA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E NAS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS**

Nesta seção, apresenta-se ao leitor o fundamento histórico da construção do modelo político-educacional realizado pelos moradores da Ilha de São Miguel, fundamentais ao processo de apropriação, delimitação e uso do território desse grupo, onde práticas socioespaciais, em curso há mais de quatro décadas, têm fortalecido suas territorialidades, garantindo aos comunitários a exploração racional dos recursos naturais e a delimitação de um território de uso exclusivo dos moradores, em área que a Constituição Brasileira (1998) determina como de livre acesso.

A seção encontra-se organizada em oito subseções, apresentando-se inicialmente os aspectos das primeiras formas de apropriação humana na ilha e as atividades realizadas pelos moradores no início do século XX, demonstrando-se brevemente na segunda subseção a história do cultivo da juta (*Corchorus capsularis*) no vale do rio Amazonas e sua importância para fixação e desenvolvimento socioeconômico dos ribeirinhos no ambiente de várzea, antecedendo-se o período determinado para o estudo, porém fundamentais para identificar aspectos culturais e ações que fundamentam o modelo de organização realizada pelos comunitários.

Na terceira subseção demonstra-se o empenho dos moradores da Ilha de São Miguel - ainda no início da década de 1950 - em prol da escolarização de suas crianças, bem como é apresentado o modelo político-educacional conduzido pelo Movimento de Educação de Base (MEB) a partir da década de 1960, responsável pela alfabetização e formação política dos adultos, articulando os diferentes povoados para a convivência em comunhão – doravante chamados de comunidade.

Na quarta subseção, analisa-se a construção do modelo de organização político dos moradores realizado a partir da década de 1970, em contexto de degradação dos recursos naturais de várzea, ocasionados pela intensificação da pesca comercial na Amazônia Legal, seguido da quinta subseção que demonstra a reestruturação das formas de gerenciamento do território a partir da criação da Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel (ANMISM), no contexto de redemocratização do Brasil.

A sexta subseção destaca a pesquisa participativa do pirarucu, realizada em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), como mecanismo educacional dos ribeirinhos, fortalecendo suas decisões políticas e direcionando as ações dos comunitários para o manejo sustentável dos recursos naturais. Na sétima subseção analisa-se a conjuntura

política nacional e as estratégias adotadas pelos moradores da Ilha de São Miguel que possibilitaram a conquista do direito de usos exclusivos do território em área que a Constituição Brasileira (1988) determina como de livre acesso, consolidando as lutas dos ribeirinhos pela permanência na fração do espaço historicamente delimitado.

Na oitava e última subseção apresentam-se mudanças e permanências nas relações socioespaciais dos ribeirinhos, sobretudo na questão religiosa e nas atividades esportivas, intensificadas a partir da última década do século XX. Enfatiza-se a interação entre educação escolar e não escolar, o esforço realizado pela escola e a comunidade para elevar o nível de escolarização dos comunitários e destaca-se também a fundamental participação da escola no processo de consciência ambiental<sup>8</sup> e organização política dos moradores. Por fim, analisa-se o relativo desinteresse dos jovens em assumir cargos de liderança, apontando desafios a serem superados para a permanência das novas gerações na fração do espaço historicamente delimitado e a continuação do trabalho exemplar que realizam.

### **3.1 As primeiras formas de apropriação humana**

A Ilha de São Miguel vem sendo habitada por sucessivas gerações das famílias que atualmente encontram-se radicadas no ambiente de várzea, desconhecendo-se com precisão o momento em que aconteceram as primeiras apropriações humanas nessa fração do espaço amazônico. Todavia, registros deixados por antigos moradores e depoimentos fornecidos por lideranças mais velhas ajudaram a compreender as espacialidades e a convivência dos grupos humanos da ilha há mais de cem anos.

Um documento importante é a entrevista realizada em 1998 pela senhora Raimunda Lourdes da Silva Pinto com o casal de moradores: Benedito Pinto da Silva e Antônia de Sá Ferreira, ambos já falecidos. Na época, ele tinha 86 anos de idade e ela 81, conforme registrou a ex-moradora da comunidade, na ocasião vinculada ao Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), disponibilizando prontamente as informações assim que tomou conhecimento do estudo que se realizava sobre a história da comunidade.

Segundo relato do ancião, quando seus pais migraram para a localidade havia várias famílias morando na ilha. Os primeiros moradores foram da família do senhor José Pinto, comerciante que viajava em sua canoa da região do Ituqui – situada a uma distância de

---

<sup>8</sup> Entende-se por consciência ambiental a capacidade de reconhecimento dos sujeitos como parte integrante da natureza, relacionando-se de forma solidária com meio social e ambiental, identificando problemas e agindo sobre questões socioambientais.

aproximadamente 100 km da comunidade - quando encontrou um banco de areia que se formava em um dos leitos principais do rio Amazonas. Como a data teria sido aproximadamente no dia 29 de setembro, quando os católicos reverenciam o dia de São Miguel Arcanjo, o lugar foi “batizado” com Ilha de São Miguel.

Após alguns anos, quando o senhor José Pinto teria retornado a localidade, a ilha havia crescido bastante. Entusiasmado o viajante convidou o amigo Manoel Santos para fixarem residência no local, dividindo o terreno entre as duas famílias, a partir das quais se desenvolveram as sucessivas gerações de moradores.

Analisando o documento, identifica-se que no início do século XX as famílias viviam basicamente da pesca do pirarucu (*Arapaima gigas*) e outras espécies aquáticas, apreciadas pelos ribeirinhos, que também se destinavam ao comércio. Os grupos extrativistas caçavam o jacaré (*Melanosuchus niger*) do qual extraíam o couro e vendiam para os regatões<sup>9</sup> que passavam eventualmente pela comunidade, ou conduziam a pontos de venda instalados no interior da várzea.

Da floresta, coletavam lenha para cozinhar os alimentos e para vender aos navios a vapor que passavam próximo a ilha. Produziam gêneros agrícolas como mandioca, banana, milho, feijão e cana-de-açúcar destinados a atender a dieta alimentar das famílias. O cultivo do cacau, sombreado pela floresta de várzea, além de fornecer a matéria prima para produção de licores e chocolates caseiros, também era comercializado. Da casca do cacau e da mungumeira (*Bombax Munguba*) fabricava-se artesanalmente o sabão, e o açúcar que necessitavam para adoçar os alimentos eram produzidos em pequenos engenhos instalados na localidade.

No registro, constata-se que a cultura do trabalho coletivo - prática marcante entre os atuais moradores – fundamentou-se no convívio das primeiras famílias que habitaram a ilha, as quais em contexto de isolamento do mercado e não possuindo ferramentas de trabalho eficientes mobilizavam-se para realizar tarefas impossíveis de serem feitas individualmente, como a construção de casas e aterros de residências com argila, abertura de canais de acesso interligando lagos e rios, entre outros trabalhos dispendiosos.

Resgatou-se do período a realização de mutirões para abertura e manutenção das vias de acesso entre as residências e os pontos estratégicos da ilha, popularmente chamadas de estradas, caminhos abertos entre as florestas de várzea onde se encontravam os extensos

---

<sup>9</sup> Os regatões eram comerciantes ambulantes que viajavam entre centros regionais e comunidades rio acima, comercializando mercadorias para pequenos produtores e comerciantes do interior em troca de “produtos regionais”, agrícolas e extrativistas (MCGRATH, 1988, p. 57).

cacauais, que os moradores mais velhos fazem questão de mencionar. Nessa atividade, havia divisão de tarefas entre homens e mulheres, cabendo aos homens o trabalho de cortar os galhos das árvores e capinar a vegetação rasteira, incumbindo-se as mulheres de fazer a limpeza do terreno utilizando vassouras feitas com galhos de árvores.

No momento das primeiras ocupações, as terras produtivas eram utilizadas livremente pelos agricultores-extrativistas, porém na medida em que a ilha se expandia pelo processo de sedimentação e o número de moradores aumentava, algumas famílias começaram a se apropriar das áreas sedimentadas, intitulado-se donos das terras. Trata-se de criadores de gado da região que se territorializavam no espaço e passaram a controlar o território, modificando significativamente as formas de uso até então realizadas.

Interessados em garantir a abundância de recursos para manutenção dos trabalhos, os agropecuaristas passaram a estabelecer medidas de controle para o acesso e uso dos recursos naturais em suas apropriações, principalmente, os recursos pesqueiros, base da alimentação dos ribeirinhos e historicamente protegidos pelos comunitários, de sorte que o conjunto de práticas socioculturais implementadas pelos primeiros moradores foram assimiladas por sucessivas gerações e por outros moradores que vieram e se territorializaram na ilha.

### **3.2 O cultivo da juta como elemento da territorialização**

Conforme demonstrou Sá e Guedes (2014), a partir do final da primeira metade do século XX a situação de isolamento dos moradores de várzea, incluindo as famílias da Ilha de São Miguel, começa a modificar, quando a aclimação da juta indiana no vale do rio Amazonas surgia como a possibilidade de um novo ciclo econômico para a região, compensando a atividade gomífera que se encontrava em franco declínio.

Introduzida por colonos japoneses na região de Parintins, estado do Amazonas, o cultivo da fibra indiana despertou o interesse do interventor paraense José Carneiro da Gama Malcher, o qual na década de 1940 passou a incentivar a realização da atividade mercantil no estado do Pará, a exemplo do que fazia o governo do Estado do Amazonas.

Em consonância com Cruz (2007), para estimular a produção, Malcher promulgou o Decreto-Lei Nº 3.065/1938 concedendo amplas vantagens às empresas ou grupos que se dispusessem a desenvolver a cultura da juta em solos paraenses. Entre os benéficos, destacam-se a facilitação para aquisição de propriedades particulares, a concessão de terras públicas de até 10.000 hectares, a redução de impostos estaduais e municipais, bem como logística de transporte para conduzir os colonos do porto de Belém até as plantações da juta.

A intenção era desenvolver a produção da juta em grandes empreendimentos rurais, recorrendo-se a mão de obra assalariada, arregimentada – sobretudo - do Nordeste brasileiro, a exemplo do que acontecera com a atividade de extração do látex. No entanto, o projeto nipônico-estatal não se realizou como haviam planejado, uma vez que os ribeirinhos se adaptaram rapidamente ao cultivo da fibra indiana e passaram a produzir familiarmente em pequenas e médias propriedades ao longo do rio Amazonas.

Mesmo sem a exclusividade do plantio, os colonos japoneses capitalizados, além de grandes produtores, passaram a monopolizar a produção da juta na região através da prática do aviamento<sup>10</sup>. Todavia, durante a Segunda Guerra Mundial, em função do desentendimento diplomático entre o governo japonês e os aliados norte-americanos, o monopólio nipônico foi suplantado por empresas brasileiras.

Conforme Valente (2000), o nipônico Kotaro Tuji, que havia dirigido a Companhia Industrial Amazonense - fundada por capitalistas japoneses - foi morar em Santarém, onde fixou residência em 1946, criando em 1950 a empresa L.G. Tuji & Cia, conhecida como Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém – TECEJUTA, destinada ao comércio em geral e a exportação da juta amazônica para o Centro-Sul do Brasil. Após a Segunda Guerra Mundial, obteve apoio do governo japonês e concessões do Brasil para fixar três mil colonos nipônicos no Médio e Baixo Amazonas a fim de continuar as atividades de produção da juta na região.

Os moradores da Ilha de São Miguel passaram a receber financiamento dos japoneses e de outros comerciantes, conhecidos como patrões, que se aviavam nas firmas de Santarém para estimular a jicultura e aquecer o lucrativo comércio da juta. Os patrões adiantavam dinheiro, alimentos, ferramentas, sementes e outros insumos que as famílias necessitavam para fazer o plantio, créditos que deveriam ser pagos com a produção da juta em acertos de contas realizados no final da safra, considerando-se a inflação e a atualização do preço das mercadorias, prática designada por Oliveira (2010) como a monopolização do território pelo capital.

Os financiamentos abarcavam as etapas de limpeza da área, o plantio da semente, a manutenção dos roçados e a colheita da juta, considerando-se bom cliente os trabalhadores que conseguiam produzir quantidade de juta suficiente para pagar integralmente suas dívidas no final da safra. Os produtores que alcançavam tal feito tinham a garantia de receber financiamento o ano inteiro e, graças à eficiência produtiva, eram cobiçados por outros

---

<sup>10</sup> Adiantamento de dinheiro, alimentos, ferramentas, sementes e outros insumos, fornecidos por comerciantes da região as famílias ribeirinhas a serem pagos com a produção de juta.

patrões. Por conseguinte, os comerciantes mais providos de dinheiro tinham condições de escolher os melhores trabalhadores para serem seus clientes.

Na relação cliente-patrão, os ribeirinhos eram fiéis aos comerciantes, aos quais estavam vinculados, todavia em caso de descontentamento eram “livres” para mudar de patrão, mediante o pagamento da dívida contraída junto ao antigo fornecedor, efetuadas com dinheiro emprestado do novo patrão, mantendo a relação de dependência que o sistema de aviamento ocasionava.

Ao quitarem suas dívidas, os trabalhadores mais produtivos apresentavam aos patrões lista de materiais e recursos que precisariam para o próximo plantio, iniciado normalmente a partir do mês de dezembro, quando as chuvas do inverno amazônico começavam a cair. Todavia, a limpeza do terreno iniciava-se com três meses de antecedência, quando os ribeirinhos recorriam às matas de restingas e começavam os trabalhos de desflorestamento, para nos meses de novembro e dezembro atear fogo na floresta derrubada, concluindo a limpeza da área com a prática da coivara<sup>11</sup>, antes de introduzirem a semente no chão.

Em função do processo de apropriação desigual das terras de várzea, as áreas de plantio geralmente não pertenciam aos pequenos produtores, os quais recorriam às famílias que possuíam maiores apropriações, com as quais negociavam a utilização temporária das terras produtivas na forma de arrendamento, entregando normalmente aos detentores das áreas 10% da produção da juta no final da safra ou o valor equivalente em dinheiro. Em alguns casos a relação de amizade entre trabalhadores e posseiros dispensava o pagamento da taxa.

O cultivo da juta demandava, além da força de trabalho familiar, a contratação de trabalhadores temporários de outras localidades e regiões do Brasil, ocasionando um aumento populacional e o surgimento de inúmeras comunidades ribeirinhas na várzea do Baixo Amazonas. Apesar das situações adversas, algumas famílias conseguiam produzir quantidades de juta suficiente para obterem saldos, investindo os valores na compra de gado ou adquirindo áreas propícias para plantios através do comércio de terras públicas realizadas na várzea.

Além de garantir a permanência das famílias na comunidade, entre outras vantagens, os moradores da Ilha de São Miguel destacam o fato de a atividade acontecer no período do inverno amazônico, quando as alternativas de produção dos ribeirinhos diminuem, em função da inundação das terras de várzea. Somam-se a isso a garantia de preços mínimos assegurado na época pelo Governo Federal para serem pagos ao quilograma da juta, conforme depoimento de um ex-comprador e produtor de juta, entrevistado em maio de 2013 pelo autor

---

<sup>11</sup> Coivara: técnica agrícola praticada em comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas. Consiste em amontoar galhos de árvores e arbustos para em seguida atear fogo a fim de limpar o terreno.

da presente dissertação: “uma das coisas que eu achava que tinha vantagem na juta era porque quando o senhor estava plantando já sabia no jornal que o Governo Federal estava dando o preço mínimo, garantindo que a gente podia plantar”. (R. S. S. 56 anos).

Ademais, a jicultura preparava o terreno e a decomposição da matéria orgânica ajudava a fertilizar o solo para realização de outras atividades agrícolas no período do verão amazônico, quando a partir do mês de junho os ribeirinhos começam retirar galhos de árvores e a vegetação flutuante dos roçados para nos meses seguintes plantarem feijão, melancia, milho e outras culturas de ciclos curtos, garantindo os roçados limpos e as terras preparadas para o próximo plantio da juta.

No entanto, a cultura da juta não proporcionou apenas vantagens aos moradores, mas também ocasionou consequências socioambientais negativas e prejuízos a saúde dos ribeirinhos, uma vez que para plantar juta derrubaram-se extensas áreas de cacauais e florestas de várzea, das quais os moradores coletavam frutos e extraíam lenha para cozinhar os alimentos. Além disso, destruía-se o habitat e a vegetação que fornecia alimentos e abrigo para inúmeras espécies aquáticas no período de cheia do rio Amazonas.

No período da colheita, os trabalhadores cortavam a juta, geralmente com cerca de 4 metros de altura, faziam feixes de aproximadamente 90 centímetros de diâmetro e deixavam submersos no rio por cerca de 10 dias, presos sob os troncos de árvores, até a fibra começar a soltar do talo, momento em que realizavam o trabalho de lavagem, quando passavam cerca de 8 horas/dia dentro d’água, exposto ao sol e a umidade. Os trabalhadores estavam sujeitos a picadas de cobras, sanguessugas, arraias e choques de peixe-elétricos (*Electrophorus electricus*), popularmente chamado de puraqué, de modo que muitos contraíram enfermidades graves.

Para ilustrar no trabalho e algumas das situações mencionadas, apresenta-se uma sequência de registros fotográficos realizados por técnicos da Companhia Têxtil de Castanhal (CTC) e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (SEMAB) do município de Óbidos – Pará, retratando atividades de um projeto piloto elaborado pelo Instituto de Fomento a Produção de Fibras Vegetais da Amazônia (IFIBRAN), executado no município obidense pela CTC/SEMAB, conforme postagem de João Canto (2010).

**Figura 14** – Lavoura da juta na várzea do Baixo Amazonas



Figura 14. Roçado de juta na várzea de Óbidos - Pará com árvores de aproximadamente 1 metro de altura. Fonte: João Canto (2010).

Mesmo se tratando de uma experiência recente, a figura ilustra perfeitamente os antigos roçados de juta construídos na várzea do Baixo Amazonas e microrregião de Santarém – Pará, a partir do desflorestamento total das matas de restingas ou abertura de clareiras nas florestas de várzea. Na fase retratada, as árvores se encontram com um pouco mais de 1 metro de comprimento, momento em que os ribeirinhos haviam retirado cuidadosamente com facões a vegetação herbácea que se desenvolvia juntamente com a plantação.

Quando a juta atingia um pouco mais de dois metros de altura, realizava-se normalmente o trabalho de desbastamento das árvores, momento em que os ribeirinhos cortavam cuidadosamente as plantas menores, deixando no máximo 4 pés da juta nas covas para facilitar o crescimento, tarefa conhecida como desfilhar. Nessa fase, além do cuidado para não cortar as plantas viçosas, os trabalhadores deveriam estar atentos para não serem vítimas de picadas de cobras e outros animais peçonhentos.

**Figura 15** - Lavoura da juta no período da colheita



Figura 15. Lavoura da juta na várzea do município de Óbidos - Pará no período de corte das árvores. Fonte: João Canto (2010).

Quando a juta atingia a maturação, normalmente com 4 metros de altura – conforme retratado na figura 15 - os ribeirinhos iniciavam o trabalho de corte das árvores com facões ou ferramentas próprias - chamadas de foices - quando os roçados se encontram inundados. Nessa fase as árvores colhidas eram agrupadas em feixes de aproximadamente 90 centímetros de diâmetros, amarrados com fibra da própria juta, deixados expostos ao sol para ficar mais leve antes de serem transportados nos ombros para os cursos d'águas mais próximos, onde se realizava o processo de maceração e retirada da fibra do caule.

Quando os roçados se encontravam inundados, eliminava-se a tarefa de carregamento dos feixes de juta nos ombros, pois na água bastava rebocar manualmente os volumes para os locais de afogamento<sup>12</sup>, em contraposição o trabalho era mais arriscado, uma vez que na água os choques de peixes-elétricos eram constantes, além do risco de picadas de arraias, sanguessugas e de insetos que se hospedavam nas plantas.

---

<sup>12</sup> Locais de afogamento: áreas dos roçados com aproximadamente 1 metro de profundidade, onde os feixes de jutas eram empilhados lateralmente para serem mergulhados com troncos de árvores cortadas no momento do desflorestamento das matas.

**Figuras 16** – O trabalho de retirada da fibra da juta do caule



Figura 16. Ribeirinho da várzea obidense realizando o trabalho de retirada da fibra da juta do caule no período do inverno amazônico. Fonte: João Canto (2010).

No trabalho de retirada da fibra do caule - chamado de lavagem – conforme retratado na figura 16, os ribeirinhos escolhiam um local no roçado próximo as pilhas de juta submersas, onde fixavam duas estacas de madeira verticalmente no chão, numa distancia de aproximadamente 150 centímetros uma da outra, entre as quais amarravam paralelamente uma terceira na altura da superfície da água, buscavam os feixes da juta macerados e colocavam sobre as estruturas chamadas andaimes, onde realizavam a lavagem, prendendo com um nó as fibras colidas de cada feixe para transportar em canoas até o porto das residências e nos ombros para estender nos varais, conforme volumes embarcados na canoa.

Era nessa fase do trabalho que os ribeirinhos chegavam a ficar mais de 8 horas/dia na água - exposto ao calor e a umidade, quando aumentavam os riscos de sanguessugas (*Hirudo medicinais*), raias (*Potamotrygon falkneri*) - popularmente chamadas arraias, cobras e outros animais que - em alguns casos - levavam trabalhadores a óbito.

**Figura 17** - Fibra da juta estendida no varal



Figura 17. Fibra da juta da lavoura obidense estendida no varal para retirar a da umidade. Fonte: João Canto, 2010.

Na fase retratada, os ribeirinhos recorriam às florestas de várzea de onde extraíam árvores de aproximadamente 5 metros de comprimento com cerca de 30 centímetros de diâmetro, com as quais construía os varais, onde estendiam por dois dias a fibra da juta - excluindo-se as noites - quando perdia totalmente a umidade, momento em que o produto era recolhido para as residências ou barracões construídos com essa finalidade, onde os trabalhadores preparavam os fardos para entregar a produção aos patrões que transportavam a juta em embarcações para o comercio de Santarém.

**Figura 18** - Embarque da juta e condução para a cidade



Figura 18. Fardos de juta sendo acondicionados em embarcação para serem conduzidos à cidade. Fonte: João Canto (2010).

Conforme retratado parcialmente na figura 18, em datas previamente combinadas, os patrões atracavam as embarcações no porto dos ribeirinhos para receber a produção, momento em que as partes faziam a pesagem dos fardos - tarefa normalmente realizada previamente pelos trabalhadores que tinham acesso a balança - registrando-se em cadernos os volumes e quilogramas da juta embarcada para pagamento imediato ou em acertos de contas posterior.

Ressalta-se que, apesar da figura 18 ilustrar o trabalho de embarque não retrata perfeitamente a realidade do período áureo da juta (1940 – 1970) na microrregião de Santarém, uma vez que as embarcações normalmente eram menores e os pontos de embarques igualmente precários, diferente da embarcação de maior porte e do entreposto retratado no município de Óbidos.

Entre os anos de 1940 a 1970, a produção da juta foi a principal atividade mercantil dos ribeirinhos, contudo a partir desse período a jiticultura passou a enfrentar problemas de ordem variada, destacando-se, entre outros motivos, a concorrência da fibra amazônica com a produção asiática, a ocorrência de eventos climáticos extremos como enchentes e estiagens, o desenvolvimento de técnicas de cultivo industrial - sobretudo no estado do Amazonas - e a substituição gradativa de produtos vegetais por matérias sintéticas, os quais segundo Cruz (2007) inviabilizaram a produção familiar da juta na várzea do rio Amazonas, sobretudo a partir dos anos 90 do século XX.

Na presente dissertação, enfatiza-se a cultura da juta pela sua importância para o desenvolvimento socioeconômico e demográfico da região, uma vez que muitos povoados surgiram a partir da instalação de grandes lavouras de juta. Ademais, a jiticultura possibilitou o desenvolvimento do comércio, a difusão das embarcações motorizadas e a prestação dos serviços realizados pelos barcos de linha, facilitando a comunicação entre as localidades e dessas com os centros urbanos regionais, até então muito precário.

### **3.3 A formação da comunidade e a escolarização dos ribeirinhos**

Ainda na fase inicial do trabalho de produção da juta, as relações econômicas e o contato com informações que chegava do Centro-Sul do Brasil, sobretudo através das emissoras de rádios, entre outros motivos, levaram os moradores a sentir necessidade de alfabetizar suas crianças. Com este propósito, por volta dos anos de 1950, os comunitários construíram um barracão e contrataram uma pessoa da comunidade que dominava a leitura, a escrita e sabia calcular para realizar a tarefa. Na ocasião, a escola improvisada recebeu o

nome de “Santa Luzia”, em homenagem a padroeira da comunidade. O primeiro professor foi o senhor Rosito Pinto.

Com o aumento da população, a questão religiosa foi também um elemento de mobilização dos moradores, inicialmente manifesto nas festividades de Santa Luzia, impulsionada pela visita de padres norte-americanos, que reunia dezenas de famílias e devotos de outras comunidades vizinhas em torno do arraial da padroeira, interações que aliada às relações econômicas que se processavam no período davam visibilidade aos povoados junto a políticos de Santarém, por meios dos quais as demandas dos moradores chegavam ao poder público municipal.

Desta maneira, por volta de 1953 a prefeitura municipal de Santarém, na gestão do prefeito Santino Serotheau Correa, contratou a senhora Maria Inês Duarte Lemos para prestar serviços educacionais à comunidade, onde trabalhou inicialmente com uma turma de 15 alunos. A profissional atuou na escolarização das crianças até o ano de 1965, quando foi afastada por autoridade santarena sob a alegação de suposto desencontro a “ordem” do regime civil-militar vigente no país. A partir de então, o município enviou sucessivamente as professoras Leonita Oliveira da Silva e Maria Coelho Pinto para alfabetizar as crianças.

Concomitante a escolarização das crianças pelo poder público municipal, no final da década de 1960 o Movimento de Educação de Base (MEB) inicia as atividades de alfabetização de jovens e adultos na ilha, por meio dos programas da Escola Radiofônica - transmitidos pela Radio Emissora de Educação Rural de Santarém, ação política-educacional que extrapolava o ensino da Linguagem e Aritmética Básica, buscando-se, sobretudo promover a comunicação entre os povoados para o trabalho e convivência em comunidade (MEB, 1966), até então chamados de lugar ou localidade.

Segundo as lideranças da época, era assim que se chamavam os povoados da região, antes da atuação do movimento político-educacional vinculado a Igreja Católica. Desta maneira, quando os ribeirinhos enviavam cartas às pessoas de outras localidades ou documentos para as autoridades de Santarém registravam da seguinte maneira: lugar ou localidade Ilha de São Miguel.

No “Estudo comparativo das formas de apossamento na Várzea e suas implicações para a política fundiária”, Antônia do Socorro Pena da Gama explica que:

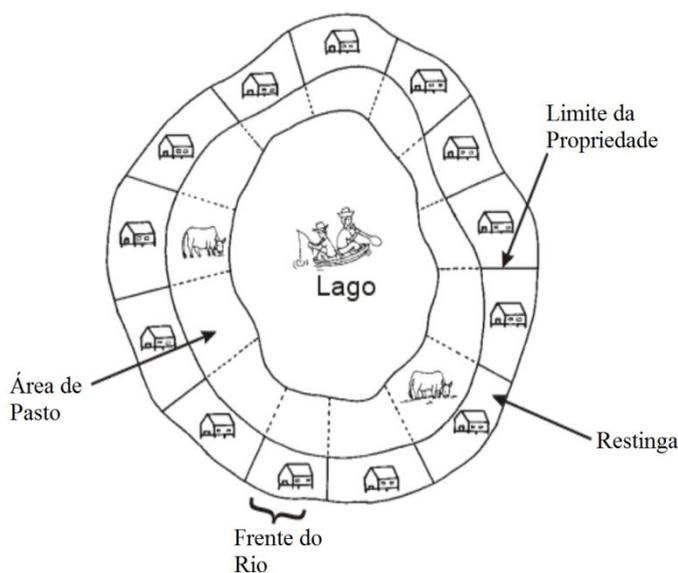
O termo comunidade tem, na região do Baixo Amazonas, portanto, a conotação de um tipo particular de organização política. *Comunidade* são assentamentos acima de 13 domicílios, que recebeu essa denominação por causa da implantação de uma organização política formal, baseada no modelo sugerido pelo Movimento de Educação de Base – MEB a partir do final dos anos 60, [...]. Na região de Santarém,

especialmente na várzea, ainda persiste o trabalho nas comunidades, aliás, é sobre elas que o MEB estruturou a sua atuação. Para esta organização, comunidade parece encerrar o critério populacional como universo populacional e como um núcleo social, onde as pessoas devem ter em comum, objetivos e interesses (GAMA, 2004, p. 60).

A convivência em comunidade e o processo de alfabetização dos adultos foram fundamentais para a formação de lideranças que em contexto adverso reivindicavam, entre outras questões, melhores condições para escolarização de suas crianças. Desta maneira, no ano de 1975, a prefeitura municipal de Santarém, na gestão do prefeito Paulo Lisboa, construiu o primeiro prédio escolar - com duas salas de aula - na comunidade e a escola passou a se chamar “Duque de Caxias”, em homenagem a Luís Alves de Lima e Silva - político monarquista e patrono militar brasileiro.

Buscou-se conhecer a quantidade de famílias e o número de pessoas que viviam na comunidade entre os anos de 1950 -1970, constatando-se a presença de 35 domicílios, identificados pelos nomes dos proprietários das residências, distribuídas ao longo de três restingas principais em torno da ilha, conforme estrutura fundiária realizada na várzea do Baixo Amazonas, ilustrada pelo IPAM.

**Figura 19** - Estrutura fundiária na várzea do Baixo Amazonas



Fonte: Banco de figuras do IPAM – 2008.

Na restinga situada na margem direita do rio Amazonas, em processo de sedimentação e ocorrência do fenômeno de terras caídas, encontravam-se as residências dos comunitários:

Ló Miranda, Pedro Sá, Benedita Pereira, Manuel Pereira e Maria Miranda. Na porção mais consolidada da ilha chamada de restinga central moravam: Satuca Rocha, Juca Pinto, Bibico Rocha, Altino Rocha, Baruca, Simplício, Silvério, Manoelzinho, Domingos Pereira, Henrique, Zé Ari, Luiz Batista, Sabá Sá, Pacácio, Benedito Pinto, Joana e Zé Lemos. Na restinga da margem esquerda, contornando a ilha - a jusante - residiam: Vico, Domingão, Raimundo Viana, Alcebirdes, Epifânio, Sarmento, Guito Carneiro, João Carneiro, H. Carneiro, Domingos Caitano, Lulu Carneiro, Flaviano e Ismael.

Apesar de identificarem as residências, os comunitários não lembram com precisão o número de pessoas que moravam na ilha, todavia considerando-se que o número médio de filhos, conforme tendência demográfica do Brasil - retratado na tabela de evolução da taxa de fecundidade<sup>13</sup>, elaborada pelo IBGE com base nos Censos Demográficos de 1940-2010, foi possível estimar a quantidade de pessoas que vivem na comunidade, apresentando resultado a seguir.

**Figura 20** – Tabela - taxa de fecundidade no Brasil - 1940/2010

Grandes regiões	Taxa de fecundidade total							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Brasil</b>	<b>6,16</b>	<b>6,21</b>	<b>6,28</b>	<b>5,76</b>	<b>4,35</b>	<b>2,89</b>	<b>2,38</b>	<b>1,90</b>
Norte	7,17	7,97	8,56	8,15	6,45	4,20	3,16	2,47
Nordeste	7,15	7,50	7,39	7,53	6,13	3,75	2,69	2,06
Sudeste	5,69	5,45	6,34	4,56	3,45	2,36	2,10	1,70
Sul	5,65	5,70	5,89	5,42	3,63	2,51	2,24	1,78
Centro-Oeste	6,36	6,86	6,74	6,42	4,51	2,69	2,25	1,92

Fonte: Extraído de - IBGE. Disponível em: <<http://vamoscontar.ibge.gov.br/atividades/ensino-fundamental-6-ao-9/2755-fecundidade-no-brasil-1940-a-2010.html>>. Acesso em: Dez. 2016.

Soma-se a leitura da tabela, que retrata a evolução das taxas de fertilidade no Brasil e a quantidade de filhos por mulher na região Norte nos de 1960, a existência de maior número de famílias morando em uma única residência, agregando-se esses fatores as pessoas que iam

<sup>13</sup> Taxa de fecundidade: número médio de filhos concebido por mulher ao final do período de fertilidade, conforme tabela apresentada na figura 20, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE).

trabalhar na agropecuária, aceira-se a afirmação dos moradores de que a quantidade de pessoas que viviam na comunidade era de aproximadamente trezentos indivíduos.

Nas relações comunitárias, além do comércio da juta, da escolarização dos ribeirinhos e da questão religiosa, desenvolviam-se outros trabalhos e atividades socioculturais que mobilizavam os moradores, destacando-se as vaquejadas, as partidas de futebol, os torneios e festas dançantes.

As vaquejadas aconteciam – sobretudo - na propriedade de um membro da família Pinto, reunindo jovens e senhores para os trabalhos de condução do rebanho - de aproximadamente 1.000 cabeças de gado - das áreas de pastagens naturais e das florestas de várzea para os currais da fazenda, bem como para atividades de marcação e registro dos animais, conhecido popularmente como ferras, acompanhadas por dezenas de famílias e crianças que se agregavam em torno dos currais para assistir os trabalhos.

Nessa atividade, a presença de vaqueiros das diferentes comunidades vizinhas e a comunhão entre os participantes eram e ainda são garantidas localmente por um almoço a base de carne de boi oferecido pelo dono dos animais que desobriga moralmente o fazendeiro de pagar os trabalhadores pelos serviços prestados na ocasião.

As partidas de futebol e os jogos amistosos com equipes de outras localidades normalmente aconteciam nos dias de domingo, reunindo as famílias em torno do campo de futebol para prestigiar os eventos e torcer pelos atletas. As festas dançantes e os torneios de futebol normalmente eram organizados pela agremiação esportiva local que até a década de 1970 era conhecido como São Miguel, quando passou a se chamar Flamengo, momento em que os desportistas locais construíram um campo de futebol próprio e sua sede social, onde passaram a realizar as festas dançantes, substituindo os músicos da região pelas bandas de Santarém.

As festividades anuais normalmente iniciavam pela manhã, com jogo de futebol amistoso entre a agremiação esportiva local e um time de outra comunidade previamente convidado. No período da tarde realizava-se o torneio de futebol – com troféus ou valores em dinheiro para o campeão, segundo e terceiro lugar proporcionalmente, programação que chegava a reunir mais de 50 clubes de futebol da circunvizinhança, concluindo-se os trabalhos com a festa dançante no período noturno, momento em que as equipes vencedoras do torneio vespertino recebiam suas respectivas premiações e o clube que levava maior número de damas também era premiado.

Além das festividades anuais, os desportistas locais convidavam regularmente outras agremiações esportivas para jogos amistosos nos domingos, oferecendo alimentação gratuita

para os atletas e torcedores que acompanhavam as equipes, promovendo a socialização entre as famílias e a integração das diferentes comunidades.

A vinda das agremiações esportivas para a comunidade enquadrava-se em prática sociocultural realizada pelos ribeirinhos, na qual os desportistas locais se comprometiam a retribuir as visitas, participando das festividades de cada visitante, em data previamente agendada, com número equivalente de atletas e torcedores - como forma de igualar o consumo e gastos realizados pelos visitantes, sobretudo nas festas dançantes e torneios de futebol.

No contexto do regime civil-militar no Brasil, a segurança das festas dançantes era realizada pelo agente de polícia da própria comunidade ou por destacamento de soldados da Polícia Militar de Santarém, solicitado pelos organizadores dos eventos. Todavia, nos jogos de finais de semana a relação amistosa era garantida por acordos verbais realizados previamente entre os dirigentes dos clubes de futebol e pelas amizades entre os atletas das diferentes comunidades.

A jiticultura garantia a permanências dos comunitários e maiores fluxos de pessoas na ilha, movimentava o comércio e as interações socioculturais entre os moradores e comunidades vizinhas. No contexto, além dos vendedores ambulantes que passavam semanalmente, havia pelos menos três pontos fixos de revenda na comunidade – chamados tabernas, onde os moradores compravam gêneros da cesta básica, materiais para confecção de roupas, calçados, medicamentos e outros produtos industrializados demandados pelos ribeirinhos.

O declínio do comércio da juta na várzea do rio Amazonas coincidiu com a intensificação e expansão da pesca comercial, impulsionada pela crescente demanda do mercado de peixe, em função do crescimento populacional nos centros urbanos regionais, momento em que os pescadores ligados à indústria pesqueira passaram a introduzir técnicas de capturas de pescados cada vez mais eficientes e a explorar intensamente os territórios extrativos das populações ribeirinhas, opondo-se as tradicionais formas de uso dos recursos aquáticos até então realizadas pelas populações locais.

### **3.4 A construção do modelo de organização local**

O modelo de organização local, consolidado atualmente pelos moradores da Ilha de São Miguel, inicia-se na década de 1970, quando os pescadores profissionais embarcados alcançaram o território de pesca dos ribeirinhos, ancoraram suas embarcações e passaram a

explorar intensamente os recursos aquáticos. Aproveitando-se da boa piscosidade dos lagos, abasteciam suas geleiras, conduziam o pescado para Santarém e retornavam às áreas de pesca.

Ao verem os estoques de peixes de suas apropriações serem dizimados por pescadores de outras localidades, após terem recorrido sem sucesso às autoridades de polícia de Santarém para evitar a sobrepesca, moradores da própria localidade equipam-se com rede-malhadeiras, abandonam a cultura da juta e lançam-se a pesca comercial, conforme relato de uma liderança da época:

Uma certa ocasião, foi encontrado uma malhadeira, o Zezinho tirou e levou pra justiça, a justiça não providenciou quase que nada. E começamos a fazer o quê? Ficamos tristes! Se não tem nada pra providenciar, nos vamos usar também, e nós olha: com malhadeira também, com malhadeiras. Em vez de ser só outros que esvaziaram, nos ajudamos a esvaziar. (T. G. S. 70 anos, em 2012).

O primeiro morador a realizar pescaria com rede-malhadeira foi à mesma liderança que idealizou o modelo de organização local, quando os recursos pesqueiros se encontravam escassos na ilha. Em entrevista concedida em junho de 2012, o comunitário relata as ocorrências da seguinte maneira:

Quando foi mais ou menos em 70, entrou um pessoal do Urucurituba aqui, meteu o motor pro lago e começaram a botar malhadeira, e nós não usávamos malhadeira na época, nessa época não, e começaram dá pau em peixe. Atrás deles veio o pessoal do Arapemã, veio o pessoal do Saracura, aí dessa região de Barreira, Correio, Costa do Aritapera, em fim, muitas comunidades vizinhas vieram. Tinha um barco chamado São Miguel, não sei se ele ainda existe - do Arapemã, que esse já morava mesmo, e esse um do Urucurituba que eu até conheço o rapaz. O certo é que, quando eu vi aquilo, eu já na época era matriculado<sup>14</sup>, mais eu não vendia o peixe, eu trabalhava na juta. Aí eu deixei da juta e me dediquei na pescaria, que eles estavam acabando o peixe. Aí eu ainda desse pro pessoal olha: vão acabar o peixe da ilha (J. S. P. 74 anos).

Segundo a liderança supracitada, atraído pela lucratividade, comprou um barco de pesca, instalou uma geleira na embarcação e juntamente com mais três pescadores, passou a viver exclusivamente da pesca. Mas não demorando muito tempo para que os estoques de peixes diminuíssem drasticamente e passarem a ter prejuízos em suas pescarias, uma vez que a quantidade de peixe que conseguiam capturar não era mais suficiente para pagar as despesas, momento em que os pescadores ambulantes se dirigiam para outros lagos.

Em função da superexploração dos recursos aquáticos, os moradores passaram a enfrentar dificuldades para alimentar suas famílias e as pessoas que realizavam o trabalho da

---

<sup>14</sup> O termo matriculado - usado pela liderança - significa que o mesmo era filiado a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE.

juta, uma vez que os estoques de peixe praticamente desapareceram dos lagos, conforme depoimento do senhor J. S. P. 74 anos, realizado em junho de 2012:

Bem, eu comprei um motor e coloquei no lago, e eu só vinha em casa trazer algum peixinho pra mulher e voltava. O certo que praticamente zerou a parte de tambaqui, pirarucu, acari, esses peixes, carauaçu, tudo. A gente não via praticamente nada, não tinha nem pra comer.

A liderança supracitada, preocupada com a degradação socioambiental, ocasionada pelo modelo político-econômico que ameaçava as condições de existências dos moradores, passou a refletir sobre as praticas realizadas, mobilizando lideranças e comunitários em busca de soluções para os problemas enfrentados.

Quando foi um dia eu cheguei em casa com uma cambada de piranha, umas três horas da tarde. Eu tava com quatro viagens pra Santarém só de prejuízo, não tinha mais lucro, só dava pra comprar o óleo. [...]. Aí eu disse lá pro homem que eu vendia o peixe em Santarém, que era o seu João Frazão dos Regos, disse: seu João eu vou parar de pescar. Ele disse: por que, seu homem? Eu disse: porque o senhor não tá vendo o peixe que eu tô trazendo? Uma semana de pescaria pra quatro pescador. [...], eu tava com 64 quilos de peixe, olha! Uma semana de quatro canoas. [...]. Aí eu cheguei em casa com a cambada de piranha, umas três horas da tarde, com fome. Minha mulher disse: mais isso que tu trouxeste? Isso, não tem mais peixe e eu vou parar de pescar. Aí eu descansei um pouco, aí eu disse: se o pessoal concordasse nos íamos suspender a malhadeira, nos ainda temos condição de recuperar o lago, embora com sacrifício, mas eu acredito porque ainda tem muitas partes de mazona, de lagos aí vizinhos que capaz que ainda tenha um peixe que possa chegar pra cá e produzir e aumentar. E meti em cabeça que eu deveria tentar reunir o pessoal pra ver se a gente conseguia suspender com a malhadeira pra gente ver o como surgia à coisa pro nosso lado. [...]. Aí eu convidei o pessoal e disse tudo o que era pra fazer, disse: olha gente, nos vamos fazer isso, vamos suspender e vamos ver como é que se comporta durante uns meses aí a parte do lago, se der lucro aí nos continua, aí vai ser a decisão (J. S. P. 74 anos, em 2012).

Reunidos no ano de 1973, a maioria dos comunitários concordou em suspender temporariamente a pesca com rede-malhadeira nos anos lagos da comunidade, entendendo que o uso desse tipo de apetrecho era responsável pela escassez de peixe nos lagos. Todavia, a decisão provocou situações de desentendimento entre os moradores da ilha, uma vez que algumas famílias não concordaram com a iniciativa, alegando que não seria possível capturar peixes de outra maneira, nem tampouco recuperar os recursos pesqueiros que existiam nos lagos. Porém, segundo relato dos comunitários, os primeiros seis meses da experiência foram suficientes para que os estoques de peixes começassem a recuperar e a disponibilidade de alimento na mesa das famílias fosse restabelecida.

Nesse processo, a Igreja Católica exerceu um papel fundamental, uma vez que as lideranças locais atribuíam ao catequista à tarefa de dialogar com as famílias resistentes,

sensibilizar os moradores quanto à importância da conservação dos recursos naturais para segurança alimentar dos ribeirinhos e mobilizá-los para abraçar a causa. Segundo relato de uma catequista da época, os cultos dominicais não se limitavam aos rituais religiosos, mas também as ações educativas e a mobilização dos cristãos para apoiarem as decisões políticas dos comunitários.

Os resultados motivaram as lideranças e moradores, que abraçavam a causa, a suspender definitivamente a pescaria com redes-malhadeira nos lagos da comunidade e a iniciarem as discussões para a elaboração de um acordo de pesca comunitário, concretizado em 1985, após dez anos de trabalho, quando a maioria dos moradores assinou o documento elaborado por representantes da coletividade.

A recuperação dos recursos pesqueiros nos lagos da comunidade chamava novamente a atenção dos pescadores ambulantes e de pessoas da própria localidade que, motivados pela valorização econômica do peixe, insistiam em realizar pescarias de forma não aceita pelos comunitários, ocasionando situações de conflitualidades entre os pescadores que possuíam interesse mercantil e os moradores que defendiam a segurança alimentar das famílias, resistindo às ações da pesca comercial em suas apropriações.

Para garantir o cumprimento das normas e regras instituídas no acordo, os comunitários passaram a fiscalizar as áreas de pesca, trabalho que não foi suficiente para impedir a presença de pescadores de outras localidades na Ilha de São Miguel, tampouco para evitar as ações degradantes da pesca comercial no território extrativo.

Objetivando encontrar solução para os problemas enfrentados e legitimar as normas e regras instituídas no acordo de pesca local, os comunitários - assessorados por pessoas da comunidade que moravam em Santarém - decidiram enviar documento às autoridades governamentais competentes para que tomassem ciência das ações realizadas pelos comunitários e conhecessem os problemas enfrentados pelos moradores. Assim definido, no ano de 1985 as lideranças encaminharam o documento a Justiça Estadual da Comarca de Santarém, que emitiu parecer favorável aos moradores, homologando o acordo de pesca dos ribeirinhos.

No documento, os comunitários manifestavam as autoridades governamentais o descontentamento com os atos praticados pelos pescadores profissionais em seus territórios de extração do pescado, conforme demonstra-se no fragmento extraído do acordo de pesca local:

Nos abaixo assinados, proprietários de terras<sup>15</sup>, usuários e moradores da Ilha de São Miguel, município de Santarém – Pará, contrariado com as constantes invasões provocadas por partes de pessoas inescrupulosas que além de utilizarem-se de nossas propriedades sem autorização, exploram-nas no ramo de pescarias utilizando utensílios destruidores e em época inadequadas, depredando e banindo nossas reservas (ANMISM, 1985, p. 1).

Evidencia-se no documento não apenas a preocupação dos comunitários com as sucessivas “invasões” dos seus territórios extrativos, em função da importância destes para garantia do sustento das famílias e segurança alimentar dos moradores, mas também o conhecimento historicamente adquirido sobre os processos ecológicos e período de reprodução das espécies. Desta maneira, usar utensílios “destruidores” e capturar peixes em tempo de reprodução, na visão dos moradores da ilha é colocar em risco a possibilidade de manutenção das famílias ribeirinhas, por isso apelaram às autoridades governamentais competentes para que decidissem favoravelmente ao que estavam propondo.

Esse entendimento e preocupação dos moradores levaram os comunitários a tomarem medidas restritivas para o acesso e uso dos recursos aquáticos em suas apropriações, materializados da seguinte maneira no acordo de pesca local:

Visando a preservação das espécies de peixes que muito servem para manter nossas famílias, de vez que somos agropecuaristas, e a facilidade em pescá-los tem ajudado no desenvolvimento de nossos trabalhos, baseado em nossos direitos de proprietários [...] decidimos em reunião realizada no dia 24. 08. 85, conforme o acordo vigente desde 1983, manter para todos os lagos, baixas e outros locais de pescarias situado dentro da nossa localidade, o seguinte: Proibir em caráter permanente o uso de: 1 – Rede de pesca (malhadeira, bubuias, etc...), rede de arrasto, bombas e lanternas de carbureto; 2 – Espinhel em baixo de árvores frutíferas próprias para alimentação dos peixes; 3 – Pesca de pirarucu no período de 01 de outubro a 31 de março, conforme a Lei Federal; 4 - Tarrafa no Lago denominado “LAGUINHO”, durante o período em que haja acesso para os peixes aos demais lagos, e 5 – Pesca com finalidade única e exclusiva para vender (ANMISM, 1985, p. 1).

Com o acordo de pesca homologado, os comunitários enviaram cópias do documento às entidades ligadas ao setor pesqueiro e as comunidades vizinhas para que tomassem ciência dos trabalhos realizados pelos moradores, ratificado pela juíza de direito da Comarca de Santarém através de sentença judicial. Outra medida adotada pelos ribeirinhos foi a intensificação dos trabalhos de fiscalização dos lagos, atividade realizada normalmente no

---

<sup>15</sup> O termo “proprietários de terras” é utilizado pelos moradores para designar pessoas que possuem maiores apropriações de terras, geralmente criadores de gado bovino, descendentes das primeiras famílias que se apropriaram da ilha ou agropecuárias que adquiriram posses através do comércio de terras públicas realizadas na várzea.

período noturno, quando os territórios de pesca ficam mais susceptíveis a ações dos “invasores”, trabalho este que inicialmente reunia mais de cinquenta homens.

Isso não foi suficiente para impedir que pescadores de outras localidades e moradores, contrários ao acordo de pesca, realizassem pescarias de forma não aceita pelos defensores da pesca de subsistência, intensificando-se as situações de conflitualidades envolvendo os moradores que defendiam a segurança alimentar e pescadores ligados aos setores pesqueiros que exploravam o território com finalidade mercantil.

Não podendo impedir legalmente a presença de atores externos no território extrativo, por se tratar de uma área de livre acesso, os comunitários decidiram adotar uma política de aliança com as comunidades vizinhas, propondo que todos tivessem acesso às áreas de pesca, desde que explorassem os recursos pesqueiros unicamente para fins alimentares e obedecessem às normas e regras instituídas no acordo de pesca local. Todavia, a medida não surtiu efeito, uma vez que muitos pescadores foram flagrados descumprindo os acordos firmados, acirrando ainda mais os conflitos de pesca.

As situações de conflitualidades não se limitavam aos embates que ocorriam nos territórios de pesca, envolviam também as disputas que aconteciam junto às autoridades policiais, uma vez que pescadores insatisfeitos passaram a denunciar nas delegacias de polícia de Santarém supostas agressões praticadas pelos moradores da Ilha de São Miguel, que controlavam os ambientes aquáticos onde o acesso não poderia ser negado. Segundo relato dos moradores, em diversas ocasiões, as lideranças comunitárias foram intimadas a prestar depoimento sobre as acusações a elas aludidas.

Na medida em que a quantidade de peixe e outras espécies aquáticas aumentavam, crescia também as pressões interna e externa sobre os recursos pesqueiros. Tentava-se evitar as “invasões” de pescadores de outras localidades com o trabalho de fiscalização dos lagos, todavia a medida não era eficiente para coibir as ações internas, uma vez que pescadores locais, conhecendo a rotina dos moradores, burlavam facilmente as regras dos comunitários.

Como estratégia, os comunitários passaram a impedir que as famílias da localidade, que burlavam as normas e regras instituídas no acordo de pesca, realizassem pescarias fora dos limites de suas apropriações, situados em áreas de lagos não perenes. Desta maneira, no período da enchente-cheia os oponentes aproveitavam à vinda dos peixes para as áreas alagadas de suas apropriações realizando pescarias com redes-malhadeiras para fins comerciais, porém no período de vazante-seca enfrentavam dificuldades para conseguir alimento, uma vez que as áreas de pesca sob seus domínios secavam.

Diante da situação de instabilidade política, os idealizadores do acordo de pesca tentaram se aproximar das famílias da localidade que se opunham às regras instituídas pelos comunitários, buscando entendimento para uma nova forma de uso do território. Após várias tentativas fracassadas, ainda no contexto da ditadura civil-militar no Brasil, as lideranças decidiram indicar um membro de uma família contrária ao acordo de pesca para ser o agente de polícia da comunidade.

Registra-se que Santarém, desde os anos de 1968, tinha sido enquadrado como área de segurança Nacional (COLARES, 1998) e que as principais lideranças da comunidade eram: o agente de polícia, comunitário nomeado pelo delegado de polícia de Santarém para garantir a “ordem” e a “segurança” do regime na comunidade; o catequista, com a missão de realizar os trabalhos da Igreja Católica e tratar das questões religiosas; o presidente do clube de futebol, responsável pela condução das questões esportivas e socioculturais; a professora, incumbida de realizar a escolarização das crianças e os trabalhos escolares, a qual as demais lideranças recorriam quando precisavam elaborar documentos para enviar as autoridades municipais e; as pessoas mais velhas que aconselhavam as lideranças mencionadas.

A indicação do novo dirigente, militar recém-saído do exército brasileiro, que após insistência das lideranças locais aceitou assumir o cargo, obteve o reconhecimento da maioria dos moradores. Em pouco tempo foram resolvidas internamente as situações de desentendimento que dificultavam a legitimação das normas e regras instituídas no acordo de pesca, momento em que decidiram banir a pesca com rede-malhadeira em todos os cantos da ilha, bem como destinaram as espécies de peixes de escama unicamente para o consumo das famílias, exceto o pirarucu que continuou sendo pescado para fins comerciais de acordo com Lei Federal<sup>16</sup>.

Como ato simbólico da adesão dos moradores à nova política pesqueira implementada pelos comunitários, as famílias até então contrárias ao acordo de pesca trouxeram suas redes-malhadeiras às lideranças locais para que fossem queimadas em fogueira perante os comunitários. Fortalecidos, os moradores intensificaram os trabalhos de fiscalização dos lagos para impedir que pescadores de outras localidades realizassem pescarias em desacordo com as normas e regras instituídas.

Após vários flagrantes de atos infracionais cometidos por pescadores ambulantes, os comunitários decidiram impedir a presença desses pescadores em seus territórios extrativos,

---

<sup>16</sup> Atualmente, em vigor a Instrução Normativa N° 34, de 18 de Junho de 2004, instituída pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

momento em que se intensificaram ainda mais os enfrentamentos e embates físicos entre os moradores da ilha e pescadores de localidades das circunvizinhanças.

Os conflitos aconteciam nas áreas de pesca e também extra lagos, em várias ocasiões os comunitários foram surpreendidos e espancados por pessoas de outras localidades, quando estavam em festas intercomunitárias promovidas por clubes de futebol ou quando desembarcavam no porto de Santarém. Em função disso, os moradores se confinaram no território e apenas algumas pessoas supostamente neutras circulavam livremente nas localidades dos oponentes, momento em que as situações envolvendo autoridades policiais tornaram-se frequentes, conforme afirma o então agente de polícia, em entrevista concedida em maio de 2013: “foi um período que eu não saía da Delegacia”. (M. D. M. – 54 anos).

Para se livrar das acusações de supostas irregularidade, as lideranças locais estabeleciam amizades com políticos, delegados e juizes de direito da Comarca de Santarém, os quais entendendo a importância do trabalho exemplar que realizavam geralmente emitiam decisões favoráveis aos comunitários.

Entre os problemas enfrentados pelos moradores, duas outras questões de ordem interna apresentavam-se como desafios aos comunitários. Uma diz respeito à necessidade de impedir que os pescadores vendessem o pescado destinado unicamente ao consumo das famílias, juntamente com as espécies comercializáveis (pirarucu e bagres). Outra era a necessidade de recompensar a liderança local pelos trabalhos prestados voluntariamente à coletividade.

A solução encontrada foi romper a relação mercantil com os compradores de peixes de outras localidades e vender o pescado unicamente à liderança local, conseguindo a um só tempo controlar a captura e o comércio de determinadas espécies de peixes e recompensar o agente de polícia, com o lucro da comercialização do pescado, pelos trabalhos prestados à comunidade.

Portanto, foi em situação de conflitualidades que os moradores da Ilha de São Miguel lançaram as bases das territorialidades consolidadas atualmente, movimentando-se em defesa de um recurso estratégico para reprodução da unidade familiar - o peixe, em torno do qual se fortaleceram politicamente, resistindo à exploração econômica nos limites de suas apropriações, prosseguindo suas lutas até conquistarem o direito de uso exclusivo do território em área que a Constituição Brasileira (1988) determina como de livre acesso.

### **3.5 A Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel**

No contexto da redemocratização do Brasil e das mudanças que se processavam no interior da sociedade brasileira, visando fortalecer suas lutas em defesa do território, em 1989, os comunitários criaram a Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel (ANMISM), por meio da qual buscavam assegurar as conquistas alcançadas e atender novos anseios da comunidade.

O novo modelo de gestão possibilitou maior participação dos moradores nas tomadas de decisão, planejamento e execução das atividades, permitindo a sistematização das experiências obtidas e o desenvolvimento de novas formas de controle para o acesso e uso do território. Em 1997, a comercialização do pirarucu e bagres, realizada pelo agente de polícia, passou a ser feita pela Associação de Moradores, com entesouramento dos lucros para pagar as despesas de trabalhos comunitários e na defesa dos interesses da coletividade, bem como para socorrer moradores em caso de enfermidades e dificuldades financeiras.

Porém, na medida em que o saldo da associação de moradores aumentava e os comunitários conseguiam melhorar o gerenciamento dos trabalhos, algumas famílias que se intitulavam donas dos lagos passaram a realizar ações contrárias às normas e regras dos comunitários ou a condicionar seu apoio à entrega de percentagem do lucro obtido com a venda do peixe, provocando situação de instabilidade política entre os moradores e prejuízos à organização local.

Em 1999, as lideranças da comunidade firmaram parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), o qual disponibilizou técnicos para elaboração de uma proposta submetida ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), via Projeto Demonstrativo para Amazônia (PDA), buscando fortalecer os trabalhos de organização local, formar lideranças e proteger as áreas de pesca. O projeto foi aprovado no ano 2000 e as atividades aludidas passaram a ser financiadas, durante 24 meses, a partir desse ano.

Conforme previsto na proposta submetida ao PPG7, os comunitários compraram uma embarcação motorizada de porte médio, que passou a ser utilizada nas atividades de comercialização do pescado e uma lancha-voadeira, utilizada nos trabalhos de fiscalização dos lagos e em outras ações da comunidade. Em contrapartida, o IPAM passou a oferecer cursos de capacitação para os moradores e a realizar treinamentos de pescadores e lideranças comunitárias, sobretudo nas áreas da ecologia pesqueira, legislação ambiental, meio ambiente,

administração e cogestão dos recursos naturais de várzea, proporcionando atuação mais consistente e sistematizada.

Esclarecidos sobre as leis ambientais e conhecendo os direitos de usuários, os comunitários assessorados tecnicamente deixaram de pagar os 50% do lucro que obtinham com a venda do peixe a uma família que fazia a cobrança. Doravante, os trabalhos de proteção das áreas de pesca, até então realizados de forma aleatória, passaram a ser feitos de forma permanente por equipes de fiscalização de lagos, com lideranças treinadas e orientadas sobre procedimentos a serem adotados em casos de constatação de crimes ambientais, cometidos por sujeitos que descumpriam as regras e normas instituídas pelos moradores.

Os apetrechos de pesca dos pescadores flagrados cometendo crimes ambientais, anteriormente destruídos pelos comunitários, passaram a ser encaminhados, juntamente com relatórios de ocorrência, às autoridades governamentais competentes, como IBAMA e Ministério Público Federal (MPF), para que tomassem as medidas cabíveis.

#### **Figuras 21 e 22 – Ações dos moradores no combate a crimes ambientais**



Figura 21. Pirarucu juvenil encontrado por equipe de fiscalização em rede-malhadeira no território de pesca dos moradores da Ilha de São Miguel. Fonte: ANMISM, 2002.



Figura 22. Comunitários medindo as redes de pesca encontradas no território para registro em relato encaminhado as autoridades governamentais. Fonte: ANMISM, 2002.

As figuras 21 e 22 ilustram uma mudança de comportamento dos moradores, a partir do conhecimento de leis ambientais e das orientações que recebiam dos técnicos do IPAM, sobre os procedimentos a serem adotados em casos de crimes ambientais. Se anteriormente os apetrechos de pesca confiscados pelos ribeirinhos eram destruídos pelos comunitários, agora a equipe de fiscalização faz a retenção dos materiais encontrados, realiza a conferência dos apetrechos de pesca e encaminham, juntamente com relatório de ocorrência, as autoridades governamentais competentes para que tomem as devidas providências, cumprindo as leis

ambientais e evitando que os donos dos materiais apresentem queixas aos órgãos governamentais, recaindo sobre os comunitários a obrigação de pagarem os prejuízos.

Soma-se a isso a criação do grupo que congrega os filhos e ex-moradores da comunidade em Santarém, os quais a partir do ano 2000 passaram a se reunir na cidade para prestar apoio logístico e financeiro às ações dos comunitários, fortalecendo os trabalhos de fiscalização de lagos e a organização local. Atualmente, os nativos e ex-moradores da Ilha de São Miguel se deslocam a cada três meses para participar de assembleia geral na comunidade.

### **3.6 A pesquisa participativa como ação educacional**

Entre as ações realizadas pelos moradores da Ilha de São Miguel, em parceria com o Projeto Várzea do IPAM, destaca-se a pesquisa participativa do pirarucu como importante mecanismo educacional dos ribeirinhos, promovida por meio da realização de quatro atividades principais: contagem visual de pirarucus, biotelemetria, marcação-recaptura de peixes e monitoramento de casais de pirarucus com filhos.

Por meio da contagem visual de pirarucus, buscou-se conhecer a quantidade de peixes existentes nos lagos, avaliar as regras do acordo de pesca e entender os impactos de fatores ambientais sobre os recursos pesqueiros nos lagos da ilha. O método foi desenvolvido por pescadores e pesquisadores na região de várzea do município de Tefé - estado do Amazonas no ano de 1999, após o IBAMA daquela unidade da federação ter proibido em 1996 a pescaria da espécie no território amazonense, condicionando sua captura às áreas de manejo e a criação em cativeiro.

Conforme foi visto na segunda seção da presente dissertação, o pirarucu realiza respiração aérea e precisa vir à superfície para respirar no intervalo de cinco a vinte minutos, dependendo do tamanho do indivíduo, da quantidade de oxigênio disponível na água e do nível de stress do peixe, quando ameaçado pode demorar até uma hora para emergir, característica que possibilita a contagem dos peixes e a estimativa da população de pirarucus existentes nos lagos por meio das contagens visuais.

Com base no conhecimento do comportamento da espécie, diante da impossibilidade de exercerem legalmente as atividades tradicionalmente realizadas, pescadores experientes da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) – estado do Amazonas, afirmaram aos pesquisadores que seria possível estimar a quantidade de pirarucus e até mesmo saber o tamanho dos peixes que existiam nos lagos por meio da observação das boiadas, ou seja, quando emergem para respirar.

Em 1999, uma pesquisa desenvolvida na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) mostrou que pescadores experientes são capazes de estimar a abundância de pirarucus pelas contagens que são feitas no momento da respiração aérea da espécie. A conclusão de que os pescadores são capazes de contar pirarucus de modo eficaz baseou-se na habilidade de 20 pescadores, a partir da avaliação das contagens feitas em grupo. Essa pesquisa também mostrou que o método utilizado para contar o pirarucu pode ser ensinado por um pescador treinado para outros, desde que todos os envolvidos sejam experientes na pescaria desse peixe (ARANTES et al, 2007, p. 264).

Na pesquisa mencionada, o conhecimento dos pescadores foi validado por meio das contagens e captura de todos os peixes das áreas estimadas, utilizando-se de rede-arrastão construído especificamente para o trabalho. Depois de validado, o método foi adotado pelo governo do estado do Amazonas como requisito obrigatório para o manejo legal do pirarucu nos lagos amazonenses.

Em 2000, o Projeto Várzea do IPAM financiou a viagem de oito pescadores do município de Santarém para Reserva Mamirauá, sendo quatro pescadores da Ilha de São Miguel e quatro da localidade de Santa Maria do Tapará, onde no período de 10 a 28 de outubro daquele ano participaram do treinamento de contagem visual de pirarucu, recebendo certificação no final dos trabalhos.

#### **Figuras 23 e 24 – Treinamentos em contagem visual de pirarucu**



Figura 23. Pescadores e pesquisadores da região da RDSM capturando pirarucus das áreas de contagem para avaliar os conhecimentos dos pescadores em treinamento. Foto: Caroline Arantes – s/d.



Figura 24. Pescadores da Ilha de São Miguel e da comunidade de Santa Maria do Tapará participando do treinamento de contagem visual de pirarucu na RDSM no ano de 2000. Foto: Leandro Castelo.

No período de 15 a 19 de janeiro de 2001, os pescadores treinados em Mamirauá realizaram a primeira contagem de pirarucus na Ilha de São Miguel, estimando um total de 496 peixes, trabalho feito, sobretudo, para testar o método de contagem nos lagos da região, uma vez que os ambientes de pesca encontravam-se inundados e os peixes dispersos pelas

áreas alagadas. Doravante, as contagens de pirarucus passaram a ser realizadas todos os anos, no início do mês de dezembro, quando as águas do rio Amazonas ainda não alcançaram as áreas de pesca, momento em que se inicia o período reprodutivo da espécie e os peixes ficam mais calmos em função da ausência de pescadores nos lagos.

Para realizar as contagens, os pescadores-pesquisadores se distribuem nos lagos posicionando-se a uma distância de no máximo 100 metros um dos outro, observando por 20 minutos as boiadas dos pirarucus na área traçada imaginariamente, entre pescadores – quando realizadas das margens dos lagos, ou entre canoas – quando embarcados.

Dependendo das condições de visibilidade dos locais das boiadas e do tamanho dos peixes, os pescadores experientes conseguem distinguir se é o mesmo pirarucu que está repetindo a boiada ou se é outro indivíduo que emergiu, registrando separadamente o número de peixes adultos (>150 cm) e juvenis (<150 cm até 1m) que conseguem observar, conforme orientações da cartilha de “Contagem e Censo populacional de Pirarucu” e figuras ilustrativas elaboradas por pesquisadores do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) – Amazonas, apresentadas a seguir.

Em consonância com as orientações de Silva, Gonçalves e Marinho (2013), na contagem visual de pirarucu, a divisão equilibrada das unidades de área é uma etapa importante para a realização de um bom trabalho. A distribuição dos contadores pode variar de acordo com as características do ambiente, conforme as situações apresentadas a seguir: 1) contagem simultânea de 4 unidades de área em 20 minutos; 2) contagem simultânea de 6 unidades de área em 20 minutos; 3) contagens quando a quantidade de pescadores não é suficiente para cobrir simultaneamente um lago em formato comprido; 4) e as contagens realizadas por apenas três pescadores em lago de formato oval.

**Figura 25** - Contagem simultânea de pirarucu em quatro (4) unidades de área em 20 minutos



----- Linha imaginária entre divisão de áreas.

Figura 25. Contagem visual de pirarucus realizada em um lago de formato comprido, quando a quantidade de contadores é suficiente para fazer o trabalho de uma única vez no intervalo de 20 minutos. Fonte: Silva, Gonçalves e Marinho (2013).

Na situação ilustrada, supondo que cada pescador posicionou sua canoa a uma distancia de aproximadamente 100 metros uma da outra, traçando linha imaginaria entre as mesmas, cada um deveria contar os pirarucus que boiassem nas distâncias de 50 metros a sua direita, 50 metros a sua esquerda e na extensão a sua frente, proporcionalmente se o tamanho do lago e as unidades de áreas determinadas fossem maiores, conforme as condições do tempo e de visibilidade do ambiente.

**Figura 26** - Contagem simultânea de pirarucu em seis (6) unidades de área em 20 minutos



----- Linha imaginária entre divisão de áreas.

Figura 26. Trabalho realizado em um lago de formato oval, quando a quantidade de contadores é suficiente para fazer a contagem de uma única vez no intervalo de 20 minutos. Fonte: Silva, Gonçalves e Marinho (2013).

Na situação ilustrada, onde o lago é dividido em seis unidades de áreas, o trabalho exige maior atenção dos pescadores, uma vez que estes devem contar os pirarucus que

boiarem do lado direito e a sua esquerda, na frente da canoa e do lado oposto, dentro dos limites estabelecidos imaginariamente. Usando-se as mesmas proporções da situação anterior, cada contador deveria monitorar uma área de aproximadamente 0,5 hectares, ou espaços maiores, dependendo das condições do tempo e da visibilidade dos ambientes.

**Figura 27** - Contagem sucessiva de pirarucus em unidades de área em 20 minutos



Figura 27. Contagem em um lago de formato comprido, quando a quantidade de contadores não é suficiente para fazer o trabalho de uma única vez no intervalo de 20 minutos. Fonte: Silva, Gonçalves e Marinho (2013).

No caso em que a quantidade de contadores não é suficiente para fazer o trabalho de uma única vez, após intervalo de 20 minutos os pescadores se deslocam lentamente para os espaços ainda não contados. Nesse momento, o contador que anteriormente se posicionou próximo à linha de intervalo das contagens deve ser o primeiro a se posicionar para evitar que os mesmos peixes sejam contados novamente. Isso se torna possível porque o pirarucu é uma espécie de peixe dócil que se encarduma por setores nos lagos, de acordo com a disponibilidade de alimento e condições ambientais dos cursos d'águas, quando não ameaçados permanecem por mais tempo na mesma área.

**Figura 28** – Contagem em unidades de área realizadas por 3 pescadores em 20 minutos

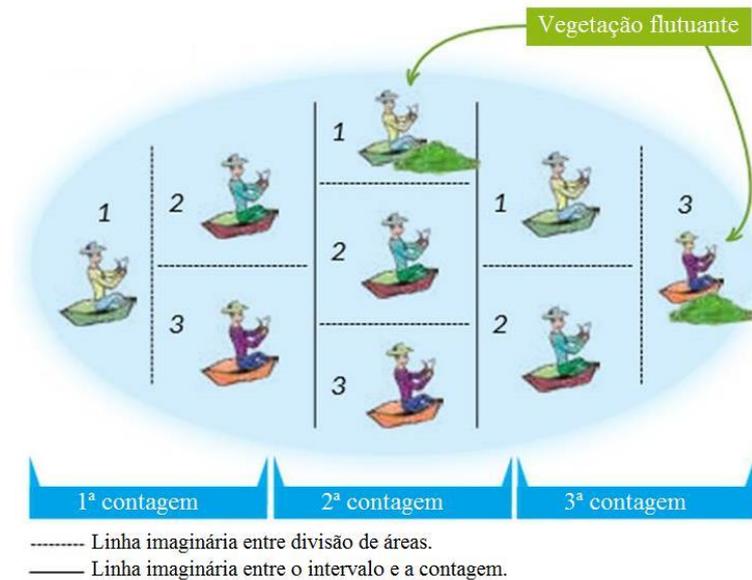


Figura 28. Trabalho sendo realizado por apenas três contadores em um lago de formato oval, quando a quantidade de pescadores não é suficiente para fazer a contagem de uma única vez em 20 minutos. Fonte: Silva, Gonçalves e Marinho (2013).

Nesse caso, as contagens por unidade de áreas em 20 minutos segue os mesmos procedimentos da situação anterior, contando-se sucessivamente os espaços delimitados imaginariamente. Conforme se observa na figura 28, a única diferença consiste na diminuição do tamanho das unidades de áreas para os contadores situados próximo aos locais cobertos por vegetação, quando na ausência de uma boa visualização explora sua audição para estimar a quantidade e o tamanho dos peixes que emergem no espaço monitorado.

Entre as possibilidades de contagem visual de pirarucus por unidades de áreas em 20 minutos, a situação apresentada na figura 28 é a mais utilizada em Santarém, em função das características ecológicas da várzea desta microrregião que apresenta lagos mais extensos e menos profundos em relação aos ambientes aquáticos da região de Mamirauá – estado do Amazonas, menores e com maior profundidade.

Desta maneira, a partir de 2001 os pescadores treinados em Mamirauá ensinaram outras pessoas da ilha a contar pirarucu, bem como contribuíam para o aperfeiçoamento dos conhecimentos de pescadores experientes que conheciam o movimento do peixe e eram capazes de contar pirarucu pela boiada. Além disso, os pescadores treinados ajudaram o Projeto Várzea do IPAM a levar a experiência para outras localidades ribeirinhas da região amazônica, que iniciavam o trabalho de manejo e demandavam a atividade de contagem visual de pirarucus para conhecerem os estoques de peixes nos lagos.

**Figura 29** - Evolução das contagens de pirarucus na Ilha de São Miguel

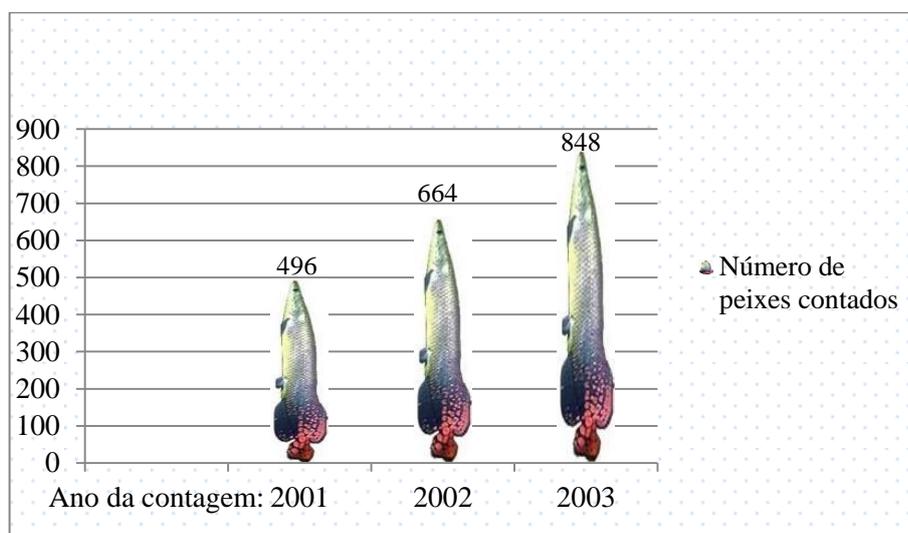


Figura 29. Gráfico da evolução das contagens visuais de pirarucus, realizadas entre os anos de 2001 a 2003. Fonte: IPAM (2004).

Com o gráfico, não se quer atribuir o aumento do número de peixes nos lagos da Ilha de São Miguel a contagem visual de pirarucus, mas pretende-se enfatizar a importância dessa atividade para o conhecimento dos moradores e o fortalecimento de um conjunto de fatores que fundamentam as decisões políticas dos comunitários, uma vez que os resultados das pesquisas passaram a ser analisados e discutidos na associação de moradores, nas famílias e entre grupos de pescadores, mudando-se regras de pesca, restringindo-se a utilização de determinados apetrechos e em alguns casos diminuindo-se a intensidade das pescarias em função de novas descobertas obtidas com os trabalhos de investigação.

O conhecimento da interferência de fatores ambientais sobre os recursos pesqueiros foi também um elemento fundamental para os trabalhos realizados pelos comunitários. Por meio do registro de capturas de peixes, no período da safra, e das contagens de pirarucus no pós-safra, os moradores comprovaram cientificamente que em anos de maiores inundações a quantidade de peixes nos lagos torna-se abundante, porém quando a enchente-cheia é menor o estoque pesqueiro pode diminuir. Além disso, em momentos de estiagens prolongadas, as safras dos anos seguintes podem estar comprometidas, caso não sejam tomadas medidas de segurança, como a diminuição da intensidade das pescarias e a realização de mutirões para resgatar peixes confinados em lagos não perenes.

Como componente da pesquisa participativa, a biotelemetria foi igualmente importante para os moradores compreenderem a situação dos recursos pesqueiros e o comportamento do pirarucu nos lagos de várzea. O trabalho consiste na captura de pirarucus adultos, fixação de

rádios transmissores de sinais sonoros na nadadeira superior dos peixes, monitoramento diário e periódico dos pirarucus marcados, utilizando aparelhos receptores, GPS e planilhas de anotações, registrando-se informações como: frequência do rádio localizado, coordenadas geográficas do local onde o peixe se encontrava e as características do ambiente. Trabalho este realizado por pescadores treinados juntamente com técnicos do IPAM, conforme ilustram as figuras 30 a 33 apresentadas a seguir.

**Figuras 30** – A captura de pirarucus para instalação de radiotransmissores



Figura 30. Pirarucu capturado com *ártia*/arpão no lago da comunidade para a instalação de radio transmissor na nadadeira superior. Fonte: acervo fotográfico do IPAM – 2000/2002.

O trabalho de captura de pirarucus para instalação de radiotransmissores, ilustrado na figura 30, deveria ser feito idealmente com rede-malhadeira, todavia – conforme foi demonstrado - há varias anos os moradores não permitem o uso desse tipo de apetrecho de pesca nos lagos da ilha, em função disso, no ano de 1998, os comunitários impediram a realização das primeiras pesquisas do IPAM na comunidade.

Sucedeu que os pesquisadores, desconhecendo os fundamentos da política pesqueira dos comunitários, mandaram confeccionar uma rede-arrastão suficiente para capturar de uma única vez todos os pirarucus que necessitariam para fazer a pesquisa e acompanhados de servidores do IBAMA/Santarém dirigiram-se para as áreas de pesca. Ao chegarem ao lago foram impedidos pelos comunitários de fazer a pescaria, em função disso os moradores romperam as relações que iniciavam com pesquisadores do IPAM, retomando os trabalhos apenas no ano de 2000 quando as relações foram restabelecidas.

Doravante, os pesquisadores procuraram ouvir os comunitários a fim de encontrarem uma maneira para realizar o trabalho, momento em que os pescadores experientes se comprometeram em capturar os pirarucus com pequenos arpões, mantendo-os vivos sem prejudicar os animais. Assim combinado, o IPAM custeava as despesas do trabalho e no período de reprodução da espécie, quando os peixes ficam mais calmos em função da ausência de pessoas nos lagos, os pescadores experientes se aproximavam cuidadosamente dos locais das boiadas e quando um peixe emergia - próximo à canoa – lançava-se o arpão para acertar superficialmente uma parte muscular do pirarucu, conduzindo os animais para as margens dos lagos, onde os comunitários treinados juntamente com técnicos do IPAM instalavam os rádios transmissores na nadadeira superior dos peixes.

**Figura 31** – Rádio transmissor instalado na nadadeira superior de um pirarucu



Figura 31. Rádio transmissor instalado na nadadeira superior de um pirarucu capturado com *ártia*/arpão no lago da Ilha de São Miguel. Fonte: acervo fotográfico do IPAM – 2000/2002.

Conforme retratado na situação anterior e na figura 31, quando os peixes fisgados eram conduzidos para as margens dos lagos, os pescadores treinados caíam na água e colocavam cuidadosamente uma pequena rede de malha - presa nas duas extremidades a canos de PVC - por baixo do pirarucu, carregavam o peixe para o interior de uma canoa ou transportavam o animal para terra firme, onde pesavam o pirarucu, mediam o comprimento do peixe, instalavam radio transmissor e uma seta numerada na nadadeira superior, aplicavam dose de antibiótico para inibir a inflamação do musculo afetado pelo arpão, identificavam o

sexo do animal - com base nas características do pirarucu - e verificavam as coordenadas geográficas do local de captura, registrando-se as informações em planilhas de anotações.

Os rádios transmissores tinham capacidade para funcionar durante aproximadamente dois anos e as informações registradas eram fundamentais para os trabalhos de monitoramento dos pirarucus, quando se buscava conhecer os locais de preferencia dos peixes nos lagos, o deslocamento dos animais em diferentes situações e estações do ano, além de saber o crescimento dos peixes no intervalo de tempo entre as marcações e suas recapturas pelos pescadores durante as safras, os quais em acordo estabelecido com o IPAM deveriam entregar as seguintes informações para os pesquisadores: rádios, setas numeradas, peso total dos peixes e medida do comprimento dos pirarucus recapturados.

### **Figuras 32 e 33 – O monitoramento de pirarucus com radiotransmissores**



Figura 32. Pescadores-pesquisadores monitorando os pirarucus marcados com radiotransmissores. Fonte: acervo fotográfico do IPAM – 2000/2002.



Figura 33. Equipamentos utilizados por pescadores-pesquisadores nos trabalhos de monitoramento dos pirarucus marcados com radiotransmissores para recepção dos sinais sonoros emitidos pelos rádios, localização e registro das informações levantadas na pesquisa. Fonte: acervo fotográfico do IPAM – 2000/2002.

Conforme retratado parcialmente nas figuras 32 e 33, nos trabalhos de monitoramento dos pirarucus marcados com radiotransmissores, os pescadores treinados juntamente com pesquisadores do IPAM, organizados em duas equipes, dirigiam-se em canoas - no intervalo de quinze dias ou mensalmente - para as áreas de pescas. Cada equipe era composta por dois remadores e um monitor, encarregado de localizar os pirarucus através dos respectivos sinais sonoros emitidos pelos rádios transmissores instalados nos peixes, com auxílio de um aparelho receptor conectado a antena de aproximadamente cinco metros de altura.

Quando encontrava um pirarucu, o monitor avisava a outra equipe pelo rádio, pedindo que se aproximasse, posicionando-se idealmente a uma distância de 100 metros e ângulo de

180 graus, momento em que realizavam a triangulação das direções das antenas com base nos sinais sonoros emitidos pelo aparelho instalado no pirarucu para conhecimento do local onde o peixe se encontrava. Feito isso, cada monitor registrava: a frequência do rádio encontrado, as direções cardeais indicadas pelas bússolas - com base na direção da antena, as coordenadas geográficas - indicadas pelo aparelho GPS (Sistema de Posicionamento Global) - do local onde a canoa se encontrava e as características do ambiente, entre outras informações que achassem necessárias.

Com o trabalho de biotelemetria, além de aprenderem a lidar com tecnologias digitais e produção de conhecimentos científicos, os pescadores-pesquisadores descobriram que os pirarucus se afugentam das áreas onde as pescarias são intensas, deslocando-se para os ambientes mais calmos. Constatou-se também que nos anos de enchentes menores os peixes se movimentam menos, porém quando as enchentes são maiores os pirarucus podem se deslocar para áreas mais distantes, nesse caso todo o cuidado deve ser tomado para que os peixes permaneçam nos lagos da comunidade e não corram o risco de serem capturados ao longo do rio Amazonas por pescadores que não respeitam o período reprodutivo da espécie (IPAM, 2004).

O cuidado parental é outra característica marcante do pirarucu empiricamente conhecida pelos pescadores. A espécie cuida da prole até os filhotes alcançarem o tamanho de aproximadamente 50 centímetros de comprimento, quando se tornam independentes. Os pescadores observam que por volta do mês de dezembro, quando os peixes ainda estão confinados nos lagos de várzea, os pirarucus adultos começam a formar os casais para nos meses seguintes construir os ninhos nas áreas alagadas.

Ninhos ou panelas, como chamam os pescadores, são buracos que os pirarucus cavam no chão dos lagos onde a fêmea do casal deposita milhares de óvulos para o macho fecundar, trabalho que dura cerca de um mês para ser realizado, período em que os pirarucus delimitam o território e afugentam os predadores das áreas delimitadas. Os pirarucus recém-nascidos apresentam hábito gregário, incumbindo-se o macho de cuidar dos filhotes e a fêmea de proteger o cardume conduzido pelo parceiro.

Pesquisas como a realizada pelo IPAM têm mostrado que apesar de uma fêmea de pirarucu ter capacidade para produzir milhares de óvulos apenas uma parte é fecundada. Da quantidade de 2.000 a 4.000 alevinos que um casal de pirarucu consegue produzir anualmente somente 10% alcança a fase de independência. As condições ambientais para a sobrevivência da espécie e o cuidado parental do pirarucu conhecidos pelos pescadores-pesquisadores podem ser resumidos da seguinte maneira:

Os pirarucus recém-nascidos não respiram imediatamente ar da atmosfera. Daí, que é necessário que a água contenha oxigênio dissolvido para assegurar a sobrevivência das larvas, ainda dentro dos ovos, e depois dos recém-nascidos. Logo que os pequenos pirarucus nascem e já nadam livremente, os pais procuram águas mais escuras com muita vegetação, onde tem menos inimigos naturais e muito alimento. Nesta fase, assegurar alimento em abundância e de boa qualidade é fundamental para o crescimento dos filhotes, sem falar da vegetação, que cria uma proteção contra os predadores e também do Sol, que pode prejudicar o desenvolvimento das larvas, podendo leva-las a morte. O macho cuida dos filhos e a fêmea os protege do ataque dos predadores. Quando há necessidade, o macho também protege a ninhada, mas é função da fêmea a defesa do território e a proteção dos pirarucus filhos. Mesmo estando pai e mãe cuidando dos filhos, de cada 1000 pirarucus nascidos, só uma pequena quantidade (10%) vai atingir de 40 a 45 cm, que é o tamanho ideal para eles sobreviverem por conta própria (IPAM, 2004, p. 12).

O monitoramento de casais de pirarucus com filho na Ilha de São Miguel foi importante para os pescadores comprovarem cientificamente os saberes historicamente adquiridos e obterem maiores conhecimentos sobre o comportamento do pirarucu e das condições ambientais necessárias para a reprodução da espécie. O trabalho consiste basicamente na localização do casal de pirarucu, estimativa do tamanho do macho e da fêmea pela boiada, cálculo do número de filhos, captura e medição de alguns alevinos do cardume para acompanhamento mensal do crescimento e registro das características dos ambientes onde os pirarucus são encontrados, conforme figuras 34 e 35 apresentadas a seguir.

**Figura 34** - Casal de pirarucu com filhos monitorados por pescadores-pesquisadores



Figura 34. A parte esquerda da figura mostra um cardume de filhos de um casal de pirarucus monitorados pelos pescadores-pesquisadores. Na parte direita, observa-se a boiada de uma das matrizes dos juvenis. Fonte: acervo fotográfico do IPAM, 2004.

Conforme retratado na figura acima, quando os filhos do pirarucu alcançam aproximadamente 10 centímetros de comprimento e começam a comer pequenos peixes, crustáceos e insetos, o casal de pirarucus conduz os filhotes para ambientes cobertos por

vegetação flutuante - com águas mais escuras e ácidas – onde a presença de predadores e o perigo de exposição aos raios solares são menores. Ademais, nesses espaços se encontram as presas que servem de alimento para os juvenis nessa fase de crescimento, onde os pescadores-pesquisadores procuram os pirarucus para fazer o trabalho.

**Figura 35** – Acompanhamento do crescimento de pirarucus juvenis



Figura 35. Pescadores-pesquisadores medindo o comprimento de um pirarucu juvenil capturado de um casal monitorado e registrado as informações em planilha de anotação. Fonte: IPAM, 2004.

Os trabalhos de contagem e monitoramento de casais de pirarucus com filhos são realizados entre os meses de janeiro a maio, momento em que os pescadores treinados se dirigem para as áreas de reprodução da espécie. Quando encontram os cardumes na superfície da água, observam cuidadosamente a boiada das matrizes dos pirarucus, estimam o tamanho do macho e da fêmea, bem como o número de juvenis que formam o plantel, capturando alguns pequenos pirarucus para medição e acompanhamento mensal do crescimento, além de observarem as características do ambiente onde os peixes se encontram, registrando as informações em planilhas de anotações.

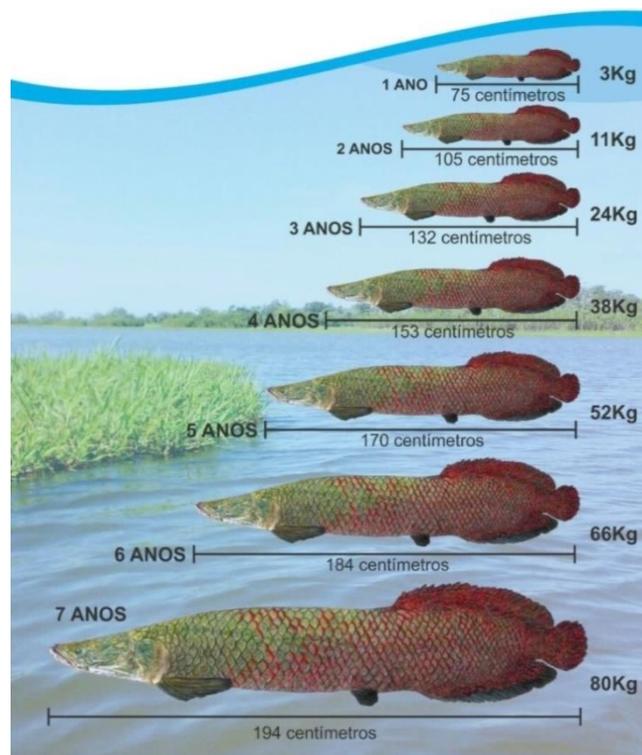
Com a pesquisa, aprendeu-se que na fase de reprodução os pirarucus preferem os ambientes de águas brancas para construir os ninhos, buscando as águas escuras para criar os filhotes, onde a presença de vegetação aquática é abundante. Constatou-se também que tanto o macho como a fêmea do pirarucu exerce o cuidado parental por cerca de quatro meses, quando os juvenis se tornam independentes, sendo os meses de fevereiro e março o pico da reprodução da espécie, momento em que as condições ambientais devem ser mantidas e o cuidado redobrado. Além disso, a pesquisa possibilitou estimar a quantidade de pirarucus que

serão recrutados para as próximas safras, subsidiando as ações dos comunitários e as decisões para o manejo.

Igualmente importante foi marcação de pirarucus juvenis com setas numeradas para quando recapturados na fase adulta sejam colhidas informações tais como: crescimento anual do peixe, deslocamento da espécie e idade de reprodução. Na região do Baixo Amazonas a fase de reprodução do pirarucu ocorre entre o terceiro e quarto ano de vida, quando o peixe alcança cerca de 150 centímetros de comprimento.

Essa atividade era realizada entre os meses de novembro e dezembro, quando as águas do rio Amazonas se encontram mais baixas, momento em que os comunitários realizavam mutirões para capturar com tarrafas<sup>17</sup> os pirarucus juvenis que se encontravam confinados em pequeno lagos, quando os técnicos do IPAM e pescadores treinados mediam o comprimento dos animais, pesavam os peixes e inseriam as setas numeradas, em alguns casos transportavam os pirarucus marcados para lagos perenes.

**Figura 36** – Mapa de crescimento do pirarucu na região Baixo Amazonas



Fonte: IPAM, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. O pirarucu: pesquisa participativa e manejo comunitário. Santarém – PA, Junho de 2004 (adaptado).

<sup>17</sup> Tarrafa: rede de pesca circular com pequenos pesos-chumbadas distribuídos em torno de toda circunferência da malha, a qual presa a uma corda na extremidade superior é lançada sobre os peixes e arrastada para dentro da conoa ou para terra firme.

Com as informações apresentadas no mapa de crescimento, os pescadores-pesquisadores aprenderam que nos primeiros anos de vida o pirarucu cresce rapidamente, alcançando o comprimento de 150 centímetros entre o terceiro e quarto ano de vida, quando inicia seguramente a fase de reprodução. Com base nesses conhecimentos, os comunitários concluíram que pescar pirarucu abaixo desse tamanho é colocar em risco a reprodução de uma espécie de importância econômica e cultural para os moradores, sendo economicamente viável e ecologicamente vantajoso esperar a fase adulta para capturar o peixe.

As informações levantadas e os conhecimentos produzidos nos primeiros anos da pesquisa do pirarucu foram publicados pelo IPAM (2002) em uma cartilha de educação ambiental intitulada - “De olho no pirarucu: uma experiência bem sucedida de manejo dos recursos naturais na ilha de São Migue”.

Com a expansão dos trabalhos e atualização dos dados, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia publicou (2004) a cartilha - “O pirarucu: pesquisa participativa e manejo comunitário”, onde se recomenda que para fazer o manejo da espécie em lagos de várzea é necessário: “estabelecer normas de uso; determinar qual a quantidade a ser capturada; estabelecer medida para o monitoramento e controle; realizar uma avaliação contínua do estoque; ter uma estratégia e infraestrutura para realizar a fiscalização”. Em suma, deve ser elaborado um plano de manejo comunitário, como fazem os moradores da Ilha de São Miguel.

Com base nos elementos apresentados, pode-se inferir que a pesquisa participativa do pirarucu tem sido importante para a educação dos moradores da Ilha de São Miguel, fortalecendo as decisões políticas dos ribeirinhos que buscam assegurar o equilíbrio dos recursos naturais locais, fundamentais para a segurança alimentar das famílias. Além disso, a expansão do trabalho foi importante para a interação entre as comunidades da região, contribuindo para legitimar as formas de uso dos recursos naturais desenvolvidas pelos moradores da ilha e para conquistarem o direito de usos exclusivo do território.

### **3.7 O direito de uso exclusivo do território**

Conforme demonstrou-se na seção anterior, os últimos anos do século XX foram marcados pela escassez de peixe nos lagos e rios da região do Baixo Amazonas, comprometendo a segurança alimentar das populações tradicionalmente radicadas nesta fração do espaço brasileiro, levando as lideranças das comunidades ribeirinhas a se unirem

aos agentes de mediação anunciados para evitar que suas condições de subsistência no território regional fossem eliminadas.

A criação dos acordos regionais de pesca e dos conselhos regionais de pesca, somados ao treinamento de agentes ambientais voluntários, os programas educacionais do IPAM e a pesquisa participativa do pirarucu promoveram a interação entre lideranças comunitárias e localidades antes oponentes, que se engajaram em lutas coletivas para garantir as condições materiais de existências das populações ribeirinhas, ameaçadas pelo processo de exploração econômica, em contexto de degradação socioambiental na Amazônia.

Como resultado da institucionalização do modelo de cogestão dos recursos pesqueiros e do fortalecimento institucional das organizações locais, em meados de 2005 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), motivado pela política de “reforma agrária” do Governo Federal e a reestruturação interna do órgão, com a contratação de novos servidores por meio da realização de concurso público, retoma as discussões sobre o processo de regularização fundiária da várzea do Baixo Amazonas, iniciada no final da década de 1990, quando se buscou realizar um trabalho piloto envolvendo cinco comunidades de duas regiões do município de Santarém: Piracãoera de Cima, Piracãoera de Baixo, São Ciríaco, Igarapé do Costa (região do Urucurituba) e Água Preta (região do Aritapera).

Na época, a Gerência Regional de Patrimônio da União – GRPU, através da parceria com o INCRA, adotou um sistema de regularização apenas para repasse do título das posses através de contratos de Concessão de Uso, que ao contrário do atual, não oferecia nenhum incentivo do Governo Federal, se constituindo apenas do repasse de documentação para as Associações Comunitárias e estas repassariam aos moradores através de autorização de uso (BRASIL, 2010c, p. 5).

A experiência piloto não teve prosseguimento e o modelo de regularização fundiária não foi implantado nas cinco comunidades. A retomada dos trabalhos em 2005, não apenas alterava a proposta de regularização fundiária a ser implantado na várzea, mas também ampliava a área de abrangência dos projetos, que passou a contemplar os territórios de todas as comunidades das quatro regiões de várzea do município de Santarém: Aritapera, Urucurituba, Tapará e Ituqui.

Por se tratar de um projeto de maior envergadura política, realizado em áreas de interesse de diferentes atores sociais, foram convidados a participar das discussões: o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Colônia de Pescadores Z-20, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Ministério Público Federal (MPF), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), ProVárzea/IBAMA, Prefeitura

Municipal de Santarém/Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMAB), Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA) e Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN).

Em função da área de várzea pertencer a União e sua gestão ser de responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), no final de 2005 o INCRA, via Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU), firmou um Termo de Cooperação Técnica com a SPU para realizar as atividades, incluindo por meio de um Termo Aditivo, recomendado pela SPU, a participação do IBAMA, com objetivo de facilitar a tramitação posterior dos Planos de Manejo e oferecer maior segurança na utilização dos recursos naturais pelas populações ribeirinhas (BRASIL, 2010c).

No segundo semestre de 2006, após várias discussões entre os participantes sobre a finalidade e a importância do trabalho, o INCRA iniciou as atividades de identificação e cadastramento das famílias que residiam e desenvolviam atividades nas comunidades contempladas pelo projeto. Inspirado nas Reservas Extrativistas acreanas optou-se pelo modelo de Assentamento Agroextrativista. O Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) implantado na várzea do Baixo Amazonas:

É um modelo de assentamento destinado a populações tradicionais da várzea, visando à exploração de suas riquezas por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis. Essas áreas serão administradas pela própria população assentada por meio de sua organização e pelo INCRA. O PAE serve para respeitar o modelo de ocupação das populações tradicionais; para preservar a biodiversidade; para garantir acesso a políticas públicas; para introduzir sistemas de manejo e recuperação das áreas degradadas; para a regularização das áreas de várzea [concessão de uso] (BRASIL, 2010b, p. 6).

Nessa perspectiva, em 2007 o INCRA firmou convênio com o IPAM para realizar estudos-diagnósticos e auxiliar os moradores na elaboração do Plano de Utilização (PU) dos Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), bem como para construir juntamente com os comunitários o Plano Básico de Desenvolvimento dos Assentamentos (PB/PDA).

O Plano de Utilização:

É o regulamento interno das comunidades elaborado pelos moradores e aprovado pelo INCRA para a devida utilização da área. É um documento formal que regulamenta o uso dos recursos naturais de acordo com a legislação vigente. O PU serve: para servir como documento formal para o Contrato de concessão de uso. Para manifestar o compromisso dos moradores quanto à utilização dos recursos naturais existentes no PAE, bem como fornecer ao INCRA um instrumento que possibilite a verificação do cumprimento das normas estabelecidas para o uso da área. Para assegurar a sustentabilidade do PAE e fornecer aos moradores as regras de comportamentos a serem seguidas. O PU é um guia que orienta os moradores em

suas atividades para que sigam critérios de sustentabilidade econômica, ambiental e social visando uma melhor qualidade de vida ao povo ribeirinho (BRASIL, 2010b, p. 10).

O Projeto Básico (PB) “é o conjunto de dados e informações apresentadas ao órgão ambiental licenciador para subsidiar a análise da viabilidade técnica da solicitação da LIO (Licença de Instalação e Operação) para a implantação e desenvolvimento do PAE” (BRASIL, 2010c, p. 26). No município de Santarém, os interesses da coletividade nas áreas de abrangência dos projetos são defendidos pelos conselhos regionais de pesca, organizações intercomunitárias que realizam a gestão dos territórios juntamente com o INCRA.

Conforme foi demonstrado, o PU é um documento normativo, elaborado coletivamente, que orienta as ações dos moradores na área de abrangência do PAE. Os planos de utilização dos assentamentos das quatro regiões de várzea do município de Santarém, incorporando as normas e regras instituídas pelos acordos regionais de pesca e os Termos de Ajuste e Condutas realizados anteriormente, foram construídos a partir das seguintes etapas: mobilização das comunidades, realização de assembleias regionais para elaboração dos documentos e assembleia geral para aprovação dos planos.

A mobilização das comunidades foi realizada pela diretoria dos conselhos regionais de pesca e por técnicos do IPAM, que marcavam as assembleias, onde cada comunidade deveria apresentar suas propostas sobre temas específicos para serem discutidos nas plenárias regionais, a fim de construir as normas de usos dos recursos naturais reunidas no Plano de Utilização do PAE.

As assembleias gerais para a elaboração do Plano de Utilização foram realizadas de acordo como os seguintes temas: a pesca, animais silvestres, agricultura e pecuária, sendo cada comunidade representada por um grupo de até 20 lideranças, que apresentavam as propostas construídas localmente, através de ata e lista de presenças para comprovar a participação dos demais moradores na elaboração das propostas apresentadas. Nas Assembleias Gerais Regionais, inicialmente os grupos de lideranças faziam a leitura e revisão das propostas apresentadas na fase anterior, em seguida discutiam e realizavam votação na plenária, encaminhando ao INCRA às propostas aprovadas para análises e publicação (BRASIL, 2010c).

Na construção do Plano de Utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Aritapera, durante a discussão do tema pesca, os moradores da Ilha de São Miguel apresentaram a proposta de uso exclusivo dos lagos, conforme realizavam internamente, articulando-se junto às lideranças regionais para que a sugestão fosse deferida na fase de

aprovação do PU, de modo que a proposta foi aprovada em assembleia geral regional e encaminhada no documento para análise do INCRA e do IBAMA.

Ratificado pelos órgãos do Governo Federal, o Artigo 23 do Plano de Utilização do Projeto de Assentamento Agroextrativista Aritapera determina que: “fica proibido o uso de malhadeiras e espinheis em toda a área pertencente à comunidade de Ilha de São Miguel, sendo a pesca nessas áreas restrita apenas aos moradores da mesma” (BRASIL, 2010b, p. 14). Desta maneira, os comunitários conquistaram a legitimidade e o direito de uso exclusivo do território em que trabalham.

Ressalta-se que, a política de regularização fundiária implantada pelo Governo Federal na várzea do Baixo Amazonas, decisiva para conquista de direitos das populações ribeirinhas, em sua forma original não se coadunava, em alguns aspectos, com a perspectiva dos moradores da Ilha de São Miguel, uma vez que a regulamentação coletiva de uso dos recursos naturais, nas áreas de abrangência dos projetos agroextrativistas, permitiria que outras comunidades do PAE usassem livremente o território historicamente estabelecido pelos comunitários.

Não obstante, por meio da estratégia de alianças políticas, em contexto favorável, os comunitários souberam se apropriar da política pública implementada. Fortalecidos mantiveram suas lutas para garantir o equilíbrio dos recursos naturais locais e a permanência das famílias no território delimitado.

### **3.8 Mudanças e permanências**

Analisando-se as formas de convivência dos moradores da Ilha de São Miguel e as interações realizadas pelas antigas famílias, observam-se permanências e mudanças nas relações socioespaciais dos ribeirinhos. Constatando-se que as novas gerações têm inserido cada vez mais elementos do mundo urbano nas relações historicamente desenvolvidas, corroem-se hábitos e costumes, porém conservam-se traços marcantes da cultura de seus antepassados, como a persistência de trabalhos coletivos e a identidade associada ao espaço local.

Com base nos estudos comparativos das relações socioespaciais dos moradores, apresentam-se algumas das mudanças na forma de convivência e a persistência dos comunitários para conservar hábitos e costumes, corroídos nos últimos anos pela assimilação da cultura globalizada, que segundo Ferreira (2004) tem impactado mentes e corações, de

sorte que comportamentos e atitudes dos seres humanos são influenciados por ações que ocorrem a milhares de quilômetros de distancia.

### 3.8.1 Religiosidade e desporto

Conforme apresentado na segunda seção da presente dissertação, na comunidade existem duas igrejas - uma católica e outra evangélica, a primeira de formação mais antiga identificando-se a devoção a Santa Luiza desde 1950, sucedida pela imagem de São Miguel na década de 1970. A igreja evangélica, que faz parte da missão do Projeto Amazonas (PAZ), foi implantada nos últimos anos da década de 1980 por missionários norte-americanos.

Até o final da década de 1980 a Igreja Católica congregava cerca de 90% dos comunitários, sendo os demais moradores vinculados a igrejas evangélicas que funcionavam em comunidades vizinhas, ou não pertencia a nenhuma congregação. Atualmente, segundo dados fornecidos pelo Agente Comunitário de Saúdes (ACS), 41,3% dos moradores são evangélicos e 58,7% são católicos ou não pertence a nenhuma religião, ressaltando-se que do último percentual existem pessoas que já participaram de uma das igrejas ou fizeram parte das duas religiões.

Sabe-se que a mudança na questão religiosa não é uma exclusividade das relações sociais estabelecidas na Ilha de São Miguel. Em âmbito nacional pode se notado na tabela elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos Censos Demográficos de 1991-2010 apresentada a seguir.

**Figura 37** – Tabela: percentual da população residente no Brasil, por religião - 1991/2010

Religiões	1991	2000	2010
Católico apostólico romano	83,0	73,6	64,6
Evangélicas	9,0	15,4	22,2
Espíritas	1,1	1,3	2,0
Umbanda e Candomblé	0,4	0,3	0,3
Outras religiosidades	1,4	1,8	2,7
Sem religião	4,7	7,4	8,0

Fonte: Extraído de IBGE. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao.html>>. Acesso em: Dez. 2016.

Na leitura da tabela, confirma-se em âmbito nacional a realidade constatada na Ilha de São Miguel, pois em 20 anos (1991-2010) o percentual de pessoas que se declaram católica caiu 18,4%, aumentando 13,2% o número de evangélicos e 3.3% a quantidade de pessoas sem religião. Localmente, a mudança deve-se principalmente a intensificação e expansão dos trabalhos missionários da igreja da PAZ, a menor frequência de vigários da Diocese de Santarém na comunidade e o processo de globalização neoliberal que possibilitou o acesso das novas gerações a recursos tecnológicos – como: televisão, telefones celulares e internet – por meio dos quais passaram a acessar e a assimilar hábitos e costumes da cultura globalizada, diminuindo o interesse de uma parcela significativa dos jovens pelos ensinamentos religiosos.

Não é possível indicar com precisão o número de católicos que existem na comunidade, pois a maioria das pessoas não evangélicas tem dificuldade para afirmar sua orientação religiosa, uma vez que os trabalhos da Igreja Católica encontram-se praticamente paralisados, apesar disto costuma-se considerar como católico as pessoas que não apresentam orientação religiosa, motivo da junção de católicos ou sem religião em uma única categoria.

Ressalta-se que apesar do número de evangélicos ter aumentado significativamente nos últimos anos do século XX e na primeira década do século XXI, é significativa a quantidade de pessoas que tem abandonado essa religião em razão de motivos incluídos nos aspectos supramencionados, o que reforça a dificuldade de uma parcela dos moradores, sobretudo entre a população mais jovem em declarar sua orientação religiosa.

Em trabalho de campo buscou-se identificar possíveis interferências das orientações religiosas nos trabalhos realizados pelos comunitários, constatando-se que mesmo em momento de pleno funcionamento das duas igrejas a persistência do trabalho coletivo e a convivência em comunidade, geridos pela Associação dos Nativos e moradores da Ilha de São Miguel (ANMIS), ofuscam as diferenças religiosas.

A partir da última década do século XX, a cultura globalizada não atingiu apenas a questão religiosa, mas também um conjunto de práticas socioculturais realizada pelos ribeirinhos, destacando-se as festividades anuais e as ações esportivas, analisadas na segunda seção da presente dissertação. Desde então, os jogos amistosos dos finais de semanas passaram a dividir o mesmo público com os campeonatos nacionais transmitidos pela TV e as reuniões familiares dos inícios das noites foram enfraquecidas pelas telenovelas e programações das redes de televisão.

As festividades anuais e os torneios de futebol tradicionalmente realizados pela agremiação esportiva local perdem espaço para as chamadas “promoções” e torneios de duplas, atividades esportivas e musicais de menor abrangência organizadas periodicamente

pelos clubes de futebol e particulares, realizados normalmente durante o dia e animadas por músicas eletrônicas. Nesse tipo de evento, as relações socioculturais do passado são corroídas por interesses mercantis, uma vez que o principal objetivo das promoções é o lucro. Nesse tipo de evento, os organizadores comercializam bebidas e alimentos, normalmente sem o compromisso de retribuição das visitas dos participantes como ocorria no passado.

Se anteriormente as agremiações esportivas traziam duas onzenas de atletas e dezenas de torcedores para participar das programações anuais - animando as competições diurnas e a festa dançante durante a noite – nas promoções o número de atletas enviados pelas equipes são reduzidos, uma vez que as disputas acontecem unicamente através de penalidades máximas, com duplas formadas no momento da competição, quase sem limite de inscrições. Tais eventos tornaram-se prática constante nas comunidades da região, enfraquecendo os clubes de futebol e as tradicionais formas de organizações esportivas, das quais os desportistas locais queixam-se atualmente.

### ***3.8.2 Escolarização e participação da escola***

Até os últimos anos do século XX, o nível de escolarização oferecido pela Escola Municipal de Ensino Fundamental “Duque de Caxias” se resumia ao primeiro ciclo do ensino fundamental, na época 1ª a 4ª série, com trabalho escolar e a condução da escola centrada no professor. Porém, a partir do ano 2000 os comunitários passaram a reivindicar a elevação do nível de escolarização das crianças, adolescentes e jovens que após concluírem o grau de estudo ofertado dedicavam-se ao trabalho da pesca e as atividades agropecuárias.

Nesse período, os profissionais da educação eram todos enviados de outras localidades e a escola “Duque de Caxias” funcionou como um anexo da escola Santíssima Trindade, instalada na vila do Aritapera, conforme modelo realizado pelo MEB, apropriado pelo poder público municipal de Santarém para facilitar as ações governamentais, no qual as comunidades maiores recebiam os serviços principais e atendiam os povoados da circunvizinhança.

Em contexto de reestruturação e fortalecimento institucional, as lideranças da comunidade se uniram aos professores para reivindicar junto ao poder público municipal a elevação da escolarização dos adolescentes, jovens e adultos. Como estratégia, passaram a estabelecer alianças com candidatos a vereador, condicionando o apoio nas eleições à representação dos comunitários perante o poder executivo municipal.

Desta maneira, em 2000 conseguiram a implantação do segundo ciclo do ensino fundamental pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) a partir do 6º ano, no período chamado de 5ª série. Para acessar recursos de programas do Governo Federal e obter apoio institucional, em 2001 foi instituído o conselho escolar, seguido da construção do novo prédio da escola – inaugurado em abril de 2003, bem como conquistaram a vinda de novos professores, a nomeação de auxiliar operacional de segurança patrimonial e uma servente para preparar a alimentação das crianças, até então realizada voluntariamente pelas mães dos alunos em forma de rodízio.

Em 2004, desvinculou-se a escola “Duque de Caxias” da “Santíssima Trindade”, momento em que a primeira foi elevada a condição de polo, reunindo as escolas “São Miguel” da comunidade de Mato Alto, “Castro Alves” da localidade Costa do Aritapera e “Divino Espírito Santo” da comunidade de Água Preta. Nesta condição, o diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Duque de Caxias” passou a residir na Ilha de São Miguel, fortalecendo a luta de professores e lideranças comunitárias em prol da elevação do nível de escolarização dos alunos.

Ainda no ano de 2004 a Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC) – em parceria com a Prefeitura Municipal de Santarém – posou a ofertar o ensino médio, por meio do Sistema de Organização Modular de Ensino, possibilitando que as novas gerações e os adultos interessados pudessem concluir a educação básica.

A partir de 2005, observa-se maior participação da escola na vivência comunitária, momento em que - fundamentados na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB (9.394/96), nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e nos Parâmetros curriculares nacionais, entre outros instrumentos jurídicos - professores e a escola deixam de ser apenas executores de conteúdos da matriz curricular enviados pela SEMED e passam a introduzir como tema transversal a questão ambiental com base nos trabalhos de organização e conservação dos recursos naturais desenvolvidos pelos moradores.

A mudança deveu-se, sobretudo, a influência das ações do Programa de Educação Ambiental (PEA) do IPAM, o acesso de jovens e adultos ao ensino fundamental, a formação de professores da própria comunidade e a ascensão de filhos da comunidade a direção da escola, inserindo as abordagens de temas do cotidiano no currículo escolar.

Entre os projetos educacionais que passaram a fazer parte do trabalho escola-comunidade, destacam-se: o Festival do Pirarucu, o Resgate da Cultura Local, a Conferência do Meio Ambiente e o Projeto Mutirão da Limpeza. O primeiro acontece normalmente no mês de dezembro, quando os moradores param de pescar o pirarucu em função do período de

reprodução da espécie, momento em que convidam as escolas anexas e comunidades vizinhas para participarem das programações educativas realizadas no espaço escolar.

Em dias que antecedem o evento, escola e comunidade realizam o trabalho de construção de barracas, onde são preparadas iguarias a partir do pirarucu, montagem de estandes com fotografias, desenhos e publicações sobre o trabalho. Nas primeiras horas da noite apresentam-se paródias, dramatizações, versos e poesias sobre a preservação do meio ambiente e conservação do pirarucu, encerrando os trabalhos com música-enredo sobre o “gigante da água doce<sup>18</sup>” e a dança do pirarucu, seguidos da escolha da miss pirarucu, eleita pelos jurados com base na caracterização, desenvoltura e simpatia da candidata, conforme ilustração a seguir.

**Figura 38** – Candidatas à Miss pirarucu

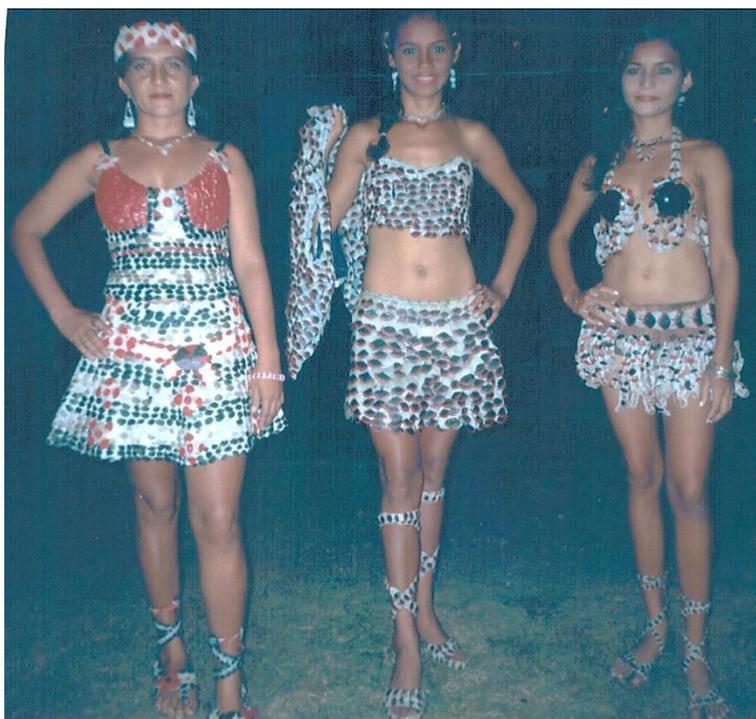


Figura 37. Apresentação das candidatas a Miss pirarucu em concurso realizado no III Festival do Pirarucu no ano de 2007. Fonte arquivo documental da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Duque de Caxias” – 2007.

Na figura, observam-se as candidatas a Misse Pirarucu. Roupas, calçados e adereços elaborados a partir da escama do pirarucu, confeccionados por artistas e artesãos da própria comunidade. Desta maneira, recorrendo-se a uma espécie de valor econômico e importância

---

<sup>18</sup> Gigante da água doce: refere-se ao pirarucu (*Arapaima gigas*), um dos maiores peixes de água doce do planeta. Nativo da Amazônia – pode alcançar até 3 metros de comprimento e pesar 200 quilos.

cultural para os moradores da Ilha de São Miguel, escola e comunidade buscam sensibilizar os moradores e comunidades vizinhas sobre a importância de manter o equilíbrio dos ecossistemas locais e a conservação dos recursos pesqueiros, fundamentais para a permanência e a reprodução social das populações ribeirinhas naquela fração do espaço amazônico, educando as novas gerações acerca da necessidade de continuarem os trabalhos realizados pelos comunitários, ilustrando-se em seguida as pretensões do projeto educacional da escola-comunidade sendo alcançado, conforme desenhos-convite para o III Festival do Pirarucu elaborado por uma aluna da escola “Duque de Caxias”.

**Figura 39** - Desenho-convite III Festival do Pirarucu



Figura 39. Convite elaborado pela aluna Josiane - 9º ano do Ensino Fundamental, como material de divulgação de sua candidatura a Miss Pirarucu, no III Festival do Pirarucu. Fonte: arquivo documental da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Duque de Caxias”- 2007.

Na figura, observa-se o conhecimento de integrantes da nova geração sobre questões que envolvem o meio ambiente. A compreensão da importância de assegurar a conservação do pirarucu e o equilíbrio de outros elementos da natureza da qual a fauna, a flora e os seres humanos fazem parte, necessários para permanência e reprodução social das populações ribeirinhas da Amazônia no ambiente de várzea, objetivo perseguido por intermédio do projeto educacional realizado pela escola-comunidade.

Notado o perigo da perda de costumes e valores de seus antepassados, escola e comunidade passaram a promover atividades voltadas para o resgate e permanência da cultura dos antigos moradores que fundamentam os trabalhos realizados pelos comunitários, recorrendo a contação de histórias, apresentação de encenação teatral, construção de

maquetes, apresentação de ferramentas e utensílios utilizados pelos antigos moradores, bem como narrativas e ilustrações sobre a história da comunidade.

Entre os documentos disponibilizados pela Escola “Duque de Caxias”, escolheu-se para exemplificar os trabalhos a narrativa sobre a festa de Santa Luzia, escrita pelo comunitário e aluno da EJA Sebastião Pinto Sá - 66 anos em 2007, seguida de ilustração elaborada por Ronaldo Silva dos Santos, discente da Educação de Jovens e Adultos, com 50 anos de idade na mesma data.

#### FESTA DE SANTA LUZIA

A festa mais famosa que existia na comunidade de Ilha S. Miguel, a chamada festa de Santa Luzia. Mesmo sem presidente da comunidade as pessoas mais velhas da época se reuniam para fazer a festa de Santa Luzia, que era dia 13 de Dezembro. E tudo era grátis, comida – café – mingau – garapa e a famosa cachaça daquele tempo que tem o nome de: *com esta eu vou*. Havia um mastro enfeitado no meio do Arraial. No fim da festa derrubava-se o mastro, quem pegasse uma bandeira que estava na ponta do mastro, esse era o juiz, isto é, organizava a festa no próximo ano. Mas o povo vivia sempre junto e era uma boa união.

Com a narrativa sobre as festividades de Santa Luzia, tradicionalmente realizada pelos moradores da Ilha de São Miguel entre os anos de 1950-1970, busca-se repassar as novas gerações o poder legítimo das pessoas mais velhas e sua função de liderança, equivalente ao papel desempenhado pelo atual presidente da comunidade e representantes da associação de moradores legalmente constituídos, descacando-se por meio da gratuidade dos alimentos a prevalência da religiosidade e da comunhão entre as famílias sobre a ganancia do dinheiro. Enfatizam-se também a união e o espírito de solidariedade existentes nas relações socioespaciais dos antepassados, transmitidos a sucessivas gerações ao longo dos anos.

**Figura 40** – Ilustração da festa de Santa Luzia



Figura 40. Ilustra a festa de Santa Luiza, realizada pelos moradores da Ilha de São Miguel entre os anos de 1950-1970. Elaborado em 2007 pelo aluno da EJA Ronaldo Silva dos Santos. Fonte: arquivo documental da Escola “Duque de Caxias” – 2007.

Além dos elementos apresentados na história escrita, a ilustração retrata o território em processo de sedimentação, com espaço religioso construído entre a floresta de várzea, bem como a disposição dos fiéis das diferentes comunidades das circunvizinhanças e seus deslocamentos em pequenas embarcações para participar do evento. Percebe-se também o espírito festivo dos participantes, recepcionados com fogos de artifícios pelos organizadores da festa, entre outros aspectos que podem ser notados conforme interpretação do leitor conhecedor daquela atividade.

Como parte do projeto educacional, conforme tendência brasileira e mundial, as conferências do meio ambiente buscam promover a socialização dos trabalhos realizados pelas escolas das comunidades vinculadas ao polo “Duque de Caxias”. Nos eventos cada escola-comunidade fica responsável pelo desenvolvimento e apresentação de trabalhos relacionados à questão da sustentabilidade ambiental.

A partir dos elementos da biosfera: terra, água, floresta e ar, são desenvolvidos paródias, lendas e danças regionais, peças teatrais, jograis, desenhos, maquetes e produções textuais para apresentação e exposição em estantes durante as conferências do meio ambiente, precedidas de apresentação de objetivos e procedimentos metodológicos adotados por cada escola para a realização das atividades.

No tema terra, destaca-se normalmente a importância de se evitar as queimadas e a degradação desse elemento vital para a permanência dos ribeirinhos no ambiente de várzea. Buscando-se com o tema água sensibilizar alunos e comunitários sobre a importância da não poluição dos rios e da conservação dos recursos hídricos, pretendendo-se com o tema floresta demonstrar as consequências socioambientais ocasionadas pelo desmatamento das matas de várzea. Objetiva-se com a temática do ar alertar os ribeirinhos sobre os prejuízos a saúde humana e ambiental ocasionados pelo desflorestamento, queimadas e a utilização de agrotóxicos.

Para exemplificar as ações, escolheu-se uma paródia apresentada pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Duque de Caxias”, durante a I Conferência do Meio Ambiente, realizada no dia 31 de outubro de 2008 na comunidade Ilha de São Miguel, elaborada pelo aluno Roberto Rivelino Rocha Sá, 34 anos.

Tudo iniciou naquela época  
 Quando começamos derrubar  
 Sentir que o ar ficou pesado  
 Cheiro de mato queimado  
 Começou prejudicar  
 Percebendo toda essa mudança  
 Foi que começamos a preservar  
 Deixando o mato fazer sombra  
 Não jogando o lixo na água  
 E não poluindo o ar

*Pare de queimar.  
 E também de borrar  
 O veneno mata  
 E também polui o ar  
 Para de sujar  
 E também de derrubar  
 Vamos todos juntos  
 Ajudar a preservar*

A paródia faz alusão à história do desmatamento das florestas de várzea para instalação de grandes lavouras da juta, destacando problemas ambientais que passaram a prejudicar a saúde dos moradores, motivando os comunitários preocupados com a situação a tomarem medidas de segurança - a partir da década de 1970 - para garantir a conservação dos recursos naturais, fundamentais para o equilíbrio ambiental e a sobrevivência dos varzeiros. Na letra da canção percebe-se também o conhecimento dos processos ecológicos e das condições ambientais necessárias para a saúde e qualidade de vida dos ribeirinhos.

Na mesma direção, o projeto Mutirão da Limpeza busca manter o ambiente da comunidade limpo e o espaço da escola agradável, contribuindo para a prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida dos comunitários. O projeto consiste na realização de mutirões para limpeza do espaço escolar, coleta de resíduos sólidos nas restingas e cursos d'águas, palestras, oficinas e apresentações de paródias sobre temáticas ambientais, entre outras ações desenvolvidas de forma integrada na relação de influência entre escola e comunidade.

Ressalta-se que a questão da água potável tem sido motivo de preocupação dos ribeirinhos e um desafio a ser superado pelos moradores da Ilha de São Miguel, uma vez que nos últimos anos o principal curso d'água fica represado durante grande parte do verão amazônico, tornando o líquido precioso cada vez mais distante e impróprio para o consumo das famílias. No entanto, a partir de 2016, uma organização Não-Governamental norte-americana em parceria com a Prefeitura Municipal de Santarém desenvolvem projeto de perfuração de poços profundos, na Ilha de São Miguel alcançou uma formação hídrica com água potável a mais de 90 metros de profundidade, podendo ser resolvidos o problema de abastecimento dos moradores.

### ***3.8.3 Dificuldades para encontrar lideranças e novos desafios***

Nos últimos anos, observa-se redução significativa do número de pessoas na Ilha de São Miguel, destacando-se entre os motivos para tal ocorrência a assimilação da cultura do meio urbano, transmitida – sobretudo - pelos meios de comunicação de massa, somada a falta de condições de trabalho no ambiente de várzea, induzindo parcela significativa da nova geração a buscar melhores condições de vida na cidade, o que dificilmente acontece. A ocorrência de grandes enchentes e estiagens, em função das mudanças climáticas mundiais, também contribui para famílias inteiras mudarem-se definitivamente para a cidade ou localidades de terra firme.

Ademais, acompanhando a tendência demográfica do Brasil, a idade média dos moradores da ilha vem aumentando e o número de filhos por família tem declinado, fazendo com que a população local também diminua. Não fosse o trabalho de organização e de manejo dos recursos naturais, realizado pelos comunitários e responsáveis pela permanência dos ribeirinhos no território, o contingente populacional nessa fração do espaço amazônico estaria ainda mais reduzido.

Analisando a dinâmica populacional na Ilha de São Miguel, constatou-se que em 2010 residiam 54 famílias na comunidade – num total de 190 pessoas, em 2016 as unidades domésticas eram 44 – formando um contingente de 121 moradores, comprovando os argumentos apresentados sobre a redução demográfica na comunidade. A mudança reflete também na diminuição do número de alunos na escola que em 2010 eram 45 discentes do Ensino Fundamental regular, 09 alunos da EJA e 35 estudantes do Ensino Médio Modular, em 2016 a escola atende apenas 19 alunos do Ensino Fundamental, nenhum discente da EJA e apenas 12 alunos do Ensino Médio Modular.

Ressalta-se que, a queda do número de alunos na escola “Duque de Caxias” não está relacionada unicamente a diminuição do contingente populacional e a redução da quantidade de filhos por famílias, mas também significa que os adolescentes, jovens e adultos foram escolarizados, permanecendo na escola apenas as crianças em idade escolar, atualmente em número cada vez mais reduzido. Observa-se também que os seis últimos anos do século XXI foram tomados como exemplo em função de serem representativos das mudanças anunciadas. Foi nesse período que se acentuou a dinâmica populacional aludida, menos intensa em anos anteriores.

Apesar da elevação do nível de escolarização das novas gerações e sua participação ativa no processo de organização, manejo e conservação dos recursos naturais, observa-se atualmente um relativo desinteresse dos jovens em assumir cargos de liderança na comunidade, dificultando a escolha de pessoas para a direção da Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel (ANMISM), em anos anteriores realizadas por meio de eleições bastante concorridas, precedidas de campanhas eleitorais. Os moradores mais experientes continuam conduzindo os trabalhos, porém com a preocupação de mais adiante não serem sucedidos, caso a tendência não seja revestida, esforço que está sendo realizado pelas atuais lideranças com a fundamental participação da escola.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar a trajetória histórica do processo de organização e as aprendizagens decorrentes do modelo político-educacional dos moradores da Ilha de São Miguel, no período de 1970 a 2016, que garante a sustentação dos recursos naturais e o uso exclusivo do território em área que Constituição Brasileira (1988) determina como de livre acesso, constatou-se que o território, hoje sob o controle e gestão dos comunitários, é resultado de um conjunto de estratégias e lutas coletivas, ao longo de várias gerações. Ressaltando-se que as territorialidades implementadas a partir dos anos 1970, em contexto de degradação socioambiental na Amazônia, não se realizaram de forma pacífica, nem foram assimiladas imediatamente por todos os moradores, levando décadas para se efetivar.

Constatou-se também que muitas estratégias utilizadas nas ações dos comunitários não possuíam respaldo jurídico, foram efetivadas através de lutas e resistências do grupo, uma vez que o projeto político e as leis do Estado se contrapunham aos interesses dos ribeirinhos. Não obstante, conseguiram legitimar regionalmente suas territorialidades e respaldarem juridicamente suas estratégias de resistência, garantindo o controle e o uso exclusivo do território.

Compreendeu-se ainda que o modelo exemplar, desenvolvido pelos moradores da Ilha de São Miguel, tornou-se possível em função de quatro fatores principais: 1) da condição geográfica de ilha que facilitou o controle do território, não dependendo da vontade de outras comunidades para a implementação de medidas, como acontece em área de extração compartilhada por várias localidades; 2) a cultura do trabalho coletivo e de conservação dos recursos naturais herdada de seus antepassados que fundamentaram a experiência; 3) o confinamento dos moradores no território, em contexto de conflitualidades envolvendo pescadores ligados à pesca comercial e os ribeirinhos que defendiam a segurança alimentar das famílias, possibilitando o desenvolvendo de identidade coletiva associada ao espaço local e a conservação dos recursos naturais e; 4) a sistematização da experiência que se constituiu em importante mecanismo político e educacional, possibilitando aos moradores a transmissão de valores da comunidade às sucessivas gerações.

Constatou-se também que, a partir dos anos 2000, o trabalho desenvolvido pelos comunitários não teria continuado, ou funcionaria precariamente, sem as alianças com outras comunidades e as parcerias firmadas com agentes de mediações como o Instituto de pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Soma-se a isto a fundamental participação da escola, reivindicada pelos ribeirinhos ainda na década de 1950 e integrada efetivamente à

comunidade a partir dos anos 2000, com a formação de professores e gestores da própria comunidade, a inclusão de temáticas socioambientais no currículo escolar e abordagens do cotidiano dos moradores nas práticas de ensino, contribuindo para o processo de consciência ambiental, organização política dos ribeirinhos e para a continuação da experiência, viabilizadas pelo trabalho cooperativo e de influência mútua entre escola e comunidade.

Dado o valor do trabalho exemplar desenvolvido na Ilha de São Miguel, beneficiando os moradores e comunidades da região, torna-se urgente o desenvolvimento de políticas que oportunizem as condições técnicas e financeiras para que as novas gerações possam produzir seus meios de subsistência no território historicamente delimitado, uma vez que apesar de sua importância o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) implantado na várzea não tem sido acompanhado de assistência técnica e ações eficazes, em alguns casos estimulando o trabalho de extração em detrimento as atividades produtivas.

O incentivo a formação de lideranças e a qualificação de profissionais da própria localidade para atuarem na escola podem ser fundamentais para a continuação e fortalecimento dos trabalhos, uma vez que são conhecedores da realidade regional e estão adaptados às condições adversas do ambiente de várzea, evitando o rodizio de professores que ainda é frequente na ilha. Torna-se igualmente necessário a continuação do projeto habitacional iniciado pelo INCRA, possibilitando que as famílias mais necessitadas tenham acesso a residências seguras e adaptadas às condições hídricas da planície de inundação estudada.

Para não concluir, ressalta-se que, em função da abrangência do tema e alongamento do recorte temporal, tem-se a consciência da impossibilidade de aprofundar adequadamente temáticas específicas que poderão ser estudadas de maneira particular, admitindo-se também a omissão de questões importantes. Assim foi feito pela vontade e compromisso de registrar, ainda que de maneira geral, a experiência desenvolvida pelos moradores da Ilha de São Miguel, uma vez que a presente dissertação não se resume unicamente a um trabalho acadêmico, mas também de relevância política e social para os sujeitos envolvidos diretamente no estudo, comunidade científica, governos e interessados em conhecer a realidade político-educacional amazônica, propor e implementar ações que viabilize a exploração economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente correta dos recursos naturais, garantindo a permanências e reprodução social dos ribeirinhos nos territórios historicamente delimitados.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

ANMISM, Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel, **Acordo de Pesca**. Ilha de São Miguel (PA), 24 de Agosto de 1985.

ARANTES, Caroline C.; CASTELLO, Leandro; GARCEZ, Danielle S. **Variações entre contagens de Arapaima gigas (Schinz) (Osteoglossomorpha, Osteoglossidae) feitas por pescadores individualmente em Mamirauá, Brasil**. Pan-American Journal of Aquatic Sciences (2007) 2 (3): 263-269.

BECKER, Bertha K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Parcerias estratégicas - número 12 - setembro 2001**.

BENATTI, José Heder [et al]. Aspectos jurídicos e fundiários da várzea: uma proposta de regularização e gestão dos recursos naturais. In: **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: Edição IBAMA/Pro Várzea, 2005 - p. 77 – 105.

BENATTI, José Heder; MCGRATH, David G.; OLIVEIRA, Ana Cristina Mendes. **Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia**. Ambiente & Sociedade – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. - - (Coleção primeiros passos).

BRASIL, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Instrução Normativa Nº 34, de 18 de Junho de 2004. **Proibir anualmente, a captura, a comercialização e o transporte do pirarucu (Arapaima gigas), nos Estados do Amazonas, Pará, Acre e Amapá, no período de 1º de dezembro a 31 de maio**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/IN0034-180604.PDF>. Acesso em: 20 Ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa Nº 29, de 31 de dezembro de 2002. **Diário Oficial da União**. Brasília: Imprensa Nacional, Edição Nº 1, Seção 1 – de 01/01/2003. Disponível em: <http://www.sfrancisco.bio.br/legislac/IN29.pdf>. Acesso em: Dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Projeto Básico de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Agroextrativista Aritapera**. Santarém – Pará – Brasil, 2010 a.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Projeto de Assentamento Agroextrativista Aritapera: Plano de utilização**. Santarém, PA – Brasil, Abril de 2010b.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa Nº 29, 31 de Dezembro de 2002. **Estabelecer os critérios para a regulamentação, pelo IBAMA, de Acordos de Pesca definidos no âmbito de uma determinada comunidade pesqueira**. Disponível em:

<[http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao\\_normativa/2002/in\\_iba\\_ma\\_29\\_2002\\_criteriospararegulamentacaodeacordosdepesca.pdf](http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2002/in_iba_ma_29_2002_criteriospararegulamentacaodeacordosdepesca.pdf)>. Acesso em: Dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Catálogo de publicações do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil: 17 anos de atuação na Amazônia e Mata Atlântica /PPG7.** – Brasília: MMA, 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. **Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm)>. Acesso em: Jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1164, de 1º de Abril de 1971. **Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1164impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1164impresao.htm)>. Acesso em: Jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Nº 2.375/87. **Revoga o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de Abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-Lei/Del2375.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-Lei/Del2375.htm)>. Acesso em: Dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Delegada Nº 10, de 11 de Outubro de 1962. **Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências.** Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/Ldl/Ldl10.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/Ldl/Ldl10.htm)>. Acesso em: Jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.806, de 29 de Abril de 2014. **Dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento do Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/lo7806.pdf>>. Acesso em Dez.2016.

\_\_\_\_\_. Lei Nº. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: Dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Livro Síntese: Processo e Metodologia de Elaboração de Planos de Utilização e Projetos Básicos para Projetos de Assentamento Agroextrativistas de Várzea no Baixo Amazonas/Pará.** INCRA/IPAM, 2010c.

\_\_\_\_\_. Presidência da República: Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: Dez. 2016.

CANTO, João. **Óbidos vive a esperança na cultura da Juta.** Notícia, Mar. 2010. Disponível em:<[http://www.pesquisador.net.br/noticias.php?operacao=mostrar\\_info&pagina=1&ano=2009&cod\\_info=661](http://www.pesquisador.net.br/noticias.php?operacao=mostrar_info&pagina=1&ano=2009&cod_info=661)>. Acesso em Dez. 2017.

COLARES, Anselmo Alencar. História da educação na Amazônia - questões de natureza teórico-metodológicas: críticas e proposições. In: ROSARIO, Maria José Aviz do; MELO,

Clarice Nascimento de; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs). **O nacional e o local na história da educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012 – p. 108 – 137.

\_\_\_\_\_. **Sociedade e educação em Santarém – Pará**: estudo do período em que o município foi áreas de segurança nacional (1969-1985). Campinas, SP: [s.n.], 1998 (Dissertação de mestrado).

COPERA, Conselho de Pesca da Região do Aritapera. **Estatuto do Conselho de Pesca da Região do Aritapera**, 2002.

CRUZ, Manuel de Jesus Masuloda. **Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia** (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo – USP, 2007.

DAMASCENO, Alberto... [et al]. **A educação como ato político partidário**. -- São Paulo: Cortez, 1988.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada”**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1227-1249, Set./Dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22619.pdf>>. Acesso em: Out. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, J. F.; NEVES, Lúcia W. (Orgs). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006 - p. 241-288.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. – 34ª ed. – São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

GALÚCIO, Dorenilce Maria Rodrigues. **Amazônia: pescadores contam histórias**. Santarém – Pará, 2004.

GAMA, Antonia do Socorro Pena da. **Estudo comparativo das formas de apossamento na várzea e suas implicações para a política fundiária**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. - São Paulo: Cortez, 2010. – (Coleção questões da nossa época; v. 1).

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto, 2001.

HUBER, Lucas. **Estratégias da Paz**: manual de operação para implantação de igrejas. Tradução de Melvin Huber. – Fortaleza: Premium, 2011.

IPAM, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **O pirarucu: pesquisa participativa e manejo comunitário**. Santarém – PA, Junho de 2004.

LEROY, Jean-Pierre. **Uma chama na Amazônia**. Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional (FASE). Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Questão fundiária na Amazônia** – um caleidoscópio de direitos e de violência contra os direitos. Anais da 61ª Reunião Anual da SBPC – Manaus, AM – Julho/2009.

MCGRATH, David G. **Varzeiros, Geleiros e o Manejo dos Recursos Naturais na Várzea do Baixo Amazonas**. Belém: Paper do NAEA - 004. Belém, Janeiro de 1991.

\_\_\_\_\_. **Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional**. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999 - p. 57 - 72.

MCGRATH, David; GAMA, Antônia Socorro Pena da. A Situação Fundiária da Várzea do Rio Amazonas e Experimento de Regularização Fundiária nos Estados do Pará e do Amazonas. In: BENATTI, José Heder [et al.]. **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: Edição IBAMA/Pro Várzea, 2005 (p. 35 - 52).

MEB - Movimento de Educação de Base. **Escolas Radiofônicas do MEB: notas sobre seus objetivos, sua programação e sobre o desenvolvimento dos alunos**. Rio de Janeiro, 1966. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/notasradiomeb.pdf>>. Acesso em: Dez. 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. “A Geografia Agrária e as Transformações Recentes no campo Brasileiro”. In: Carlos, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. 5ª. Ed., 2ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2010.

SÁ, Wendell Rocha; GUEDES, Enéias Barbosa. **Territorialidades e resistência camponesa na várzea da microrregião de Santarém – Pará**. Revista GeoAmazônia – ISSN: 2358-1778 (online) 1980-7759 (impresso), Belém, n. 2, v. 02, p. 10 - 45, jul./dez. 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura - **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Sociedade, ambiente e fronteira na Amazônia: alguns tópicos históricos e políticos**. Textos & Debates, Boa Vista, n.22, p. 105-117, jul./ dez. 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre o território**. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAVIANI, Dermeval. O local e o nacional na história da educação brasileira. In: ROSARIO, Maria José Aviz do; MELO, Clarice Nascimento de; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs). **O nacional e o local na história da educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012 – p. 12 - 29.

SILVA, Ruitter Braga da; GONÇALVES, Ana Cláudia Torres; MARINHO, Jovane Cavalcante. **Contagem e Censo Populacional de Pirarucu**. Tefé, AM: IDSM, 2013.

Disponível em: <[http://www.mamiraua.org.br/cms/content/public/documents/publicacao/4b9cae74-9ab1-4196-8cfb-ace1b1b790bd\\_cartilha-contagem-pirarucu-final.pdf](http://www.mamiraua.org.br/cms/content/public/documents/publicacao/4b9cae74-9ab1-4196-8cfb-ace1b1b790bd_cartilha-contagem-pirarucu-final.pdf)>. Acesso em: Jan. 2017.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; Correa, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.77-116.

SURGIK, Ana Carolina Santos. Estudos Jurídicos para a Várzea Amazônica. In: BENATTI, José Heder [et al.]. **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para a elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: Edição IBAMA/Pro Várzea, 2005, p. 15 - 32.

TOM DA AMAZÔNIA. **História da ocupação da Amazônia**. Documentário, 2005, cad. 4, p. 76 – 103. Disponível em: <<http://www.tomdaamazonia.org.br/index.asp?id=biblioteca>>. Acesso em Set. 2015.

VALENTE, Luiz Ismaelino. “O pioneiro dos pioneiros”. Jornal O Liberal: ed. 27/11/2000. Disponível:<[http://www.vitrinereal.com/cpainel/arquivos/alenqueremos/11\\_kotaro\\_tuji\\_o\\_pioneiro\\_dos\\_pioneiros.pdf](http://www.vitrinereal.com/cpainel/arquivos/alenqueremos/11_kotaro_tuji_o_pioneiro_dos_pioneiros.pdf)>. Acesso em: Jul. 2013.

WWF-BRASIL. Projeto Várzea: 20 anos construindo um sistema de cogestão dos recursos naturais no Baixo amazonas. In: **WWF-Brasil, Brasília, 2013**, p. 1-16. Disponível em: <[http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/wwf\\_projeto\\_varzea\\_port.pdf](http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/wwf_projeto_varzea_port.pdf)>. Acesso em Nov. 2015.

**ANEXO**

## ANEXO A - ACORDO DE PESCA DOS MORADORES DA ILHA DE SÃO MIGUEL (1985)

### " A C O R D O "

Nós abaixo assinados, proprietários de terras, usuários e moradores da ILHA DE SÃO MIGUEL município de Santarém-Pá, contrariados com as constantes invasões provocadas por parte de pessoas inescrupulosas que além de utilizarem-se de nossas propriedades sem autorização, exploram-nas no ramo de pescarias utilizando utensílios destruidores e em épocas inadequadas, depredando e banindo nossas reservas.

2. Visando a preservação das espécies de peixes que muito servem para manter nossas famílias, de vez que somos agropecuaristas, e a facilidade em pescá-las tem ajudado no desenvolvimento de nossos trabalhos, baseados em nossos direitos de proprietários e levando em consideração:

- a) O nível das águas em determinadas épocas do ano;
- b) A situação dos locais de pesca aqui existentes que os tornam centrais durante certo período do ano;
- c) O pequeno e único acesso aos lagos no período das enchentes;
- d) A grande quantidade de peixes e seus filhotes aqui existentes, e
- e) Aceitação dos pescadores licenciados que residem na comunidade.

3. Decidimos em reunião realizada no dia 24.08.85, conforme o acordo vigente desde 1.983, manter para todos os lagos, baixas e outros locais de pescarias situados dentro da nossa localidade, o seguinte:

Proibir em caráter permanente o uso de:

- 1 - Redes de pescar (malhadeiras, bubuias, etc...), rede de arrasto, bombas e lanternas de carburêto;
- 2 - Espinhel em baixo de árvores frutíferas próprias para alimentação dos peixes;
- 3 - Pesca de pirarucu no período de 01 de outubro a 31 de março, conforme a Lei Federal;
- 4 - Tarrafa no lago denominado "LAGUINHO", durante o período em que haja acesso para os peixes aos demais lagos, e
- 5 - Pesca com a finalidade única e exclusiva para vender.

4. O período de uso de tarrafa no lago denominado "PARANÁ" ficará a critério dos proprietários.

5. Os demais métodos de pescarias que venham a ser criados e resultem em depredação, também não serão permitidos e ficarão sujeitos às decisões tomadas em reunião pelos assinantes deste acordo.

6. O proprietário que discordar do presente acordo, não assinar e venha utilizar um dos tipos de pescarias aqui proibidos, mesmo dentro da sua propriedade, ficará proibido de pescar nas propriedades alheias ainda que utilizando utensílios considerados legais por este acordo, não terá direito de reclamar à autoridade local contra os invasores que venham a pescar em suas propriedades, principalmente os pescadores licenciados, não terá apoio da comunidade quando for necessário, pois consideramos que se o dito proprietário usa das ilegalidades aqui previstas, dá liberdade aos demais.

7. Os infratores deste acordo serão advertidos, pela autoridade local, na primeira tentativa. Na segunda, terão seus apetrechos apreendidos e entregues à SUDEPE, cabendo àquele órgão proceder as punições cabíveis.



-----

continuação das assinaturas.

Jose Ely Rocha Sá	
Immanuel Assunção Pinto	3.443
Luiz de Sá Pereira	1.305
Luís Pinto Sá	
→ José Sá Pinto	562
Gilson Sousa Pinto	
João Sousa Pinto	
Antonia Bento Pinto	
Jucenildo Rocha Galúcio	
Manuel Pinto Sá	
<del>Alberto Jorge Teixeira Araújo</del>	
Leinaldo de Almeida	
Antônio Miranda Sá	
Jucenildo Santos Pinto	
Antônio Sousa Ramos	

Recebi uma caixa de livros feita na Ilha de São Miguel, a qual deve ser encaminhada p/ o Comandante de SUPDEF em Belém.

**ANEXO B – ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS NATIVOS E MORADORES DA ILHA DE SÃO MIGUEL (1989)**

**ATA DA ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DA "ASSOCIAÇÃO DOS NATIVOS E MORADORES DA ILHA DE SÃO MIGUEL" (ANAMISMI).**

Aos catorze dias do mês de Outubro de Mil Novecentos e Oitenta e Nove (14.10.89), às 10:00 horas, na Sede Social do Flamengo Futebol Clube, na Ilha de São Miguel, neste Município, com a presença dos Senhores Miguel Pinto Sá, Maria Rosineide dos Santos Sá e do Dr. Tito José Viana da Silva, procedentes da cidade de Santarém, Pará, os abaixo assinado reuniram-se em Assembléia Geral, com o objetivo específico de fundarem a Associação de Moradores dessa localidade, conforme vinha sendo cogitado pelos mesmos. Iniciando o ato, o Sr. Miguel Pinto Sá, cujo nome foi indicado e aprovado para presidir a reunião, usou a palavra, solicitando, inicialmente, as presenças do Dr. Tito José Viana da Silva, advogado, residente na referida cidade e militante profissional da respectiva Comarca, que o acompanhava naquela missão, e dos senhores Manoel Djair Miranda e José Sá Pinto, como representantes da comunidade, para comporem a mesa dos trabalhos. Composta esta, prosseguiu Miguel, dizendo que embora há muito tempo residindo em Santarém, era natural de São Miguel, e que, por isso, estava voltando ali mais uma vez, para dar continuidade ao processo de organização da Sociedade Local, iniciado com o encontro realizado no ano de 1983, do qual nasceu o ACORDO firmado por pessoas oriundas ou moradoras da Ilha, cujo conteúdo disciplinou a "pesca" nos lagos encravados na localidade, visando a preservação das espécies, que garantisse a alimentação dos residentes, representados pelas gerações de hoje e do futuro, ameaçada pela atividade pesqueira desordenada praticada pelos pescadores locais, e muito mais ameaçada pela pesca agressiva e depredadora de pescadores das comunidades circunvizinhas, porque exercitada com objetivos unicamente comerciais. Em seguida, passou a referir-se ao Dr. Tito Viana, tecendo elogios ao mesmo, em razão do trabalho profissional que tem prestado continuamente a comunidade, primeiro assistindo-a na Justiça no Processo de Homologação do referido acordo, depois defendendo-a na Delegacia de Polícia de Santarém, por mais de uma vez, em outra ocasião junto a Superintendência da SUDEP, e em outra ocasião na Colônia de Pescadores Z-20, em razão de conflitos de interesses que emanaram das disposições desse acordo, bem como em outras ocasiões ao vir à Ilha de São Miguel para tratar assuntos atinentes aos interesses comunitário. - Em seguida passou a palavra ao Dr. Tito Viana, que inicialmente saudou os presentes, dizendo de sua satisfação ao retornar àquela localidade, para colaborar na grande empreitada de organizar os Moradores de São Miguel, numa entidade que desejava ver se construir num verdadeiro organismo de reivindicação e de defesa dos mais legítimos interesses e direitos desses cidadãos. Lembrou a filosofia antiga, mas de sentido muito atual, segundo a qual "Homem nenhum é uma ilha" que sugere a necessidade que os homens tem de juntarem-se uns aos outros como forma de vencerem as adversidades que a dinâmica da vida lhes impõe, para depois alcançarem o bem comum. E nesse sentido, disse que adversidade é o que certamente não falta a comunidade da Ilha de São Miguel, fazendo parte do seu cotidiano, fruto das distorções econômico-sociais consequentes das históricas ausências de ações governamentais, quer de parte da União, do Estado e do Município. Por isso, continuou, era imprescindível que os residentes desse lugar se unissem, numa associação, visando instituir um poder pressão, nos limites da lei, junto aos poderes públicos, corrente de natureza municipal, objetivando a consecução de bens e serviços - dever do Estado - direito do cidadão - que permita algum progresso à localidade, menos miséria e mais justiça social. Enfatizou que a criação dessa entidade decorre, em princípio, da debilidade que se observa no Poder Legislativo Municipal (Câmara Municipal), pela lei instituído para representar cidadãos, como integrantes da sociedade, junto ao Poder Executivo, na obtenção do que lhes cabe nessa condição, - ineficiência essa causada em parte pelo despreparo de muitos de seus membros, em parte pelo já acentuado volume de problemas acumulados no Município, em razão da falta de pelancamento administrativo para a população sempre crescente, o que torna difícil e improdutivo a ação desse poder. Afirmou ser preciso, pois, que os cidadãos de São Miguel se agrupassem na entidade preconizada, que tenha como princípio básico a luta pelo bem comum, aproveitando, aliás, a era das franquias democráticas que experimenta a sociedade brasileira, que assegura

Eunice Alexandra Ferreira Vieira

Podro Euclides Ferreira Vieira

Chesil Privative

DAS PESSOAS JURÍDICAS

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

inclusive, a democracia participativa, ao teor, por exemplo, das disposições constitucionais, inscritas a partir do inciso XVII, do art. 5º da atual Constituição Federal.

- Retomando a palavra, o presidente do ato, franqueou a palavra à assembleia. Falou o Senhor Manoel Djair, para agradecer ao Dr. Tito Viana, pela dedicação que tem conferido à Comunidade e incentivou seus concidadãos a se interessarem pela criação da Associação. Falou também o senhor JOSÉ BENTES PINTO, que indagou a Miguel Pinto Sá, se além da associação de moradores que agora estava sendo fundada, havia outra dos filhos da localidade que moram em Santarém, e qual a finalidade desta, - ao que lhe foi respondido, pela pessoa inquerida, negativamente. Disse-lhe Miguel, que em Santarém, estava sendo fundada uma espécie de associação esportiva e recreativa, com a filosofia de agregar os nascidos na comunidade de São Miguel, que moram na cidade, a qual poderia, num plano secundário, se transformar em um núcleo de apoio a entidade ora em formação, quanto aos seus objetivos. Perguntou, ainda, se a entidade em alusão teria vinculação política-partidária, tendo o presidente da assembleia respondido não, porque se isso fosse admitido estaria comprometida a sua necessária liberdade para agir com independência junto a um governo de sua colaboração partidária. Além do mais, tal hipótese não é permitida em lei. Finalizando sua resposta, acrescentou que essa vedação não impediria que a associação, uma vez criada, apoiasse uma candidatura desde por ela assim fosse decidido.

Dando continuidade à reunião, o presidente desta perguntou a cada um dos participantes, sobre sua decisão final quanto a fundação da associação, tendo todos se manifestado, individualmente, favoravelmente, a ela. A seguir, foi escolhida uma COMISSÃO DIRETORA PROVISÓRIA, formada por MIGUEL PINTO SÁ, presidente; JOSÉ SÁ PINTO, vice-presidente; JOSÉ BENTES PINTO, secretário; MANOEL DJAIR, tesoureiro; e o Dr. TITO JOSÉ VIANA DA SILVA, assessor jurídico, a qual foi atribuída a incumbência de dirigir a associação, recém-fundada, e ela elaborar o anti-projeto de seus ESTATUTOS sociais, que será apreciado, discutido e/ou emendado e aprovado em reunião a ser designada em data posterior.

Finalmente, foi posta em discussão a denominação do nome da associação. Pediu a palavra o DR. Tito Viana, então investido na condição de assessor jurídico da Comissão Diretora Provisória, agradecendo a presença e colaboração de todos, em relação aos objetivos daquela reunião, e sugeriu o nome Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel ANISM, para denominar a associação, que foi aprovada.

CONFERE COM O ORIGINAL

Santarém, Pá., 16 de Setembro de 1994.

Assessor Jurídico:

*Miguel Pinto Sá*  
MIGUEL PINTO SÁ  
ASSASSOR JURÍDICO

CANTORIO SOUZA ALHO  
3.º OFÍCIO  
Santarém - Pará  
João de Mendonça Alho  
TABELIÃO  
Dea de Mendonça Alho  
Marta Clara de M. A. Imbiriba  
Emeraldina C. Sussuarana  
Lais de Cassia Mendonça Alho  
SUBSTITUTOS

Reconheço por ter conferido com  
outra(s) existente(s) *[assinatura]*  
assinatura(s) *[assinatura]*  
Assinalada(s) com esta REC.º *[assinatura]*  
Em sinal de *[assinatura]* Verdade  
Santarém **211094**  
*[assinatura]*  
Tabelião

*Emeraldina C. Sussuarana*  
ESCREVENTE  
CIC 030.221.452-00